

Veículo: Site A Voz da Cidade	Online
Data: 23/09/2020	Caderno: Notícias



Donos de veículos com placas 9 e 0 ainda podem pagar o IPVA no prazo

Publicada em 23/09/20 às 12:52h - 22 visualizações

por Sefaz-BA

Os contribuintes do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) cujos veículos têm placas que terminam em 9 e 0 ainda podem quitar o imposto dentro do prazo estabelecido pelo calendário anual publicado pela Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia (Sefaz-Ba).

Para as placas de final 9, o prazo se encerra no dia 30 de setembro, quando vence a cota única ou a terceira cota mensal para quem optou pelo parcelamento desde julho. Já o prazo para as placas de final 0 é o dia 1º de outubro.

Para efetuar o pagamento, o contribuinte deve dirigir-se a uma agência ou caixa eletrônico do Banco do Brasil, do Bradesco ou do Bancoob, com o número do Renavam em mãos. O pagamento também pode ser feito via aplicativos do Banco do Brasil e site do Bradesco, informando-se o número do Renavam. Todas as informações poderão ser consultadas no site da Sefaz-Ba ou por meio do call center da secretaria (0800 071 0071).

Os débitos referentes à taxa de licenciamento e às multas de trânsito deverão ser pagos até a data de vencimento da terceira parcela. Os débitos anteriores do IPVA ainda não notificados também podem ser divididos em três vezes, juntamente com o IPVA 2020. No entanto, o proprietário que perder o prazo da primeira cota deixa de ter o direito ao parcelamento em três vezes.

Veículo: Site Achei Sudoeste	Online
Data: 23/09/2020	Caderno: Notícias



Nota premiada Bahia premia moradores de Guanambi e Caculé

23 Set 2020 - 08:00h

Consumidores de todo o Estado concorreram a R\$ 1 milhão de reais em prêmio este mês pelo programa Nota Premiada Bahia. O resultado do sorteio foi divulgado nesta segunda-feira (21) e contemplou ganhadores de 18 municípios baianos. Na Região de Guanambi foram dois ganhadores do prêmio de R\$ 10 mil. Um mora em Guanambi e outro em Caculé. Ao todo, foram 90 prêmios neste valor, além dos dois ganhadores da região, faturaram o prêmio consumidores de Salvador (63), Feira de Santana (7), Ipiaú (3), Juazeiro (2), Lauro de Freitas (2), Aurelino Leal, Barra do Rocha, Camaçari, Dias D'Ávila, Ilhéus, Itabuna, Serra Preta, Serrinha, Simões Filho e Teixeira de Freitas. A lista de ganhadores pode ser consultada no site www.notapremiadabahia.ba.gov.br. A Nota Premiada conta atualmente com mais de 568 mil participantes inscritos no site. Desde fevereiro de 2018, os sorteios da campanha já premiaram ao todo 859 pessoas, dos quais 552 moram na capital, 306 no interior e uma fora do estado.

Veículo: Varela Notícias	Bahia
Data: 23/09/20	



23/09/20 às 16h11 - Atualizado em 23/09/20 às 16h11

Governo do Estado recebe pedido de encaminhamento de PL que institui programa do ICMS

Varejo baiano sofreu contração de -6,37 mil pontos de venda no segundo trimestre deste ano



(Foto: Marcello Casal Jr / Agência Brasil)

Redação VN

redacao@varelanoticias.com.br

Após a aprovação do Convênio ICMS 79/20, que autoriza o parcelamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), a Fecomércio-BA pediu, no dia 10 de setembro, ao governador da Bahia, Rui Costa, que encaminhe o projeto de lei à Assembleia Legislativa, do programa de pagamento e parcelamento de créditos tributários relacionados com o ICM e ICMS, vencidos até 31 de julho.

O varejo baiano sofreu contração de -6,37 mil pontos de venda no segundo trimestre deste ano, de acordo com uma pesquisa realizada pela Federação neste mês de setembro. Isso justifica a necessidade de operacionalização do convênio.

“Certamente, tal medida poderá garantir sobrevivência de inúmeras empresas no Estado, além da manutenção de postos de trabalho”, afirma o presidente da Fecomércio-BA, Carlos de Souza Andrade.

A Fecomércio-BA continua apoiando e reforçando a necessidade de flexibilizar o pagamento de tributos e conceder descontos para as empresas em dificuldades diante da crise.

Veículo: Site Correio 24 horas	Caderno:
Data: 23/09/2020	Página:



Fecomércio-BA pede que governo do estado aprove parcelamento do ICMS

Federação diz que medida salvará empregos

Da Redaçãoredacao@correio24horas.com.br

23.09.2020, 17:44:25

Atualizado: 23.09.2020, 17:52:40

Fecomércio-BA pede que governo do estado aprove parcelamento do ICMS

Em nota divulgada em seu site nesta quarta-feira (23), a Fecomércio-BA pediu que o governador Rui Costa encaminhe um projeto de lei à Assembleia Legislativa que prevê um programa de pagamento e parcelamento de créditos tributários relacionados com o ICM e ICMS, vencidos até 31 de julho.

Para justificar o pedido, a federação aponta uma pesquisa mostrando que neste mês de setembro mostra que o varejo baiano sofreu contração de -6,37 mil pontos de venda no segundo trimestre deste ano, o que justificaria a necessidade de operacionalização do convênio.

“Certamente, tal medida poderá garantir sobrevivência de inúmeras empresas no Estado, além da manutenção de postos de trabalho”, afirma o presidente da Fecomércio-BA, Carlos de Souza Andrade.

Veículo: A Tarde On line	Online
Data: 23/09/2020	Caderno: Notícias

A TARDE

Qua , 23/09/2020 às 00:00

Governo prevê déficit primário de R\$ 861 bilhões em 2020

BRASÍLIA, Brasil, 22 September 2020 /PRNewswire Policy/

O Ministério da Economia elevou para R\$ 861 bilhões a previsão de déficit primário em 2020. O valor consta no Relatório Bimestral de Avaliação de Receitas e Despesas, divulgado na noite nesta terça-feira (22) pela pasta.

O déficit primário representa o resultado negativo nas contas do governo, desconsiderando os juros da dívida pública. No relatório anterior, divulgado no fim de julho, a pasta previa que o rombo nas contas públicas ficaria em R\$ 787,45 bilhões.

Em relação às estimativas para a economia, o relatório manteve a maioria das projeções anteriores. A previsão de queda para o Produto Interno Bruto (PIB, soma dos bens e serviços produzidos no país) permaneceu em 4,7%, com valor nominal de R\$ 7,19 trilhões. A estimativa está mais otimista que a das instituições financeiras, que preveem contração de superior 5% do PIB, segundo a última versão do boletim Focus, pesquisa semanal divulgada pelo Banco Central.

A estimativa para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), usado como índice oficial de inflação, variou de 1,6%, no relatório de dois meses atrás, para 1,8%, pela projeção atual. A estimativa para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), usado para corrigir o salário mínimo, também aumentou, passando de 2,1% para 2,4%.

A previsão para a taxa Selic (juros básicos da economia) foi mantida em 2,6% ao ano em 2020. Atualmente, a Selic está em 2% ao ano.

Arrecadação

O 4º Relatório Bimestral de Avaliação de Receitas e Despesas mostra uma redução de R\$ 9,72 bilhões nas receitas líquidas da União, comparado com o balanço anterior. O governo revisou para baixo as estimativas da perda de arrecadação com receitas administradas, que somam menos R\$ 6,3 bilhões que há dois meses. Houve redução de R\$ 2,6 bilhões nas estimativas de receitas previdenciárias para 2020. O relatório mostra que a concessão da Ferrovia Norte-Sul e da Ferrovia Malha Paulista ajudaram a elevar a arrecadação em R\$ 3,9 bilhões. Houve ainda uma queda de R\$ 1,4 bilhão de receitas com a arrecadação de royalties no setor de óleo, gás e minérios.

Queda nos gastos

Já em relação às despesas do governo, houve queda na maior parte dos gastos. Os benefícios previdenciários tiveram redução de R\$ 4,5 bilhões. O gasto com pessoal e encargos sociais também foi reduzido, em cerca de R\$ 620,7 milhões, segundo o governo, por causa da "reeestimativa com contratação temporária e diversos ajustes na projeção da folha considerando as despesas realizadas".

A revisão do aporte orçamentário para o Programa Emergencial de Suporte ao Emprego (Pese), de R\$ 34 bilhões para R\$ 17 bilhões, gerou também uma projeção de gastos bem menor do que o informado no relatório bimestral anterior, resultando em uma economia de R\$ 17,3 bilhões.

A suspensão do pagamento de parcelas do programa Fies também reduziu o impacto dessa despesa no orçamento em quase R\$ 670 milhões.

Fonte: Agência Brasil - Empresa Brasil de Comunicação S/A - EBC

A TARDE

COVID-19 Dados são da Pnad Covid-19 referentes a agosto; Número de pessoas em busca de emprego aumentou

DESEMPREGO AUMENTA 18% NA BAHIA

MARJORIE MOURA

De julho para agosto, a busca por trabalho cresceu no país e na Bahia foi registrado o maior aumento absoluto do país no número de desocupados (+154 mil) e da taxa de desocupados (18,1%). Foi o que revelou a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - Pnad Covid-19 referentes a agosto, divulgados ontem, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Em agosto, na esteira da reabertura progressiva de várias atividades na Bahia, o número de pessoas desocupadas, ou seja, que não estavam trabalhando e tomaram alguma iniciativa para procurar trabalho, aumentou pela primeira vez de forma significativa desde maio, chegando a 1,078 milhão de pessoas.

No Brasil, a média da taxa de desocupação passou de 13,1% para 13,6%, entre julho e agosto, com altas em 19 das 27 unidades da Federação. A diferença na Bahia (+2,2 pontos percentuais) foi a terceira maior entre os estados.

Por outro lado, com aumento em seis das 11 atividades, o número de pessoas trabalhando na Bahia se manteve estável entre julho e agosto, em cerca de 4,9 milhões. E embora a proporção de trabalhadores com redução salarial na Bahia tenha seguido em queda, se manteve a maior do país em agosto (33,4%) e seis em cada



Número de pessoas desocupadas na Bahia aumentou pela primeira vez

No Brasil, a média da taxa de desocupação passou de 13,1% para 13,6%, entre julho e agosto, com altas em 19 das 27 unidades

10 domicílios baianos (58,8%) receberam auxílio emergencial no mês.

Como consequência da retomada da busca por trabalho na Bahia, pela primeira vez desde maio diminuiu (-6,4%) o número de pessoas que não estavam trabalhando, queriam trabalhar, mas nem chegaram a procurar emprego por causa da pandemia ou por não haver oportunidades onde viviam.

Esse grupo chegou a 2,161 milhões de pessoas em agosto, no estado, frente a 2,310

milhões em julho (menos 149 mil nessa situação). Ainda assim, manteve-se como o segundo maior do país, abaixo apenas de São Paulo, onde 2,880 milhões de pessoas se encontravam nessa situação.

Os segmentos de agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura (-73 mil trabalhadores entre julho e agosto), outras atividades (-16 mil ocupados) e alojamento e alimentação (-11 mil) mostraram as maiores reduções no número de trabalhadores.

Por outro lado, a atividade de comércio, reparação de veículo automotores e motocicletas teve o maior aumento no número de trabalhadores entre julho e agosto (+34 mil ocupados), seguida por informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas (+18 mil trabalhadores) e construção (+17 mil trabalhadores).

Covid

No período pesquisado, a Bahia teve o segundo maior au-

mento absoluto no número de pessoas testadas para Covid-19: mais 380 mil em um mês, chegando a 1,292 milhão (8,7% da população). E em cada cinco pessoas que fizeram o teste tinha a doença (19,6% dos testados).

Em agosto, a Bahia tinha o terceiro maior percentual de população em isolamento de entre os estados brasileiros: sete em cada 10 pessoas (69,8%) mantinham algum grau de isolamento e, destas, quase três em cada 10 (26,7%) estavam rigorosamente isoladas.

Na área de educação, um em cada três pessoas que estudavam na Bahia não teve atividades escolares em agosto (33,9%), também o terceiro maior percentual do país; situação era pior no ensino médio, onde quase metade dos estudantes (46,8%) não tiveram atividades.

Entre julho e agosto, o número de trabalhadores que estavam afastados de suas atividades profissionais por causa da necessidade de isolamento imposta pela pandemia da Covid-19 também caiu novamente e chegou a 321 mil pessoas na Bahia, representando 6,5% dos ocupados no estado.

Já a adoção do trabalho remoto se manteve praticamente estável. Em agosto, na Bahia, 320 mil pessoas ocupadas estavam em home office (6,6% do total), frente a 326 mil pessoas em julho (6,7% dos trabalhadores).

Margarida Neide / Ag. A Tarde / 10.07.2018

A TARDE

Guedes fala em criar novo imposto após reunião com Jair Bolsonaro

AGÊNCIA BRASIL

Após se reunir com o presidente Jair Bolsonaro (sem partido) ontem, o ministro da Economia, Paulo Guedes, disse que o governo estuda um programa de substituição tributária e voltou a sugerir a criação de um imposto a ser cobrado amplamente nas operações de pagamento no país.

Segundo Guedes, as prioridades agora são gerar emprego e renda na retomada do crescimento dentro do programa de responsabilidade fiscal. "Queremos desonerar, queremos ajudar a criar emprego, facilitar a criação de empregos? Então vamos fazer um programa de substituição tributária", afirmou o ministro da Economia, sem citar o retorno de uma nova contribuição provisória sobre movimentação financeira (CPMF).

O ministro relacionou ainda a criação de um novo imposto ao financiamento do novo programa de renda mínima, que será criado na proposta de emenda à Constituição (PEC). "Vimos a importância do auxílio emergencial, como isso ajudou a manter o Brasil respirando e

atravessando essa onda da crise. Temos que também fazer uma aterrissagem suave do programa de auxílio emergencial", afirmou Paulo Guedes.

Ainda segundo o ministro, um dos pilares da agenda econômica neste momento é a criação de emprego e renda, que passa pela desoneração de folha e substituição tributária dessa arrecadação, que seria feita com a nova CPMF.

Guedes se reuniu com Bolsonaro, acompanhado do líder do governo na Câmara de Deputados, Ricardo Barros (MDB). Apesar da intenção de Paulo Guedes, Barros reconhece as dificuldades de um novo imposto ser aprovado no Congresso Nacional.

Um dia antes, conforme revelou a revista Veja, o ministro da Economia convenceu o presidente Bolsonaro sobre o novo imposto, como revelou o Radar Econômico. O mais difícil virá agora, que é a negociação com o Congresso Nacional. Deputados e senadores vêm se mostrando refratários à ideia de recriação de um imposto sobre transações financeiras. O principal opositor ao tema é o presidente da Câmara,

Rodrigo Maia.

Líderes partidários

Ricardo Barros planeja que o governo envie o projeto a líderes partidários, na próxima semana, para articulação e, a partir daí, formalizado para tramitação na comissão mista. Para convencer a opinião pública, Barros afirmou que não haverá aumento de carga tributária com o novo imposto, e sim uma substituição tributária.

"Descobrimos 38 milhões de brasileiros, que eram invisíveis, temos que ajudar essa turma a ser reincorporada no mercado de trabalho. Então, temos que desonerar a folha, por isso que a gente precisa de tributos alternativos, para desonerar a folha e ajudar a criar emprego", afirmou Barros, após a reunião com Jair Bolsonaro.

A CPMF foi um imposto que existiu até 2007 para cobrir gastos do governo federal com projetos de saúde – a alíquota máxima foi de 0,38% sobre cada operação. Em 2015, o governo, então sob comando da presidente Dilma Rousseff, chegou a propor a volta do tributo, mas isso acabou não acontecendo.

A TARDE

Armando Avena



ANÁLISE ECONÔMICA,
FATOS E NEGÓCIOS

atarde.com.br/colunista/armandoavena
armandoavena@grupootarde.com.br

Praia do Forte: um ataque ao paraíso

Praia do Forte, um dos mais importantes destinos turísticos da Bahia, está sofrendo um ataque desferido pela falta de planejamento da prefeitura de Mata de São João e pela especulação imobiliária. Sem ter um plano diretor urbano para dar racionalidade às suas ações, a prefeitura pretende, ao que parece, implantar um centro comercial e serviços, acoplado a grandes condomínios, na entrada de Praia do Forte. Tudo começou quando a prefeitura permitiu a construção de um supermercado e um posto de gasolina na entrada da vila. De repente, sem qualquer planejamento, vários equipamentos do poder público foram construídos no entorno do supermercado, inicialmente um complexo policial e depois um centro de convenções. Mas a prefeitura ampliou essa intervenção e agora construiu uma escola de ensino fundamental no entorno do supermercado e está

construindo uma UPA – Unidade de Pronto Atendimento e uma policlínica no mesmo local. O impacto ambiental e urbano será enorme e a escola e as unidades de saúde ficarão a quilômetros de todas as localidades da região – Açú da Torre, Malhadas, Campinas e outras –, mas bem perto do supermercado. Para que a população dessas localidades e da própria vila de Praia do Forte possam ter acesso à escola e ao posto de saúde terão de utilizar serviços de transporte que logo aparecerão. E para viabilizar

esse esdrúxulo projeto que coloca serviços de saúde e de educação longe da população e na beira de uma rodovia, será necessária uma intervenção de porte na malha viária. E o problema assume maior proporção quando se verifica que obra foi feita com base num acordo entre a prefeitura e uma empresa espanhola, aparecendo como contrapartida da construtora no processo que resultou na liberação da construção de um imenso empreendimento chamado La Laguna, que já começou a desmatar a região.

A entrada da vila de Praia do Forte terá tanto movimento que serão necessárias a duplicação da pista e a construção de uma rotatória na altura da entrada do condomínio La Laguna. O impacto ambiental já é visível, e fica a pergunta: por que construir escolas e postos de saúde fora da área urbana? É nítido o desvirtuamento do projeto idealizado por Klaus Peter, cujo base era a proteção ao meio ambiente. E o mais grave é que neste momento outros empreendimentos imobiliários e intervenções viárias estão sendo liberados sem que a prefeitura, os órgãos estaduais e federais avaliem o real impacto na região. Praia do Forte precisa urgentemente de um Plano Diretor Urbano que possa ordenar a ocupação urbana, controlar a especulação imobiliária, preservar suas matas, suas praias e seu patrimônio para assim continuar sendo o mais charmoso destino turístico da Bahia.

Equipamentos do poder público foram construídos no entorno do supermercado

Praia do Forte precisa de um Plano Diretor Urbano que possa ordenar a ocupação

Turismo na Bahia: boas notícias

O governo do estado e a prefeitura de Salvador começam a ver resultados na luta pela retomada do turismo. Segundo Fausto Franco, secretário estadual de Turismo, os voos no aeroporto de Salvador, que chegaram a zero, já estão em 35% do que eram antes da pandemia e até dezembro chegarão a 50%. Já o secretário municipal de Cultura e Turismo, Pablo Bar-

roso, confirmou que o Centro de Convenções já tem sete eventos contratados até o final do ano. Ambos trabalham para ampliar o turismo interno e de eventos e acreditam na promoção: não cancele, adie! Ou seja, para o turista que comprou passagem antes da pandemia, é melhor remarcar sem custos do que cancelar e esperar um ano pelo ressarcimento.

Economia dos ventos

A Bahia liderou produção de energia eólica no Brasil no 1º semestre de 2020, com 32% do total. Já são 172 parques em 20 municípios do estado e os proprietários de terra passaram a ser fazendeiros do ar, pois as empresas pagam para colocar torres nas fazendas. Nos próximos meses, serão implantados novos parques eólicos nos municípios de Jacobina, Ibiti-

ra, Mirangaba e Campo Formoso, gerando mais de nove mil empregos na fase de construção, segundo a Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE). E os negócios seguem. A Omega, empresa líder em geração de energia renovável, comprou 50% das ações do Complexo Eólico Ventos da Bahia 1 e 2, em Bonito, um investimento de R\$ 660 milhões.

Veículo: Correio	Caderno:
Data: 24/09/2020	Página:

Correio*

Satélite



Os bastidores da política baiana

POR JAIRO COSTA JÚNIOR

jairo.junior@redabahia.com.br @satelite

●● **É uma vitória do setor produtivo e da sociedade baiana. Agora, só precisa pagar após a prestação do serviço, assim como já ocorre em diversos estados brasileiros**
Eduardo Salles

Deputado estadual pelo PP e presidente da Frente Parlamentar do Setor Produtivo da Bahia, ao comemorar o ato do Tribunal de Justiça da Bahia, que proibiu os cartórios do estado de cobrarem taxas por serviços antecipadamente, como era praxe

Longe do bunker

O empresário de Camaçari que afirmava ser dono dos R\$ 51 milhões apreendidos no apartamento da Graça usado como bunker pelo ex-ministro Geddel Vieira Lima naufragou, novamente, na tentativa de tomar posse do dinheiro. A partir de junho de 2018, quando a Satélite revelou as investidas do empresário, Carmerino de Souza iniciou uma ofensiva jurídica para reclamar a propriedade do montante. Segundo ele, os valores foram entregues no bunker como garantia de financiamento da Caixa a uma de suas empresas, o Grupo Polocal, que vendia consórcio de veículos com parcelas abaixo do mercado e lesou centenas de clientes em Camaçari. Em 7 de novembro de 2019, o relator da Lava Jato no Supremo, ministro Edson Fachin, negou o pedido de Carmerino, destacando a inexistência de provas de que o dinheiro era dele.

SEGUNDA QUEDA

Logo depois, o empresário ingressou com recurso na Corte contra a decisão de Fachin, mas sofreu outra derrota. Agora, pelo relator do novo pedido, ministro Marco Aurélio.

Jeitinho paraguaio

Em decisão publicada ontem, Marco Aurélio considerou "imprestáveis" os documentos apresentados por Carmerino de Souza como prova de que o dinheiro lhe pertencia. Sobretudo, destacou, pelas "flagrantes divergências das datas e valores, rasuras e preenchimento incompleto ou atípico". Para Marco Aurélio, a ação do empresário serve só para sobrecarregar ainda mais o Judiciário.

Acerto fechado

Fontes da Faroeste confirmaram à coluna a assinatura do acordo de delação premiada firmado com a operação pela desembargadora Sandra Inês Moraes Rusciolelli e seu filho, o advogado Vasco Rusciolelli, presos por venda de sentenças na Justiça baiana. Garantiram também que o termo em que eles incriminam 12 outros desembargadores foi, em grande parte, incluído no acordo.

Poeira sem fim

Investigadores da Faroeste afirmaram ainda que a equipe do Ministério Público Federal responsável pelo caso já está inteiramente concentrada no conteúdo fornecido pela dupla de delatores. E que, a cada novo passo dado, mais sujeira aparece.

Toque de Midas

Tido como azarão no páreo pela prefeitura de Salvador, o candidato do Pros, Celsinho Cotrim, pode ser chamado de sortudo em matéria de evolução patrimonial. Em 2018, quando disputou o Senado, sua lista de bens enviada ao TRE somava R\$ 285 mil, incluindo apartamento de R\$ 108 mil e carro de R\$ 124 mil. Desde então, pulou para R\$ 2,18 milhões, cifra sete vezes maior. Além de Land Rover Discovery, Celsinho tem hoje casa em Interlagos, luxuoso condomínio do Litoral Norte, e até de meio milhão no Corredor da Vitória.

Namíbia, sim!

A Secretaria Nacional de Fomento à Cultura autorizou a captação de R\$ 253 mil, através da Lei Rouanet, para viabilizar 18 apresentações em homenagem aos dez anos do premiado espetáculo "Namibia, não!", dirigido pelo baiano Lázaro Ramos.

Escolas em Cajazeiras terão testes para covid-19

REDE PÚBLICA Os estudantes do bairro de Cajazeiras, em Salvador, serão os próximos a fazerem os testes para covid-19 oferecidos pelo governo estadual. A comunidade da rede pública baiana começou a ser testada no final de agosto, e as primeiras unidades foram as do Subúrbio Ferroviário, onde 28 colégios foram atendidos. Apesar dos exames, ainda não há previsão de quando as aulas serão retomadas.

O governador Rui Costa (PT) repetiu ontem que não há data para o retorno - o que só deve acontecer quando a média diária de óbitos por covid-19 reduzir. "Não quero ser responsável pela morte de alunos e professores. Quem dá segurança que um jovem não vai morrer?", afirmou Rui, ao ser questionado sobre uma carta aberta de instituições particulares pedindo a retomada. "Só vamos analisar retorno às aulas, seja particular, seja pública, com redução de mortes."

Falando durante a entrega de obras em uma encosta no IAPI, Rui fez uma comparação com times de futebol: "Tem morrido por dia quatro times de futebol. Numa semana, todos times da Série A estariam mortos. Quando caiu aquele avião da Chapecoense, houve uma comoção nacional. (É) Como se todo dia quatro aviões com equipes estivessem caindo. Só não tem essa comoção nacio-

nal", disse o governador. "A doença não foi embora, não tem vacina ainda sendo distribuída, de uma hora para outra tenho a sensação que as pessoas acham que acabou."

Detalhes sobre a testagem em Cajazeiras ainda serão divulgados. Os testes para a detecção do novo coronavírus nas escolas estaduais do Subúrbio Ferroviário de Salvador seguem até sexta-feira (25), quando será finalizada a segunda etapa.

A Secretaria Estadual da Educação (SEC) informou que a testagem no Colégio Estadual Sara Violeta, no Alto da Terezinha, foi adiada para essa sexta-feira (25), devido à intervenção da Coelba na rede elétrica do bairro.

●● Não quero ser responsável pela morte de alunos e professores. Quem dá segurança que um jovem não vai morrer?

Rui Costa

Governador da Bahia, sobre a falta de uma data para o retorno às aulas, o que só deve acontecer quando a média diária de óbitos por covid-19 reduzir no estado

Correio*

ARQUIVO CORREIO



Organizadores estimam a participação de 5,5 mil pontos de venda

Liquida Bahia começa amanhã

10 DIAS DE PROMOÇÃO A Liquida Bahia, maior liquidação do estado, teve sua 9ª edição confirmada pela Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas da Bahia (FCDL BA) e CDL Salvador e terá início amanhã, seguindo até o domingo, 4 de outubro. A ação promocional, que promete atender aos protocolos de saúde, ajudará na reativação das vendas nos shoppings e lojas de rua após os efeitos da pandemia da covid-19 para o comércio.

Os organizadores estimam

a participação de 5,5 mil pontos de venda em Salvador, região metropolitana e inúmeras cidades do interior. Participam da campanha lojas de rua e os principais centros de compras das cidades participantes, incluindo Salvador.

Nos 10 dias de promoção, além dos preços competitivos, o consumidor concorre a um veículo de luxo, da marca EcoSport, da Ford, e a 25 vale-compras no valor de R\$ 1.000 cada um. Para estimular as vendas, vendedores

também concorrem a um vale-compras de R\$ 1.000, no total de cinco premiados. A campanha deste ano fará uma doação de cinco toneladas de alimento para instituições sociais.

A participação na Liquida Bahia é feita pelo site oficial appliquidabahia.com.br, acessível de qualquer celular ou computador. Para concorrer aos prêmios, o consumidor tem direito a um cupom a cada R\$ 50 em compras, feitas com qualquer meio de pagamento.

As compras efetuadas com maquininhas da Rede ou Pop Credicard dão direito ao dobro de cupons. E os pagamentos feitos com cartão Mastercard nas máquinas da Rede ou Pop Credicard permitem ao consumidor três cupons para cada R\$ 50 em compras.

“É o evento mais esperado do calendário do varejo, no estado. Acontecerá em um cenário bem diferente por causa dos efeitos da crise gerada pela pandemia da covid-19 e seguirá todos os protocolos. O momento é de união de esforços para reerguer nossas atividades, e uma campanha como a Liquida Bahia é um grande incentivo”, avalia o presidente da FCDL Bahia, Pedro Failla.

Investimentos estrangeiros recuam 85% no Brasil

BALANÇO DO BC As contas externas registraram superávit de US\$ 3,721 bilhões em agosto deste ano, segundo números divulgados ontem pelo Banco Central. Esse foi o quinto mês seguido de resultados positivos. No entanto, os investimentos estrangeiros no País caíram 85% em agosto, na comparação com o mesmo período de 2019. No mês, as aplicações somaram US\$ 1,4 bilhão, ante US\$ 9,5 bilhões em agosto do ano passado.

Na terça-feira, em discurso na Organização das Nações Unidas (ONU), o presidente Jair Bolsonaro disse que os investimentos diretos no País aumentaram no primeiro semestre deste ano na comparação com o mesmo período de 2019. "Isso comprova a con-

O que estamos vivendo hoje é uma situação internacional que se pode dizer inédita

Fernando Rocha

chefe do Departamento de Estatísticas do BC

fiança do mundo em nosso governo", afirmou. Os números do próprio BC, no entanto, o desmentem. O Brasil registrou no primeiro semestre de 2020 um total de US\$ 25,349 bilhões de Investimento Direto no País (IDP), menos que os US\$ 32,233 bilhões registrados no primeiro semestre do ano passado.

O Banco Central também informou que os investimentos estrangeiros diretos na economia brasileira somaram US\$ 26,957 bilhões de janeiro a agosto deste ano. Uma queda de 41% frente ao mesmo período de 2019 (US\$ 46 bilhões). O valor é o menor para o período desde 2009 (US\$ 18,972 bilhões).

De acordo com o chefe do Departamento de Estatísticas do BC, Fernando Rocha, o investimento direto se caracteriza por uma relação de

longo prazo entre a empresa investida, que está no Brasil, e a investidora, no exterior.

"O que estamos vivendo hoje é uma situação internacional que se pode dizer inédita e afeta de formas diferenciadas os componentes do balanço de pagamentos, como o investimento direto. O mais provável é que [os investimentos estrangeiros] voltem quando a situação tiver um menor nível de incerteza", disse.

Os números do BC mostram ainda a retirada pelos investidores de US\$ 28,281 bilhões de aplicações financeiras no Brasil nos oito primeiros meses deste ano. O valor inclui ações, fundos de investimentos e títulos de renda fixa. Segundo ao BC, essa é a maior saída de recursos de aplicações financeiras da economia brasileira desde o início da sua série histórica em 1995.

Dólar acumula alta de 6,7% frente ao real em apenas 4 dias

CENÁRIO EXTERNO O dólar teve ontem o quarto dia consecutivo de alta no Brasil, acumulando no período valorização de 6,7%, saindo de R\$ 5,23 no fechamento do dia 17 e terminando a quarta-feira cotado a R\$ 5,5869, o valor mais elevado desde 26 de agosto. O que ditou a piora do câmbio foi o exte-

rior, com o dólar ganhando força de forma generalizada e registrando os níveis mais altos em dois meses ante alguns rivais fortes, como o euro, e subindo rápido nos países emergentes. No México, avançou 3,2%. O real e o peso mexicano foram as duas moedas com pior desempenho ontem em uma

lista de 34 divisas.

Crescentes dúvidas dos investidores sobre o ritmo de recuperação da economia mundial, em meio ao aumento de casos de coronavírus na Europa e indicadores mistos da atividade nos Estados Unidos provocaram novo dia de fuga de ativos de risco.

Correio*

miriam leitão



blogs.oglobo.globo.com/miriam-leitao/

O setor bancário é o que mais vem sentindo na bolsa os efeitos da crise da Covid-19. Desde fevereiro, os bancos do país já perderam R\$ 271 bilhões em valor de mercado, segundo levantamento da Economática. Itaú, Bradesco, Banco do Brasil e Santander são os que mais vêm perdendo valor nos últimos meses. Na Ata do Copom divulgada na terça-feira, o Banco Central informou que já realizou testes de estresse no sistema financeiro e disse que não há motivos para preocupações com uma crise sistêmica. Mas ponderou que esse é um dos motivos para se ter cautela com novas reduções da Selic. Os juros mais baixos têm afetado a rentabilidade do setor, que também enfrenta a concorrência de novas tecnologias. Além disso, há receio de uma possível alta da inadimplência mais à frente, e muitos investidores têm migrado dos bancos para as corretoras, com aplicações na bolsa, explicou Henrique Esteter, analista da Guide Investimentos.

BANCOS MÉDIOS GANHAM ESPAÇO

Se os quatro principais bancos, Itaú, Bradesco, Banco do Brasil e Santander, perderam juntos R\$ 274 bilhões em valor de mercado, há instituições de médio por-

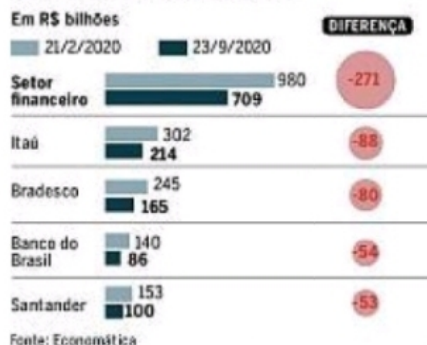
A forte perda dos bancos na bolsa

te com valorização em suas ações. O BTG aumentou em R\$ 9,4 bilhões o seu valor na bolsa desde fevereiro, o BRB, R\$ 4,2 bi, e o banco Inter, R\$ 2,1 bi. Segundo o economista Felipe Viana, estrategista-chefe da Valor Investimentos, há bancos menores ampliando a base de clientes com a digitalização de serviços. Eles também se beneficiam com custos mais baixos, por não terem agências de rua. "O mercado aposta que eles podem ocupar espaço dos grandes nesse novo mundo de digitalização financeira. A pandemia acelerou o processo", disse.

GUEDES X MERCADO

Apesar da sintonia entre o ministro Paulo Guedes e o mercado financeiro, a conversa com economistas revela ceticismo na capacidade de o governo aprovar um tributo nos moldes da CPMF. Guedes ontem voltou a defender a proposta para que o governo consiga, em contrapar-

VALOR DE MERCADO DOS GRANDES BANCOS



tida, desonerar a folha de pagamentos. No mercado, entretanto, o que se diz é que não há chance de a ideia vingar. A visão é que Bolsonaro deu sinal verde para o projeto como um movimento estratégico, já sabendo que não há votos para esse tipo

de tributo no Congresso.

INFLAÇÃO DE ALIMENTOS

O destaque do IPCA-15 divulgado ontem, que subiu 0,45% em setembro, foram novamente os alimentos, que saltaram 1,96% no mês e acumulam alta de

13,03% nos últimos 12 meses. Pelas estimativas do banco ABC Brasil, o pico da inflação dos alimentos em domicílio deve ocorrer em novembro, com uma taxa ao redor de 16% em 12 meses. O banco subiu a projeção para o IPCA deste ano, de 1,8% para 2,2%.

CUSTOS DA INDÚSTRIA

Os custos industriais caíram 1,5% no segundo trimestre, segundo indicador que a CNI divulga hoje. Com a pandemia, houve redução nos gastos com pessoal (-6,6%), energia (-9%), capital de giro (-19,2%) e tributos (-21,2%). Por outro lado, os preços dos insumos nacionais e importados subiram 6,2% e isso preocupa. Segundo o gerente de análise econômica da CNI, Marcelo Azevedo, o setor segue cauteloso porque essas reduções tendem a ser temporárias, já que estão associadas à pandemia ou a medidas adotadas pelo governo, que têm prazo para acabar. "Quando a gente olha com lupa, uma grande parte dessas reduções de custos pode se reverter mais à frente. Já o aumento dos insumos tem relação com o dólar, que é bastante volátil", explicou. Ontem a moeda americana subiu 2,1%, indo a R\$ 5,58.

Veículo: Correio	Caderno:
Data: 24/09/2020	Página:

Correio*

Taxa de desemprego aumentou para 13,6% em agosto, diz IBGE

PNAD A taxa de desemprego aumentou de 13,1% em julho para 13,6% em agosto maior resultado da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Covid (Pnad Covid-19) mensal, iniciada em maio pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Em agosto, a população ocupada totalizou 84,4 milhões de pessoas, expansão de 0,8% em relação a julho. Já a população desocupada cresceu para 12,9 milhões de pessoas, crescimento de 5,5% ante julho, cerca de 600 mil pessoas a mais.

A Região Sul foi a única a apresentar queda da população desocupada (-2,3%) na passagem de julho para agosto, enquanto os maiores avanços ocorreram no Nordeste (14,3%) e Norte (10,3%). As taxas de desocupação do mês passado foram mais elevadas no Nordeste (15,7%), Norte (14,2%) e Sudeste (14,0%), mais brandas no Centro-Oeste (12,2%) e Sul (10,0%).

O contingente de inativos diminuiu de 76,5 milhões em julho para 75,2 milhões em agosto, uma redução de 1,6%. Entre os inativos, 27,2 milhões (36,1%) gostariam de trabalhar, mas não buscaram trabalho. Cerca de 17,5 milhões de pessoas disseram que não procuraram emprego devido à pandemia ou à falta de trabalho na localidade, mas que gostariam de trabalhar.

Em agosto, 4,1 milhões de pessoas ainda estavam afastadas do trabalho devido ao distanciamento social. A proporção de afastados diminuiu de julho para agosto em todas as grandes regiões. Entre os Estados, o Acre teve a maior proporção de ocupados afastados devido ao distanciamento social, 12,4%.



Destino do antigo Centro de Convenções ainda é incerto

Patrimônio Governador Rui Costa anunciou leilão há nove meses e disse que modalidade da venda não foi definida por causa da pandemia

Marcela Villar* e Gil Santos

REPORTAGEM

marcela.villar@redebahia.com.br

Quatro anos após o desabamento do antigo Centro de Convenções de Salvador, ocorrido em 23 de setembro de 2016, as respostas sobre o futuro deste equipamento ainda são incertas. O que outrora sediou inúmeros congressos, feiras, shows e eventos que movimentavam a cadeia turística da cidade tornou-se um patrimônio degradado, sem a devida manutenção. O CORREIO foi até o local e observou ferrugem nos portões, paredes descascadas e o único frequentador dali era um cachorro virá-lata que curtia a sombra próximo aos seguranças.

Após os episódios de furto de alguns materiais, como ar-condicionado e até pedaços de metal, o governo do estado mobilizou uma equipe para construir um muro de cerca de 3m de altura para tapar os pedaços que haviam caído das cercas do perímetro. A solução foi anunciada pelo governador Rui Costa, em dezembro de 2019, de que o espaço do Centro de Convenções iria a leilão, assim como os terrenos da Rodoviária e do Detran.

Nove meses depois, não se sabe ainda qual será a modalidade em que os terrenos se-

Vamos convidar os interessados em conhecer as áreas e a documentação e, a partir daí, elaborar projetos. Daqui há alguns meses, a gente faz um processo de leilão Rui Costa governador



rão leiloados, questão que o gestor espera resolver hoje com a Procuradora Geral do Estado (PGE). Além disso, o governador disse que seria preciso fazer um estudo da área antes que o espaço seja vendido, para valorizar o terreno e coletar propostas de investidores.

“Vamos publicizar no mercado nacional e internacional as oportunidades de negócios. Vamos convidar os interessados em conhecer as áreas e a documentação e, a partir daí, elaborar projetos. Daqui há alguns meses a gente faz um processo de leilão”,

justificou o governador Rui Costa.

Ele disse ainda que a pandemia causou este atraso na captação de investidores. “Não adiantava chamar investidor para conhecer as áreas com tudo paralisado e voo suspenso”, considerou. Enquanto isso, o taxista Agostinho dos Santos, que trabalha naquela região há 15 anos, lamenta a demora no processo: “Quando tinha esse Centro de Convenções, o movimento era muito bom para nós taxistas. Aqui não parava, tinha congresso de domingo a domingo. Mas de-

MARINA SILVA



por aqui todo dia e se lembra que o governo gastou 15 milhões com a reforma e é isso que temos". Porteiro de um dos prédios em frente ao antigo Centro de Convenções, Denivaldo Novaes também demonstra aflição em ver o espaço parado: "Tá cheio de mato, tudo enferrujado e ninguém toma providência. Fizeram só cercar e agora que tão botando bloco porque os muros começaram a cair".

A causa do desabamento em 2016, como apontou o laudo pericial do Departamento de Polícia Técnica, foi a falta de manutenção, gerando "efeitos irreversíveis na oxidação do aço, o que causou o rompimento da estrutura no local do acidente". Presidente da Federação Baiana de Hospedagem e Alimentação, Sílvio Pessoa lembra que desde 2012 alertava ao governo estadual sobre a necessidade de reforma: "Mas o governo veio levando o problema com a barriga até culminar no desabamento".

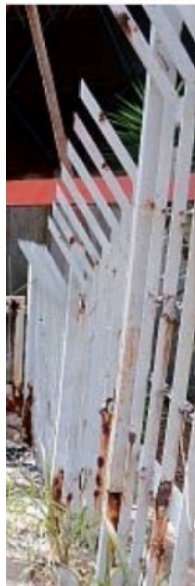
Sem o Centro de Convenções, Salvador perdeu um nicho de mercado. "Só em diárias de hospedagem, perdemos cerca de R\$ 1,4 bilhão em receita, entre 2014 e 2018. Todos os eventos migraram para Recife e Fortaleza", completa Pessoa. Presidente da Salvador Destination, Roberto Duran compartilha o mesmo ponto de vista: "Aquele equipamento já vinha precisando de reformas e o desempenho dele já vinha sendo prejudicado há muito tempo. Não era qualquer evento que você conseguia fazer ali".

Ele ressalta ainda que, com o novo Centro de Convenções construído pelo prefeito ACM Neto aliado à atuação da Salvador Destination, há um novo trabalho para dar visibilidade a Salvador no cenário nacional e internacional: "A crise foi causada por falta de representatividade do destino Salvador e do comportamento do governo do estado que não deu prioridade ao turismo, que representa 20% da arrecadação de impostos e 25% dos empregos. Foram 30 hotéis fechados nos últimos quatro anos. Com a nova entidade Salvador Destination, o prefeito de Salvador voltou a trabalhar esse programa".

Após o a resposta do governador, a Secretaria Estadual de Turismo (Secult) e a Secretaria de Administração (Saeb) não quiseram se pronunciar sobre o fato. Elas haviam sido procuradas pela reportagem no início da manhã de ontem. O Tribunal Regional do Trabalho (TRT) não respondeu, até o fechamento desta edição, sobre o andamento do processo que penhorou o Centro de Convenções por dívidas trabalhistas de R\$ 50 milhões da Bahiatursa.

*COM ORIENTAÇÃO DA CHEFE DE REPORTAGEM PERLA RIBEIRO

Já danificado, o Centro de Convenções, no Stiep, desabou em 2016, deixando três pessoas feridas



Depois do roubo de vários equipamentos, o governo do estado colocou cerca e agora está murando

pois que desabou a gente ficou sem nada, tirou o nosso ganha pão". Agostinho conta que cerca de 30 táxis trabalhavam por ali à época. Hoje só restaram dois, que ficam no ponto em frente ao Farol Inn, hotel que reabriu após o Sotero decretar falência.

PREJUÍZO

Morador do bairro, o estudante de odontologia Marco Menezes comenta que o sentimento de ver aquele espaço sem ser usufruído é de decepção: "A sensação foi de decepção, porque a cidade estava precisando. A gente passa

CRONOLOGIA

● 23 DE SETEMBRO DE 2016

Centro de Convenções desaba e deixa três pessoas feridas, um vigilante e um policial militar, nenhuma em estado grave

● 27 DE SETEMBRO DE 2016

Governo do estado informa que vai demolir o Centro de Convenções por desmonte

● 29 DE SETEMBRO DE 2016

Três peritos criminais vão ao local examinar quais seriam os motivos do desabamento

● OUTUBRO DE 2016

Governo do estado define que a construtora Magalhães Júnior Locações e Serviços seria responsável pelo desmonte do trecho que havia desabado e que a obra deveria ser realizada em 120 dias contados a partir da ordem de serviço, no valor de R\$ 1,89 milhão

● 23 DE NOVEMBRO DE 2016

Juíza Ana Paola Diniz, do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região, penhora o Centro de Convenções e a suspende qualquer obra no local em garantia a uma dívida trabalhista, avaliada em R\$ 50 milhões, da Bahiatursa

● 20 DE FEVEREIRO DE 2017

Peritos fazem nova visita ao Centro de Convenções, acompanhados do engenheiro que projetou o espaço em 1970, Carlos Strauch

● ABRIL 2017

Justiça do Trabalho suspende a demolição do equipamento porque ele seria usado como garantia de pagamento de dívidas trabalhistas de R\$ 50 milhões da Bahiatursa

● AGOSTO DE 2017

Policiais militares flagram dois homens e uma mulher tentando furtar aparelhos de ar condicionado e fios do Centro de Convenções; os roubos foram relatados por moradores da região ao CORREIO e diziam que estavam sendo recorrentes

● 9 DE NOVEMBRO DE 2017

Laudo da do DPT aponta que desabamento do Centro de Convenções foi causado por oxidação de estrutura e falta de manutenção

● DEZEMBRO DE 2017

Governo do estado realiza obras de demolição para remover a estrutura remanescente da área que desabou, a fim de eliminar risco às localidades vizinhas e pessoas que passam pelas áreas próximas, segundo a Saeb

● JULHO DE 2019

Rui Costa anuncia que novo Centro de Convenções será construído no Comércio

● DEZEMBRO DE 2019

Governador Rui Costa anuncia que vai leiloar o espaço do Centro de Convenções

MARINA SILVA



Falta de manutenção e oxidação da estrutura metálica foi a causa do desabamento, segundo laudo do DPT



A universitária Paloma Mota, moradora de Itacaranha, afirma que só tem saído de casa para consultas médicas

Bahia no pódio do isolamento social

Covid-19 Estado é o 3º com maior índice no quesito, aponta pesquisa nacional do IBGE

Gabriel Amorim*

REPORTAGEM
gabriel.amorim@reddebahia.com.br

Quando chega o fim de semana, as redes sociais começam a se encher de registros daqueles que já decidiram que é o momento de sair de casa. São fotos de quem aproveitou shoppings, bares, restaurantes e até praias, espaços reabertos nesta semana. Para uma parcela dos baianos, no entanto, o isolamento social severo continua. Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), dão conta de que 26,7% dos baianos ainda mantêm com rigor o isolamento iniciado em março.

Junto a esses, outros 43,1% seguem isolados e afirmam que só saem de casa para atividades de primeira necessidade, como compras de comida, de remédios ou consultas médicas indispensáveis. Somados, os dois grupos representam 69,8% da população do estado, ou 10,414 milhões de pessoas. O índice coloca a Bahia em terceiro lugar no ranking dos estados com maior grau de isolamento, atrás apenas de Piauí (71,7%) e Alagoas (70,4%).

A média nacional ficou em 61,7%, sendo 41,6% que só saíram em caso de necessidades básicas e 20,1% rigorosamente isolados. O restante da população brasileira se divide em 35,5% que reduziram o contato, embora ainda tenham saído de casa, e 2,1% que não adotaram nenhuma medida de restrição.

A pesquisa, realizada mensalmente e em parceria com o Ministério da Saúde, investiga por telefone, em todo o país, os impactos da pandemia da covid-19 na saúde e no mercado de trabalho. Os dados dizem respeito a agosto.

Apesar de a Bahia estar entre os líderes no isolamento, de julho para agosto 414 mil pessoas no estado flexibilizaram de alguma forma o distanciamento social. O índice dos que estavam rigorosamente isolados caiu 5,7 pontos percentuais entre um mês e outro, o que representou menos 240 mil nessa condição. Já o grupo que só saía de casa para necessidades básicas se reduziu em 2,6 p.p. (174 mil pessoas).

Quem não flexibiliza o isolamento desde o início da pandemia é a bióloga Juliana Marinho, 34 anos, que desde o dia 14 de março não faz qualquer atividade fora de casa. Nem mesmo as compras. "Como tive o privilégio de não precisar ir ao trabalho,

me isolei completamente. Como não se sabia sobre o vírus, tudo era bastante assustador pra mim. Isso, associado ao fato de que se falava muito nas complicações respiratórias que o vírus podia trazer, me fez agir rápido. Eu sou asmática, moro com minha mãe idosa, asmática e fumante, sabia que precisava de isolamento total", conta.

Juliana afirma que não pretende flexibilizar as medidas até que seja completamente seguro. "Estamos em isolamento extremamente restrito. Farmácia e mercado só no delivery. Não saímos de casa para absolutamente nada, não pedimos comida de fora também e não devemos mudar. Percebo que o isolamento total afetou muito a saúde psicológica da família, mas como a decisão de uma pessoa sobre flexibilização de algumas coisas afeta todos em casa, temos que concordar em nossas decisões de regras de segurança", diz a bióloga.

SAÚDE MENTAL

No ponto de vista de uma médica infectologista consultada pelo CORREIO, a sanidade mental deve ser o fator que mais tem influenciado os baianos a sair de casa. "É o outro lado da moeda. Já passou muito tempo, as pessoas estão sentindo esse impacto do iso-

lamento, tem havido um aumento dos casos de pessoas desenvolvendo questões psiquiátricas, então muitas vezes é preciso encontrar o caminho do meio. Se a pessoa for sair, que tome todos os cuidados, se proteja, use máscara, se higienize, use o álcool em gel", diz a médica Clarissa Ramos, do Hospital Córdio Pulmonar.

Clarissa chama atenção que, apesar do relaxamento das regras e da reabertura de espaços, não é possível considerar que a doença já passou e salienta que falta de cuidado e atenção pode gerar um novo aumento no número de casos. "Fica para as pessoas essa sensação de que a doença já passou e isso é perigoso. Porque apesar de muita gente já ter tido a doença, a maioria da população ainda está suscetível. As medidas de prevenção dependem muito da postura individual e, se as pessoas saem e se aglomeram, interagem, depois de algum tempo a gente vai observar um aumento na incidência. É algo que demora de ser percebido, não é instantâneo", alerta a infectologista.

Essa falta de cuidado é exatamente o que percebe a universitária Paloma Mota, 27 anos, que nos seis meses de isolamento relata que só esteve na rua em ocasiões pontuais, para consultas médicas. "Aqui no bairro onde eu moro as pessoas andam sem máscara e quem usa a máscara é que parece errado, mas eu vou continuar o isolamento porque realmente acredito que a saúde tem que estar em primeiro lugar. Vou continuar prezando pela minha saúde porque a gente nunca sabe como essa doença vai reagir no corpo de cada um", acredita a moradora de Itacaranha.

Apesar do longo tempo e de ter já percebido reflexo do isolamento em sua saúde mental, ela diz que pretende manter a postura. "Depois de meses é como se eu estivesse entrando em surto, a gente tenta fazer coisas para acalmar a mente, mas a vontade era de largar tudo, correr para a rua, falar e abraçar as pessoas, ir para praia, para shopping, estou morrendo de saudade. Mas vou continuar até que se libere, que se diga que não é mais indicado se isolar. Sou apaixonada por futebol, por exemplo, e nem mesmo se liberar torcida agora eu vou", explica Paloma.

A Bahia registrou 49 mortes e 1.610 novos casos de covid-19 nas últimas 24h, de acordo com boletim da Sesab. Desde o início da pandemia, são 299.415 casos confirmados e 6.408 mortes.

SOB SUPERVISÃO DE PERLA RIBEIRO

EM NÚMEROS

3º
lugar a Bahia ocupa entre as 27 unidades da federação

69,8%
dos baianos dizem estar rigorosamente isolados ou que só saem de casa para necessidades básicas

28,9%
dos baianos dizem que reduziram contato, mas continuam saindo de casa ou recebendo visita. E 1% diz que não fez restrição. A soma não dá 100% por causa das aproximações

61,7%
média nacional de quem diz estar rigorosamente isolado ou que só sai para necessidades básicas. O menor índice é do Amazonas, com apenas 50% da população

Por Paulo Roberto Sampaio

Guilherme Reis

Raul Monteiro

paulorobertosamp@gmail.com / guilhermereis.tribuna@gmail.com / raulmonteiro@uol.com.br

Raio Laser

Parque de Exposições 1

O governo da Bahia pretende buscar parceiros para a venda do Parque de Exposições, Centro de Convenções e do terreno que compreende o Detran e a Rodoviária de Salvador. A afirmação foi feita pelo próprio governador do Estado, Rui Costa (PT), ontem. "Vamos convidar todo mundo interessado em conhecer as áreas e elaborar projetos. Vamos fazer o leilão desses locais e vender a área dos Centro de Convenções, Parque de Exposições e outras áreas na cidade e no estado", explicou durante a entrega da contenção de encosta na Rua Fé em Deus, no bairro do IAPI. Conforme disse Rui, o estado deve trabalhar na publicidade internacional e desenvolvimento de projetos para as vendas. A comercialização dos espaços foram uma forma encontrada para cobrir o recurso da contrapartida para a construção da ponte Salvador-Itaparica, orçada em R\$ 1,5 bilhão.



Rui Costa

Parque de Exposições 2

O deputado estadual Eduardo Salles (PP) declarou receber "com surpresa a declaração do governador Rui Costa de que pretende nos próximos dias iniciar o processo para vender o Parque de Exposições". "Espero que o chefe do Executivo, quando fala em estruturar projetos, faça um multiuso e que continue privilegiando a coexistência do Parque de Exposições e não permita que Salvador seja a única capital brasileira sem um equipamento voltada aos eventos do homem do campo", criticou.

Parque de Exposições 3

Salles lembra que quando foi secretário estadual de Agricultura, fez diversas reuniões para transformar o Parque de Exposições em um espaço multiuso, com a participação e a anuência do então governador Jaques Wagner, o então presidente da FAEB e presidentes das associações agropecuárias. "Como engenheiro agrônomo e defensor incondicional da agropecuária, não concordo com a venda e trabalharei na Assembleia Legislativa da Bahia com meus colegas deputados para votar contra a proposta. O Parque de Exposições está registrado como propriedade do governo estadual, mas ele é, de fato, da agropecuária baiana", finalizou.

Rua Chile

O governador Rui Costa entrega hoje, às 8h30, as obras de requalificação da Rua Chile, no Centro Histórico de Salvador. Ele ainda irá visitar as obras de pavimentação na Rua Carlos Gomes e Rua Direta do Santo Antônio Além do Carmo.

Viaduto

A Prefeitura Salvador inicia hoje as obras de construção do viaduto direcional que vai fazer a ligação entre a região do Shopping da Bahia e o Acesso Norte, em solenidade que acontece em frente ao centro de compras, às 10h. Na ocasião, o prefeito ACM Neto vai tratar da reabertura de novas atividades e falar sobre medidas contra coronavírus. O investimento para a implantação do viaduto será de quase R\$30 milhões. As obras irão durar 11 meses. O novo equipamento vai permitir maior fluidez no tráfego, eliminando os semáforos em frente ao Shopping da Bahia que regulam os fluxos oriundos da Avenida ACM (Parque da Cidade) e do Acesso Norte/BRT-324.

Casos

A Bahia registrou ontem 1.610 casos de Covid-19 (taxa de crescimento de +0,5%) e 1.893 curados (+0,7%). Dos 299.415 casos confirmados desde o início da pandemia, 285.629 já são considerados curados e 7.378 encontram-se ativos. Os casos confirmados ocorreram em 417 municípios baianos, com maior proporção em Salvador (28,40%). Os municípios com os maiores coeficientes de incidência por 100.000 habitantes foram: Ibirataia (6.406,74), Almadina (6.222,55), Madre de Deus (5.840,80), Itabuna (5.838,49), Dário Meira (5.088,70).

Influentes

O youtuber Felipe Neto e o presidente Jair Bolsonaro estão no ranking das cem pessoas mais influentes do mundo em 2020, da revista Times. É a primeira vez que o youtuber aparece na lista. Nas redes sociais, Neto reagiu à indicação com espanto e alegria. "Nunca imaginei que chegaria tão longe", postou.

Para resolvermos os nossos problemas, nós precisamos fazer diagnósticos corretos e não criar uma realidade imaginária paralela

Luis Roberto Barroso, ministro do Supremo Tribunal Federal, sobre os problemas ambientais que o Brasil enfrenta

Belmonte

Na sessão de ontem, realizada por meio eletrônico, os conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios rejeitaram as contas do prefeito de Belmonte, Janival Andrade Borges, relativas ao exercício de 2018. O gestor extrapolou o limite máximo para despesas com pessoal, previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal, o que comprometeu o mérito das contas.



Mário Negromonte Jr.

Disputa

Os deputados federais Mário Negromonte Jr. (PP) e Otto Alencar Filho (PSD), cabos eleitorais das campanhas de Derivaldo José dos Santos (PP) e Anabel de Tista (PSD), respectivamente, em Jeremoabo, protagonizaram uma confusão ontem. A briga começou após o representante pepista acusar os adversários de não trabalharem de forma adequada pelo município baiano. Na sequência, Otto Filho se irritou com as falas do parlamentar e lembrou que tanto ele quanto o pai, Mário Negromonte, estão envolvidos na Operação Lava Jato.

Pesar

O prefeito da cidade de João Dourado, no norte da Bahia, morreu na madrugada de ontem, em Salvador, após sofrer um infarto em decorrência de uma pancreatite. Celso Loula Dourado tinha 72 anos e era candidato à reeleição pelo Partido dos Trabalhadores (PT). Por meio de nota, a prefeitura informou que ele sofreu um descompasso cardíaco e foi internado no Hospital Regional de Irecê e no início deste mês. Depois disso, o prefeito foi transferido para Salvador para fazer exames especializados.

Retomada

Os servidores do Tribunal de Contas dos Municípios da Bahia (TCM) vão retomar gradativamente, em pelo menos três etapas, o trabalho presencial na sede do órgão, no Centro Administrativo da Bahia. A primeira etapa deste processo vai começar no próximo dia 30. As sessões de julgamento no Pleno e nas duas Câmaras do tribunal, no entanto, continuarão a ser realizadas por meio eletrônico até que as autoridades de saúde declarem o fim da pandemia e do período de emergência sanitária.

Sem contas

Irritados com a coligação feita com o PSB para sustentar a candidatura da major Denice Santiago, que pode custar ao partido algumas vagas na Câmara Municipal de Salvador, os candidatos a vereador do PT estão enfrentando outro problema. Trata-se da demora da agremiação em liberar o CNPJ para viabilizar a abertura das contas por meio das quais receberão recursos do fundo partidário. Há postulantes que já pensam em desistir de concorrer ante tantas dificuldades.

Negado

O Tribunal Regional Eleitoral da Bahia negou recurso interposto pela prefeita da cidade de Sítio do Mato, Sofia Marcia Nunes Gonçalves, que é candidata à reeleição, por propaganda eleitoral antecipada, em evento para entrega de ambulância, na primeira quinzena do mês de julho deste ano.

Protesto

O prefeito de Feira de Santana, Colbert Martins (MDB), fez duras críticas aos realizadores de um protesto que reuniu em torno de 50 pessoas no centro do município ontem. Segundo o prefeito, foi um "exemplo de intolerância, falta de argumentos, ódio e desespero" dos seus adversários. "A tal manifestação, que juntou umas 50 pessoas, se apresentou como uma grande falta de respeito ao nosso povo. Causou um tumulto que prejudicou a todos que tentavam circular pelo centro: trabalhadores, comerciantes, pessoas que iam aos bancos, clínicas, comércio. Um minúsculo protesto prejudicou a vida de milhares de pessoas", afirmou.



Colbert Martins

Sementes do risco

Algumas encomendas contendo sementes chegaram pelos Correios sem que o destinatário houvesse solicitado e as embalagens estão sendo tratadas como um mistério a ser desvendado em Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Goiás e Mato Grosso do Sul. Para afastar os riscos que ainda são imensuráveis, a ADAB (Agência Estadual de Defesa Agropecuária da Bahia), autarquia responsável pela fiscalização do trânsito, armazenamento e comercialização de sementes, mudas e plantas, em parceria com a Superintendência Regional do MAPA (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento), alerta às pessoas sobre a importância do não aproveitamento das embalagens misteriosas, que não devem ser abertas ou jogadas no lixo e sim encaminhadas imediatamente aos órgãos competentes para passar por perícia.

Operação

A Polícia Federal (PF) deflagrou uma operação contra fraudes no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) na manhã de ontem em Salvador. Um mandado de afastamento contra um servidor foi cumprido na capital baiana. Além disso, a Justiça também determinou o bloqueio e sequestro de bens e valores do servidor e de outros investigados. Seis mandados de busca e apreensão foram sendo cumpridos – cinco deles em Salvador e outro em Catu, cidade que fica na região metropolitana.

Dados negativos

Dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apontam que a Bahia foi o estado brasileiro que teve o maior aumento absoluto do país no número de desocupados (pessoas desempregadas que estão procurando trabalho), no mês de agosto. As informações fazem parte da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD). Ao todo, segundo o IBGE, a Bahia teve aumento de 16,7% na taxa de desocupação, em relação a julho, totalizando 154 mil novos desocupados. No total, a Bahia possui 1,078 milhão de pessoas desocupadas.



Bebeto

Incoerência

A indicação do ex-deputado federal Bebeto para vice na chapa do prefeito Mário Alexandre, candidato à reeleição, abriu uma crise nos dois lados da campanha - o do ex-parlamentar e o do gestor municipal. Tudo porque Bebeto passou o ano criticando Mário, em especial sua gestão como prefeito da cidade, e agora decidiu assumir a posição de vice, como a dizer: 'esqueçam tudo o que eu disse'. Só que, além de o povo não está perdendo, os adversários passam o tempo todo lembrando os ataques de Bebeto a Mário pelo WhatsApp, o que tem criado constrangimento a ambos.

Mulheres

Ontem, 23 de setembro, é lembrado pela terceira vez em Salvador o Dia Municipal de Combate à Exploração Internacional de Mulheres. A data foi aprovada em 2017, por meio de projeto de lei apresentado pela vereadora Ireda Silva (PRB), que milita pelos direitos da mulher e para a construção de uma sociedade mais justa. A Bahia é o terceiro estado com maior número de vítimas de exploração sexual de mulheres. "E as brasileiras, principalmente as jovens e de baixas renda e escolaridade, estão entre os principais alvos de grandes redes de tráfico humano internacional", disse a republicana, acrescentando que é urgente voltar um olhar mais atento para o tema.

RAUL MONTEIRO

A estratégia negativa da aposta no segundo turno



Em apresentada enquanto discurso, a defesa do PT - e naturalmente do governo Rui Costa - em favor da realização do segundo turno nas eleições de Salvador mal esconde a desconfiança em relação às chances reais de sua candidata, a major Denice Santiago, se viabilizar. Pode ser mesmo encarada como uma estratégia negativa, que aposta na possibilidade de um conjunto de variáveis se articularem de forma harmônica e ajudarem na consecução final do objetivo, a vitória na eleição ao Palácio Thomé de Souza, cuja única certeza, no entanto, é exatamente a dificuldade de controlá-las.

Mas a proposta de mexer as peças do tabuleiro em favor de uma disputa que se resolva em dois confrontos ao invés de apenas em um turno traz ainda um elemento que deveria ser pelo menos encarado como um dilema por quem a defende e tem responsabilidade: ela é absolutamente onerosa para o país num momento de crise profunda que deve se prolongar na medida que o descontrole sobre a pandemia

continue enquanto não emerge, dos círculos alvejados da ciência, uma vacina com a qual, independentemente dos incentivos em contrário de algumas autoridades, a grande maioria dos cidadãos do país ache por bem se imunizar.

A aposta num segundo turno é também motivo de insegurança, ciúme e cizânia nem sempre reveladas entre os aliados do governo, que a vêm sendo defendida como forma de atingir a meta de eleger a candidata do PT em detrimento dos demais postulantes. Entre aqueles que, exclusivamente como ela, não têm a preferência do governador para se eleger sobram críticas à idéia e mesmo ao nome do PT e do petista na sucessão. Não é difícil pegar a maioria dizendo que a maior vai acabar ficando pela estrada, enquanto eles assumirão a dianteira, o que significaria impor uma derrota mesmo, em primeiro lugar, ao líder maior do grupo.

Parte da discórdia, que deverá ficar contida mesmo depois da eleição, se levada em conta a tradição do movimento de forças que orbitam em torno de todo

poder, foi atizada pelo próprio governador ao avisar que, por força da legislação eleitoral, não teria como participar do programa de televisão de nenhum dos outros quatro candidatos do grupo - Bacelar (Podemos), Celsinho Cotrim (PROS), Isidório (Avante) e Olívia Santana (PCdoB) -, o que confirma a previsão de que a vinculação de seu nome, forte em Salvador, com o de outros que não o de Denice ficou mesmo no passado, no momento das convenções.

É um cenário em que, naturalmente, Denice não contará com a colaboração de mais ninguém, além da do PSB, que indicou sua companheira de chapa, do seu partido e do governador, e que mostra aquele que seus articuladores apontam como seu maior adversário, o democrata Bruno Reis, candidato do prefeito ACM Neto (DEM), numa ampla vantagem que o confirma como favorito. É uma condição construída ao longo de anos, sob um grande grau de previsibilidade e planejamento político - em tudo diferente do que aconteceu com os adversários - para suceder um prefeito bem avaliado cuja qualidade da gestão e seus efeitos sobre a cidade estarão em julgamento pelos eleitores.

Raul Monteiro é editor da coluna Raio Laser e do site Política Livre e escreve neste espaço às quintas-feiras.

Com a colaboração de Henrique Brinco e Rodrigo Daniel Silva

Candidatos a prefeito na Bahia mudam cor da pele em registro do TSE

RODRIGO DANIEL SILVA
REPÓRTER

Pelo menos três candidatos a prefeito na Bahia mudaram a cor da pele, segundo informações que constam no site DivulgaCand do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Um deles é o atual vice-prefeito de Salvador, Bruno Reis (DEM), que disputa pela primeira vez o Palácio Thomé de Souza. Na eleição de 2014, o democrata soteropolitano informou a Justiça Eleitoral que era "branco". Como no pleito de 2016, Bruno Reis se autodeclarou na eleição neste ano como "pardo".

Outro postulante que tem alterado a cor da pele é o deputado federal e candidato a prefeito Pastor Sargento Isidório (Avante). Na disputa eleitoral deste ano, o parlamentar se registrou como "preto". No entanto, há

quatro anos, quando competiu pela primeira vez ao Executivo soteropolitano, ele informou que era "pardo". A atual prefeita de Lauro de Freitas, Moema Gramacho (PT), que briga pela reeleição, também decidiu alterar a raça social. Nas eleições de 2014 e 2016, a petista se autodeclarou como "parda". Desta vez, informou ao TSE que é "preta".

Para a presidente da Comissão de Promoção da Igualdade Racial da seccional baiana da Ordem dos Advogados no Brasil (OAB-BA), Dandara Pinho, a mudança da cor da pele pode estar relacionada ao fundo partidário.

"A pauta racial está em evidência nos últimos tempos, sobretudo, depois da aprovação de cotas para negros no fundo partidário. Já vale para essas eleições. O Tribunal Superior Eleitoral determinou que o fundo partidário fosse distribuído pelos partidos de maneira pro-

porcional, entre candidatos brancos e negros. E a gente sabe que o fundo partidário faz com que tenha a possibilidade de ser eleito aquele candidato ou não. Essa decisão é extremamente acertada do ministro Ricardo Lewandowski no sentido de implementar já nessas eleições", analisou, em entrevista à **Tribuna**.

Em agosto deste ano, o TSE decidiu, por 6 votos a 1, que a divisão de recursos de financiamento de campanhas e o tempo de propaganda no rádio e TV devem ser divididos proporcionalmente entre candidatos negros e brancos nas eleições. Ao fim do julgamento, o presidente do TSE, Luís Roberto Barroso, afirmou o que a decisão foi "muito importante" para a vida do tribunal e para o próprio país. "Há momentos na vida em que cada um precisa escolher em que lado da História deseja estar. Hoje, afirmamos que estamos ao lado dos que



A ATUAL prefeita de Lauro de Freitas, Moema Gramacho (PT), que briga pela reeleição, também decidiu pela alteração

combatem o racismo, ao lado dos que querem escrever a História do Brasil com tintas de todas as cores", declarou na época.

Dandara Pinho ressaltou ainda que a Justiça Eleitoral precisa verificar as declarações raciais dos candidatos para evitar fraudes. "É necessário esse tipo de fiscalização para que pessoas não negras não rece-

bam valores equânimes sendo pessoas não negras", pontuou. Na mesma linha, o advogado Julio Vieira ressaltou que o juiz pode conceder um prazo para eventuais erros dos postulantes no registro da candidatura. Para ele, não é só o fundo partidário que está relacionado à mudança da cor da pele.

"Eu acredito que tem

dois motivos. Salvador avançou muito no debate (racial), e teve até um movimento muito importante sobre a escolha dos candidatos e candidatas que foi proposto pela 'bancada do feijão'. Com isso, aumentou a pressão política para que o nome que represente os partidos seja negro ou negra. E também existe esse debate do fundo partidário", pontuou.

NA PANDEMIA

'Estou indignado pela falta de sensibilidade com a vida humana'



RUI COSTA lamentou e demonstrou perplexidade ontem com pressões de alguns setores para retomada de atividades como futebol e aulas nas escolas

HENRIQUE BRINCO
REPÓRTER

O governador Rui Costa lamentou e demonstrou perplexidade ontem com pressões de alguns setores para retomada de atividades como futebol e aulas nas escolas sem considerar os riscos da Covid-19 e as taxas de contaminação e mortes pelo novo coronavírus na Bahia. Indignado, o petista frisou que a doença não foi embora e não há vacina sendo distribuída.

"Um colégio acharia normal que todo dia morresse uma sala de aula de alunos? A CBF acha normal todo dia morrem quatro times completos?", indagou sobre volta de aulas e futebol. Surpreso e perplexo com o grau de sensibilidade com a vida humana e de amor ao próximo que as pessoas têm revelado, Rui disse que não está "conseguindo entender o que está acontecendo com o nosso país. Esta não

é a agenda de volta de futebol", declarou durante coletiva de imprensa na agenda de entrega de mais uma encosta em Salvador.

Na Bahia, nas últimas 24 horas segundo boletim divulgado ontem pela Sesab, foram registrados 1.610 casos de Covid-19 (taxa de crescimento de +0,5%) e 1.893 curados (+0,7%). Dos 299.415 casos confirmados desde o início da pandemia, 285.629 já são considerados curados e 7.378 encontram-se ativos. 25.369 profissionais da saúde foram confirmados para Covid-19. O boletim epidemiológico de também contabiliza 49 óbitos que ocorreram em diversas datas.

O secretário estadual de Saúde, Fábio Vilas-Boas, seguiu na mesma linha e também criticou aglomerações promovidas por políticos e candidatos em todo o interior baiano com a proximidade das eleições municipais deste

ano. "Estamos vivendo um momento de arrefecimento da aceleração da pandemia, mas ainda temos casos novos surgindo no estado. Mais de mil casos todos os dias. Temos cidades que não estavam no mapa antes e começam a aparecer. Isso é fruto de uma atitude irresponsável de políticos, pré-candidatos a vereador e a prefeito em diversas regiões do estado que estão a promover aglomerações. É uma coisa inacreditável. São carros de som que arrastam aquele paredão com centenas de pessoas", disse o secretário em entrevista à Rádio Metrópole.

"Tenho fotos de uma aglomeração de quase três mil pessoas sem máscara, bebendo e isso foi objeto de uma conversa com o presidente do TRE, desembargador Edmilson Jatayh da Fonseca. Fomos provocados na secretaria e passamos todos os dados para

que o presidente do TRE possa tomar providências e penalizar quem está promovendo isso", acrescentou Vilas-Boas.

Ele fez um apelo para que a população respeite as medidas de distanciamento social para que o trabalho não tenha sido em vão. "Se nós agora abandonarmos isso, vamos jogar fora todo um legado que foi alcançado com muito sacrifício. Sacrifício psicológico das pessoas, psiquiátrico, econômico e de saúde de vários que faleceram e ficaram sequelados sem poder voltar. Em nome dessas pessoas e em memória de todos que morreram até aqui, eu faço um apelo à população para que não abandonem as medidas de distanciamento e só vá ao comércio e ao shopping quando houve realmente necessidade e que o faça adotando todas as medidas de proteção", comentou o secretário.

Governador responde a ataque de vereador bolsonarista

HENRIQUE BRINCO
REPÓRTER

O governador Rui Costa também rebateu as acusações do vereador Alexandre Aleluia (DEM). Segundo o edil, a gestão estadual estaria perseguindo politicamente o capitão da PM André Porciúncula, a fim de impedi-lo de assumir cargo no governo do presidente Jair Bolsonaro. Em portaria publicada no Diário Oficial da União, o ministro chefe da Casa Civil Braga Netto tornou sem efeito a nomeação do profissional defensor de Carlos Bolsonaro e entusiasta da gestão do secretário Mário Frias.

"São candidatos que vão dizendo o que quer desesperados atrás de votos. Não vou ajudar esses candidatos

entrando em polêmica. Eles têm medo de perder eleição porque têm pouco voto. Se me ofender vai receber processo nas costas. Tenho palavra e vergonha na cara. Isso ninguém tira de mim. Filho de gente rica, de papaiinho, que quer se perpetuar na vida política. Nunca teve a capacidade de administrar nada, nem uma empresa e vem atrás de mim com polêmicas pra ganhar voto. Não vou entrar nessa", rebateu Rui.

O gestor petista também afirmou que processará o servidor da Câmara, Cláudio Lessa, pela divulgação de fake news relacionada à superlotação de um hospital. "Advogados vão processar todas as fake news que envolvam o meu nome e o Estado. Depois de

operações para prender essas pessoas as notícias falsas diminuíram muito, mas ainda existe. Este servidor estava espalhando mentiras sobre lotação em um hospital como se fosse no HGE. Calúnia e mentira, além de comentários ofensivos. Se fizer isso contra mim e contra o Estado vou abrir processo civil e criminal. Um dos processados, inclusive, pediu pra fazer acordo e sugeriu publicar pedido de desculpas nas redes sociais, mas insisti para que essa pessoa coce o bolso um pouquinho", avisou.

Em resposta, Aleluia foi à tribuna da Câmara Municipal de Salvador tecer novos ataques contra o gestor estadual. O vereador disse que o governador não se preocupa com a cultura da

Bahia. "Além do governador não se preocupar com a cultura da Bahia, ser perseguidor e tirano, ele também é covarde. Covarde! Porque ele foi vereador da Casa e não sabe o que é imunidade parlamentar", respondeu.

"Ele não venha me chamar de filhinho de papai que nunca produziu. Ele quem nunca produziu nada. Eu já empreguei muita gente. Já trabalhei no setor de duas rodas e quatro rodas, diferentemente dele que sempre foi pelego de sindicato. Trabalho, sempre trabalhei e respeito a Bahia. Ele é um tirano e está perseguindo o capitão da PM. Deveria ter em mente que ter alguém da Bahia trabalhando pela cultura é mais importante que o projeto político dele", bradou.



SEGUNDO Aleluia, a gestão estadual estaria perseguindo politicamente o capitão André Porciúncula

Câmara de Salvador aprova regulamentação da Lei Aldir Blanc

REDAÇÃO

Em sessão virtual, os vereadores de Salvador aprovaram, ontem, a regulamentação da Lei Aldir Blanc na capital baiana. A legislação prevê auxílio emergencial para o setor cultural durante a pandemia do novo coronavírus, e tem como objetivo central estabelecer ajuda para artistas, coletivos e empresas que atuam na área e atravessam dificuldades financeiras neste período. Os legisladores também aprovaram a prorrogação do auxílio "Salvador por Todos".

"Mais uma vez contamos com a sensibilidade e empenho dos vereadores para dar celeridade ao processo de votação dos pro-

jetos nesta Casa. O auxílio de R\$ 270 tem sido a única forma de garantir a alimentação de muitas famílias durante a pandemia. Tão importante quanto o incentivo ao setor cultural que foi o primeiro a parar e vai ser o último a voltar e se recuperar dos impactos econômicos provocados pelo coronavírus", afirmou o presidente da Câmara de Vereadores, Geraldo Júnior (MDB).

A Lei Aldir Blanc está em vigor desde o dia 18 de agosto. No âmbito estadual, a Secretaria de Cultura da Bahia (Secult) é quem está administrando os R\$ 110 milhões liberados pelo governo federal. Segundo a Secult, ainda com base na regulamentação, 80% do recurso

será destinado ao auxílio da renda emergencial e 20% para a realização de editais, chamadas públicas, prêmios, aquisição de bens e serviços vinculados ao setor cultural.

Todos os trabalhadores da área que tiveram suas atividades impactadas por causa da pandemia terão direito ao benefício, desde que não tenham recebido auxílio emergencial do governo federal. Para isso, é necessário fazer um cadastro online na Secult. Os profissionais que se encaixam na lei devem acessar o site da Secretaria de Cultura, preencher um formulário, responder as perguntas e enviar o documento, pelo site mesmo.

Já o auxílio "Salvador por Todos" foi criado para aju-

dar trabalhadores informais e individuais afetados pelo fechamento das atividades econômicas por causa da pandemia do novo coronavírus, e que estejam cadastrados na prefeitura. Com a prorrogação, o auxílio chegará a 7ª fase. Além do benefício de R\$ 270, também são distribuídas cestas básicas para pessoas em situação de extrema pobreza e idosos inscritos no Cadastro Único (CadÚnico), mototaxistas e guias e monitores de turismo em situação de vulnerabilidade social. Uma emenda da vereadora Aladilce Souza (PCdoB) para incluir outras categorias foi rejeitada na Comissão de Constituição de Justiça. A justificativa para a rejeição foi o aumento de gastos.



OS VEREADORES de Salvador aprovaram, ontem, a regulamentação da Lei Aldir Blanc na capital baiana

Foto: Romildo de Jesus

Polícia Federal desarticula esquema de fraudes contra o INSS em Salvador

CLEUSA DUARTE
REPORTER

Uma ação conjunta da Polícia Federal, com a Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia e integrantes da força-tarefa previdenciária, deflagrou na manhã de quarta-feira (23/09), a Operação Contrassenha. A operação desarticulou um esquema de fraudes executadas em detrimento da Previdência Social, protagonizadas por servidor público federal lotado na Agência da Previdência Social localizada no bairro das Mercês, em Salvador. O prejuízo estimado aos cofres públicos é de mais de R\$ 7,5 milhões, relativos a 75 benefícios fraudados.

A informação foi divulgada, em coletiva virtual, às 10h, pelo delegado da Polícia Federal (PF) na Bahia, Breno Freire Diniz. A ação

conjunta da PF com Secretaria Especial de Previdência e Trabalho, do Ministério da Economia, de combate a fraudes no INSS, cumpriu seis mandados de busca e apreensão, sendo cinco na capital baiana.

De acordo com o delegado, “foram apreendidos documentos e mídias em imóveis e escritórios localizados na avenida Paralela, Centro e em um condomínio de luxo em Jaguaribe. O servidor era lotado na agência da Previdência Social, nas Mercês.”

Além disso, a Justiça também determinou o bloqueio e sequestro de bens e valores do servidor e de outros investigados. Seis mandados de busca e apreensão também foram cumpridos, cinco deles em Salvador e outro em Catu, cidade que fica na região metropolitana.

Os mandados de busca da operação, denomina-

da Contrassenha, foram cumpridos em um edifício empresarial na Avenida Luís Viana Filho, também conhecida como Avenida Paralela, além de um escritório de contabilidade no bairro do Dois de Julho e em um condomínio em Jaguaribe.

O prejuízo estimado das fraudes aos cofres públicos é de mais de R\$ 7,5 milhões, relativos a 75 benefícios fraudados. Segundo a PF, esse servidor agia na agência das Mercês, que fica na Avenida Sete de Setembro. Ele fraudava processos de aposentadoria desde 2017.

O esquema foi identificado a partir de pesquisas internas da inteligência previdenciária, que levaram à polícia a constatar que o servidor mantém uma vida fora dos padrões para a remuneração que ganha.

Durante a coletiva o delegado Breno Diniz informou que, “as investigações



INVESTIGAÇÃO

Operação Contrassenha apreendeu documentos e mídias num escritório na Paralela

apontaram indícios de que ele aproveitava a fragilidade do sistema de cálculo de contribuições individuais, para lançar valores bem abaixo do efetivamente devido, o que permitia o pagamento de quantias irrisórias para o cálculo de tempo de contribuição. O suspeito também alterava ou incluía vínculos empregatícios fictícios com a mesma finalidade.”

O servidor do INSS, de acordo com a Polícia Federal tinha o auxílio de tercei-

ros na captação de clientes para as fraudes. “Para adulterar o processo, ele recebia valores pagos pelos beneficiários do esquema, por meio de transferências e depósitos em contas bancárias gerenciadas por ele. A movimentação bancária do investigado indica que ele recebeu transferências e depósitos, com um valor de mais de R\$ 1,5 milhão, desde 2017”, complementou o delegado.

A expectativa com a

deflagração da Operação pela PF, é de que o número de benefícios fraudados possa aumentar com o avanço das investigações. Os beneficiários das fraudes também deverão ser punidos, assim que forem todos identificados.

Os envolvidos responderão por diversos crimes, dentre eles, estelionato previdenciário, inserção de dados falsos em sistema informatizado, corrupção passiva e corrupção.

Escolas da Bahia seguem sem data para reabrir

BERNARDO
ESTAGIÁRIO

Muitas são as dúvidas em relação à retomada de atividades em meio à pandemia provocada pelo novo coronavírus. Cogitou-se a volta às aulas ainda este ano, mas ao que tudo indica não irá acontecer. De acordo com o secretário de Saúde da Bahia, Fábio Villas-Boas, o funcionamento das escolas neste momento representa um risco real de contaminação.

“O risco existe e é real. Há escolas com salas de aula pequenas e pouca ventilação, já há outras com salas amplas, portanto é preciso avaliar cada caso. É necessário conhecer a disponibilidade de lavatórios com sabão líquido, álcool em gel a fim que se possa tomar alguma medida. A recomendação da Sesab é que se espere mais um mês até que haja um decréscimo maior do número de leitos ocupados, principalmente na região sul, sudoeste e oeste”, pontuou.

Villas-Boas também comentou sobre a reabertura dos estádios. “Acredito que a abertura de estádios represente um aumento expressivo do risco. Estamos fa-

lando de aglomerações muito acima do permitido, que são de até cem pessoas. Não há como garantir a separação de um público, ainda que seja com 30% da capacidade o que enseja mais de 10 mil pessoas reunidas”, disse.

A pneumologista Fernanda Dantas comentou a respeito da retomada das aulas antes mesmo do surgimento da vacina. “Acho prudente sim, mas com a total segurança e cumprimento de protocolos de segurança no que se refere à proteção individual e coletiva contra a infecção pelo novo coronavírus”, avaliou.

Dantas também pontuou a respeito da quantidade de alunos dentro de um mesmo espaço. “A aglomeração terá que ser evitada de acordo com os protocolos de reabertura das escolas. Rodízio de alunos, redução da carga horária de aulas presenciais e etc. Os alunos que entrem na escola e que estejam sintomáticos têm um risco real de contaminar pessoas e objetos. Sabe-se, hoje em dia, que as pessoas assintomáticas e que estão contaminadas pelo novo coronavírus disseminam o vírus com uma taxa muito pequena”,

explicou.

A infectologista Giovanna Orrico esclareceu a respeito do protocolo que vem sendo pensado pelas autoridades de saúde no que tange o retorno das atividades nas escolas. “Estão sendo elaborados protocolos com muito rigor para o retorno programado das aulas. Risco zero não é possível em nenhum local, mas com uso de máscaras nas crianças maiores, distanciamento em salas de aula através de mapeamento de cadeiras, uso de álcool gel e treinamento de equipe, esse risco é muito menor”, destacou.

A médica também falou sobre a possível autorização de atividades em que a aglomeração seja inevitável, a exemplo dos estádios de futebol, e fez uma comparação com o ambiente escolar. “Se pensarmos em liberação, esta precisa ser muito elaborada. As escolas têm uma importância na formação pessoal e psíquica, daí a ocupação em viabilizá-las Os estádios têm um risco muito grande, não retirando o seu valor à população. Como teremos controle de venda de alimentos em espaço tão grande e com muita circulação de pessoas? Muito difícil na minha opinião. Tem que se pensar com calma e elaborar um plano para mitigação de riscos, com muita cautela”, pontuou.

A infectologista destaca que pode haver uma segunda onda de infecção como

acontece em outros países. “Não podemos falar de onda de reinfeção. Para se comprovar reinfeção seria necessário mapeamento genético do vírus, a exemplo do caso de Hong Kong que evidenciou vírus diferente do primeiro na segunda infecção. Temos que temer o fenômeno da segunda onda, que são novas infecções em indivíduos suscetíveis. Os países da Europa já estão vivenciando isso. Aqui no Brasil temos dúvida se ainda não estamos na primeira onda. Muitas moradias irregulares e uma parcela da população infelizmente não aderiu às medidas de prevenção. Precisamos ficar atentos a isso”, disse.

Para concluir, a médica fez uma avaliação do atual cenário da pandemia em Salvador e pontuou que algumas atividades já acontecem de forma segura seguindo os protocolos. “Salvador se preparou de forma muito organizada para a pandemia, com alinhamento de poderes, o que favoreceu o serviço de saúde. Muitas atividades já transcorrem de forma segura - restaurantes com horário marcado, academias que estão seguindo os protocolos de segurança, shoppings. Alguns setores como bares, praias (onde pode haver comércio), cinemas precisam de rigor no controle. Se todos elaborarem protocolos bem definidos e passíveis de cumprimento, teremos um retorno seguro.

vivo

Comunicado

A Vivo informa que, por motivo de falha em equipamento na central da operadora, alguns telefones fixos da localidade de Alagoinhas - BA, tiveram seu funcionamento prejudicado no dia 18/09/2020 das 08h33 às 10h45. Assim que houve a interrupção, enviamos equipes especializadas ao local e o equipamento danificado foi recuperado.

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA SECRETARIA DO TRABALHO, EMPREGO, RENDA E ESPORTE

COMUNICADO DE ADIAMENTO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2020 - SETRE
A Pregoeira Oficial da SETRE comunica aos interessados em participar da licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº 08/2020, BB 833542, que tem por Objeto Contratação de empresa para a prestação de serviços técnicos de atendimento e suporte ao usuário em 1º e 2º níveis com implantação de Central de Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação, marcada para o dia 22/09/2020 às 10h, que fica remarcada a sessão de abertura do referido certame para o dia 05/10/2020 às 10h, em razão da necessidade de tempo hábil para análise dos questionamentos apresentados por preteridas licitantes. Os interessados poderão obter informações e/ou o Edital e seus anexos no endereço acima mencionado, de segunda a sexta-feira, das 09h às 17h ou pelo endereço eletrônico www.comprasnet.ba.gov.br Maiores esclarecimentos através do telefone: (71) 3115-3329/3388 e/ou telefax: (71) 3115-3123 e email: copel2@setre.ba.gov.br Salvador - BA, 22/09/2020 – Edeine dos Santos Nascimento - Pregoeira Oficial.

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 009-2020 - Processo Administrativo 1590-2020 - A Prefeitura de Mutepe torna público estar realizando licitação sob a modalidade de Pregão Eletrônico, Ata de Registro de Preços do tipo menor preço global, para o REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA IMPLANTAÇÃO DE ACADEMIA AO AR LIVRE, CONFORME CONVENIO 843783/2017, conforme Anexo I e Termo de Referência do Edital. Data e horário do recebimento das propostas: até às 08:00 horas do dia 08/10/2020. Data e horário do início da disputa: 09:30 horas do dia 08/10/2020. Disponibilização do edital e informações no endereço eletrônico www.licitacoes-e.com.br e www.mutepe.ba.gov.br. Informações complementares poderão ser obtidas através dos telefones: (75) 3635-1960, Mutepe-Bahia, 23 de Setembro de 2020. Jaqueline Apostolo Gonçalves - Pregoeira Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIRA DE SANTANA

Fica REMARCADA a LICITAÇÃO 082-2020 – PREGÃO ELETRÔNICO 038-2020 – Objeto Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de segurança eletrônica monitorada com disponibilização dos equipamentos necessários por comodato (circuito fechado de TV (CFTV), alarme e cerca elétrica industrial), instalação e manutenção, com emprego de serviço tipo tático móvel. **Tipo:** Menor preço. **Data:** 09/10/2020 às 08h30. Informações no Departamento de Gestão de Compras e Contratações - Av. Sampaio, nº 344, Centro, nos dias úteis, das 08h30 às 12h00 e das 14h00 às 17h30. Tel.: 75 3602-8345. Edital no site: www.licitacoes-e.com.br. Feira de Santana, 23/09/2020. Mylene Cândida Magalhães Ferreira – Pregoeira.

Sedur reforça fiscalização de protocolos nos salões de beleza

A Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Urbanismo (Sedur) realizou, na manhã desta quarta-feira (23), uma operação para fiscalizar os salões de beleza e barbearias com o objetivo de identificar o cumprimento dos protocolos sanitários. No total, foram vistoriados 115 estabelecimentos, com uma interdição no bairro do Saboeiro em função do horário irregular de funcionamento, que obrigatoriamente deve ser das 10h às 20h, todos os dias da semana.

Desde a reabertura desses estabelecimentos, no dia 10 de agosto, até a última terça-feira (22), a Sedur fiscalizou 412 salões. Destes, três foram interditados por descumprimento das regras.

Um dos espaços vistoriados hoje pela equipe foi o Salon Novos e Velhos, na Pituba. O empreendimento estava dentro das normas de funcionamento, o que tem acontecido na maioria dos casos, conforme apontam os dados da fiscalização.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIRA DE SANTANA

Foi FRACASSADA a LICITAÇÃO 088-2020 TOMADA DE PREÇO 021-2020. **Objeto:** Contratação de empresa de engenharia para execução da obra de construção da Unidade de Pronto Atendimento (UPA), localizada na Rua V. Loteação Nova Vida, S/Nº, Distrito de Humildes, neste município. **Tipo:** Menor Preço. **Fica REMARCADA para a Data:** 09/10/2020 às 08h30. **Local:** Teatro Margarida Ribeiro - Rua José Pereira Mascarenhas, 409 Capuchinhos, Feira de Santana - Bahia. Edital no site: www.feiradesantana.ba.gov.br. Informações no Departamento de Gestão de Compras e Contratações, situado na Av. Sampaio, nº 344, Centro, Feira de Santana - Bahia, nos dias úteis, das 08h30 às 12h00 das 14h00 às 17h30. Tel.: 75 3602 8345/8376. Feira de Santana, 23/09/2020. Sirleide de Oliveira Rodrigues - Presidente da CPL.

Veículo: Bahia Econômica	Economia
Data: 24/09/20	



PAULO GUEDES VOLTA A DEFENDER CRIAÇÃO DE NOVO IMPOSTO



admin 24 Setembro, 2020

Após se reunir com o presidente Jair Bolsonaro (sem partido) nesta quarta-feira, 23, o ministro da Economia, Paulo Guedes, disse que o governo estuda um programa de substituição tributária e voltou a sugerir a criação de um imposto a ser cobrado amplamente nas operações de pagamento no país.

A ideia é que a cobrança alcance todas as operações com registro digital com prazo de seis anos para terminar.

O plano é que a proposta chegue ao Congresso na semana que vem, em mais uma etapa da reforma tributária. A principal contrapartida prometida pelo governo é desonerar parte da folha de pagamentos das empresas.

Segundo ele, as prioridades agora são gerar emprego e renda na retomada do crescimento dentro do programa de responsabilidade fiscal. “Queremos desonerar, queremos ajudar a criar emprego, facilitar a criação de empregos? Então, vamos fazer um programa de substituição tributária”, afirmou ele, sem citar o retorno de uma nova Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF).

O ministro relacionou ainda a criação de um novo imposto ao financiamento do novo programa de renda mínima que será criado na proposta de emenda à Constituição (PEC). “Vimos a importância do auxílio emergencial, como isso ajudou a manter o Brasil respirando e

atravessando essa onda da crise. Temos que também fazer uma aterrissagem suave do programa de auxílio emergencial", afirmou Guedes.

Foto: Marcello Casal/Agência Brasil

Veículo: Bahia Econômica	Economia
Data: 24/09/20	



BC REVISA ESTIMATIVA DE QUEDA DO PIB DE 6,4% PARA 5% EM 2020



admin 24 Setembro, 2020

A projeção para o tombo da economia brasileira em 2020 foi revisada pelo Banco Central (BC) e está estimada numa retração de 5% do Produto Interno Bruto (PIB). A previsão consta no relatório de inflação, divulgado nesta quinta-feira (24). A expectativa anterior, divulgada em junho deste ano, era de uma queda maior: de 6,4%.

A nova projeção, segundo o BC, considera “crescimento acentuado” da atividade no terceiro trimestre, “influenciado pelas medidas governamentais de combate aos impactos econômicos da pandemia [do novo coronavírus] e pelo retorno gradual a patamares de consumo vigentes antes do período de isolamento social”.

Para o ano de 2021, o BC estimou um crescimento de 3,9% para o PIB brasileiro. Esse valor está acima da expectativa do mercado financeiro, que prevê uma alta de 3,5% para a economia brasileira no ano que vem.

“Essa perspectiva [de alta de 3,9% para o PIB em 2021] está condicionada ao cenário de continuidade das reformas e de manutenção do atual regime fiscal, assegurando o equilíbrio de longo prazo das contas públicas, e pressupõe arrefecimento da pandemia, com gradativa elevação da mobilidade e volta progressiva aos padrões de consumo vigentes antes do período de distanciamento social”, informou a instituição.

Foto: Reprodução/Fecomércio-MG

Veículo: Política Livre	
Data: 23.09.2020	Caderno: Economia



Processos de cálculo do ITD serão feitos apenas por meio eletrônico a partir de outubro

BAHIA

A partir de 1º de outubro, os contribuintes ou seus representantes legais que precisarem abrir processos de avaliação de bens para o pagamento do ITD (Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens e Direitos) deverão utilizar exclusivamente o Sistema Eletrônico de Informações (SEI-Bahia), ferramenta oficial de gestão de processos e documentos administrativos digitais do Governo do Estado. Isso deverá ser feito por meio do módulo de peticionamento eletrônico para usuários externos que já está em funcionamento dentro do sistema, e que tem como objetivo facilitar a vida do contribuinte, evitando o seu deslocamento até uma unidade de atendimento presencial e tornando o processo mais confortável, rápido e eficiente.

O peticionamento eletrônico do ITD é um projeto piloto liderado pelas secretarias estaduais da Administração (Saeb), gestora do SEI, e da Fazenda (Sefaz), responsável pela cobrança do ITD. O superintendente de Desenvolvimento da Gestão Fazendária da Sefaz-Ba, Félix Mascarenhas, ressalta a importância de que o contribuinte ou seu representante legal comecem a utilizar o módulo de peticionamento eletrônico do ITD.

“A partir de outubro o envio dos documentos para abertura de processos de cálculo do ITD não será mais feito por e-mail, somente pelo SEI. Por isso, é fundamental que os interessados providenciem suas senhas e usuários para acessarem o sistema caso precisem abrir esse tipo de processo. É, com certeza, o método mais eficiente e prático para atender à demanda. Além disso, pelo SEI, é possível acompanhar todo o trâmite do processo sem precisar sair de casa, somente pela tela do computador”, destaca.

Para peticionar um processo do ITD no SEI, o primeiro passo é acessar o endereço <http://www.portalseibahia.saeb.ba.gov.br/> e clicar no link “Acesso Externo”, voltado para quem não é servidor do Estado. Em seguida é preciso colocar o e-mail e a senha para entrar no sistema, no caso daqueles que já estão cadastrados, e ir até o módulo peticionamento para iniciar um novo processo. Na sequência, é só escolher o ITD e incluir os documentos obrigatórios conforme lista apresentada. Os tipos de processo do ITD disponíveis são Causa Mortis Judicial e Extrajudicial, Doação e Dissolução Conjugal Judicial e Extrajudicial.

Veículo: Estadão	
Data: .24.09.2020	Caderno: Economia



Para enfrentar resistências à nova CPMF, governo oferece apoio à reforma tributária da Câmara

Planalto quer inserir a recriação do imposto que vai ajudar a bancar a desoneração na reforma que está em tramitação na Casa, mas que não avança por falta de apoio dos líderes do Centrão

Adriana Fernandes, O Estado de S.Paulo

23 de setembro de 2020 | 19h21

BRASÍLIA - Para afastar as resistências, o governo negocia na **Câmara** um acordo para uma “dobradinha” de aprovação da **reforma tributária** em troca da criação da nova **CPMF** repaginada, com a **desoneração da folha de pagamento** (que são os encargos que as empresas pagam sobre os salários dos funcionários). A estratégia é uma proposta para “pegar carona” na votação da reforma. Pelo acordo em construção, a CPMF seria incluída na proposta de reforma tributária que está em tramitação na Câmara, a PEC 45, que está com dificuldades de avançar sem o apoio de todos os líderes do **Centrão**. O acordo garantiria ao presidente da Câmara, **Rodrigo**

Maia (DEM-RJ), que já declarou mais de uma vez que é contrário à recriação do tributo, um “golaço” com a aprovação de mais uma reforma ainda este ano, na expressão de um líder que pediu anonimato.

Com o acordo do governo, Câmara pode fazer texto da reforma tributária que está parado na Casa andar. Foto: Najara Araújo/Câmara dos Deputados

Maia é hoje o principal opositor da CPMF e já disse que durante o seu mandato na presidência da Casa, que termina no início de 2021, a CPMF não passa. Ele continua contra a CPMF, mas lideranças avaliam que o presidente da Câmara pode mudar de posição em troca do apoio do governo para a proposta de reforma tributária que está na Câmara. Foi Maia quem patrocinou a PEC 45.

Segundo apurou o **Estadão**, lideranças partidárias contrárias à nova CPMF cobraram do ministro da **Economia, Paulo Guedes**, a apresentação de estudo detalhado do novo tributo que mostre um crescimento aliado à desoneração da folha de pagamentos, para compensar a aprovação do que eles consideram ser um “monstrengo”.

Nesta quarta-feira, **Guedes afirmou que o governo estuda um "programa de substituição tributária"**. Sem citar o retorno de uma nova CPMF, o ministro disse que para gerar emprego é necessário desonerar a folha e, por isso, seria preciso considerar "tributos alternativos", mas não detalhou o plano. "As prioridades são emprego e renda na retomada do crescimento dentro do nosso programa de responsabilidade fiscal", disse. "Queremos desonerar, queremos ajudar a criar emprego, facilitar a criação de empregos? Então, vamos fazer um programa de substituição tributária", disse no **Palácio do Planalto**.

Sem esse estudo, líderes avaliam que é muito difícil avançar nas negociações. Segundo apurou o **Estadão**, o ministro prometeu

apresentar a proposta na próxima semana. As conversas se intensificaram depois de um almoço, que reuniu na residência do líder do governo na Câmara, **Ricardo Barros (PP-PR)**, Guedes, o relator da reforma tributária, **Aguinaldo Ribeiro** com o autor da PEC 45 e líder do **MDB, Baleia Rossi (SP)**.

Ao **Estadão**, Baleia Rossi, disse que está aberto ao diálogo.

“Conceitualmente, me posicionei contra a CPMF com ela, mas acho que é importante fazer o debate”, disse. Se o governo tem uma proposta diferente da CPMF do passado a Câmara tem o dever de discutir e verificar o impacto da desoneração na economia.

Já o presidente da comissão da reforma tributária

no **Congresso**, senador **Roberto Rocha (PSDB-MA)**, disse que a criação da nova CPMF é um assunto delicado e que pode contaminar toda a discussão da reforma tributária. “É muito delicado este assunto. Pode, de algum modo, contaminar a reforma. Não há ambiente político para discutir este assunto”, afirmou Rocha, que é relator da proposta de reforma tributária que está em tramitação no Senado.

CPMF

Depois de interdita pelo presidente Jair Bolsonaro, a volta da discussão da nova CPMF foi acertada no final de julho, quando **Bolsonaro deu aval para os líderes negociarem**. O próprio **Ricardo Barros defendeu a proposta em debate organizado pela Genial Investimento**. Embora considerado um imposto ruim para a economia, muitos parlamentares estão vendo a sua criação como necessária, mas as resistências por enquanto são maiores no Congresso e na sociedade civil.

A CPMF foi um imposto que existiu até 2007 para cobrir gastos do governo federal com projetos de saúde – a alíquota máxima foi de 0,38% sobre cada operação. Em 2015, o governo, então sob comando

da presidente **Dilma Rousseff**, chegou a propor a volta do tributo, mas isso acabou não acontecendo.

A assessora especial do **Ministério da Economia, Vanessa Canado**, já disse que o novo imposto sobre transações, que o governo tem tentado desvincular da antiga CPMF, não incidirá somente sobre transações digitais, **mas sobre "todas as transações da economia"**.

Guedes quer fazer um novo tributo com base mais ampla que a CPMF e alíquota de 0,2% cobrada tanto na entrada como na saída dos recursos. Com a arrecadação, o governo quer zerar os encargos das empresas para os trabalhadores que ganham até um salário mínimo, reduzir a contribuição previdenciária de 20% para 10% e aumentar o limite de isenção da tabela do **Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF)** de R\$ 1,9 mil para R\$ 3 mil, proposta defendida por Guedes.

Veículo: Estadão	
Data: .24.09.2020	Caderno: Economia



O pecado da evasão fiscal à luz do dia

Rodolpho Ramazzini*

24 de setembro de 2020 | 08h00

Rodolpho Ramazzini. FOTO: DIVULGAÇÃO

O Brasil está com as contas no vermelho. A inflação eminente, que ameaça voltar, poderá aumentar ainda mais a dívida pública. Segundo o Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) que o Executivo enviou esse mês ao Congresso Nacional, as contas devem ficar no vermelho até a virada de 2026 e 2027 – representando um rombo de R\$ 572,9 bilhões. A afirmação é do próprio Ministério da Economia. O déficit não é algo novo, começou em 2014 no governo Dilma Rousseff, e cresce desde então por muitas razões: as despesas com a pandemia é apenas um dos fatores. No entanto, há outro motivo que persiste: as evasões fiscais crônicas. Problema que se torna um pecado ainda maior nos casos em que poderiam ser facilmente evitáveis.

Por exemplo, em 2016 – com as contas já no vermelho –, o governo Michel Temer afrouxou a fiscalização no setor de bebidas. Ao desativar

o sistema de controle de produção, Temer causou uma queda abrupta na arrecadação. Sem sistemas de controle de produção de bebidas, a redução no recolhimento de impostos – apenas federal – foi de cerca de R\$ 5 bilhões por ano. Se for somada também a redução da tributação estadual – que, sem o sistema, passou a também colher menos ICMS – o prejuízo aos erários chega a mais de R\$ 16 bilhões por ano. Isto é, nos últimos cinco anos os governos estaduais e federal podem ter deixado de arrecadar acumuladamente cerca de R\$ 80 bilhões. Os números são de um estudo realizado pela Casa da Moeda do Brasil (CMB) em junho de 2019. Mas que parece terem sido ignorados pelos gestores públicos com poderes de decisão.

O monitoramento começou em 2008, quando foi aprovada a lei que tornava obrigatória a implantação de um mecanismo para controle e rastreamento da produção de bebidas. O Sicobe – Sistema de Controle de Produção de Bebidas – fiscalizava 1.200 linhas de produção em 320 fábricas por meio de máquinas de alta tecnologia de automação. Isto é, o sistema calculava a produção de forma precisa – sem margem para subnotificações, que geralmente são artifícios para fraudar o fisco. O aumento na arrecadação no primeiro ano foi de 23% em relação ao ano anterior. Esse dado demonstrou, sem deixar dúvidas, que a sonegação era uma prática por parte de algumas empresas.

Ao arrepio da lei, o sistema foi desligado por um simples ADE – Ato Declaratório Executivo nº 75 da Receita Federal do Brasil. O que descumpra a lei 13.097/2015, artigo 35, que obriga a existência de algum sistema tecnológico de fiscalização. Desde então, o pagamento de impostos voltou a ser auto declaratório e a sonegação fiscal no setor explodiu. Essa, sem dúvida, não é a única razão para o atual rombo

orçamentário nas contas públicas. Mas é um dos motivos mais absurdos por ser um prejuízo desnecessário.

Desde o início de agosto, a equipe econômica do ministro Paulo Guedes estuda a criação de um imposto sobre cigarros e bebidas alcoólicas como parte da reforma. A nova taxa, chamada em outros países de “imposto do pecado”, seria uma forma de o governo aumentar a arrecadação e compensar perdas com propostas de desonerações de folha de pagamentos, que fazem parte da reforma, e reduzir o déficit público.

No entanto, segundo especialistas da área de bebidas, trata-se de uma iniciativa incoerente – uma vez que não contempla o funcionamento de nenhum sistema de fiscalização eficaz. Mesmo com as novas regras, a sangria fiscal iria continuar e talvez até aumentar. A melhor reforma tributária não seria criar novos tributos, mas combater a crônica e bilionária sonegação fiscal que a ABCF denuncia continuamente e combate a décadas. Isto é, o governo deveria lançar mão dos mecanismos de tecnologia de fiscalização, voltar a cumprir a lei e a combater o maior de todos os pecados tributários, que é a sonegação à luz do dia, que impede a concorrência sadia no mercado brasileiro.

***Rodolpho Ramazzini, advogado, é especializado no combate a fraudes, falsificações, contrabando e concorrência desleal e diretor da Associação Brasileira de Combate à Falsificação (ABCF)**



O Globo

24 s... 

Economia

ISS passará a ser arrecadado na cidade onde serviço é prestado



Lei sancionada por Bolsonaro deve elevar arrecadação de municípios menores

+2 GABRIEL SHINOHARA gabriel.shiohara@bsb.oglobo.com.br

BRASÍLIA

O presidente Jair Bolsonaro sancionou ontem o projeto de lei que altera o recolhimento do Imposto Sobre Serviços (ISS). O tributo municipal passa a ser recebido pela cidade onde o serviço é efetivamente realizado e não mais onde está a sede da empresa prestadora.

A mudança deve beneficiar cidades menores em detrimento das grandes capitais, como São Paulo, que concentram sedes de grandes empresas de serviços, como bancos, financeiras e administradoras de cartão de crédito. A alteração vale também para operadoras de planos de saúde, fundos



de investimentos e empresas de leasing, entre outras.

Antes da lei, o ISS ia integralmente para as cidades-sede das empresas que prestavam o serviço.

Uma compra com cartão de crédito realizada em Cabo Frio, por exemplo, vai gerar ISS para o município fluminense e não mais para São Paulo, onde fica a sede da administradora de cartão.

A modificação foi aprovada pelo Congresso em 2016, mas ainda não tinha uma lei estabelecendo uma transição. Agora, as cidades e as empresas terão três anos para se adaptar.

Em 2021, 33,5% serão arrecadados para o município-sede da empresa e 66,5% para o lugar onde a transação foi realizada. Em 2022, 85% irão para o município onde a compra foi feita e 15% para a cidade-sede. A partir de 2023, 100% ficará onde o serviço ocorre.



MAQUININHAS

Bolsonaro também assinou ontem medida provisória (MP) que libera R\$ 10 bilhões para financiar o chamado Peac-Maquininhas, para oferecer empréstimos por meio de maquininhas de cartão. O crédito será de até R\$ 50 mil para microempreendedores individuais (MEIs), micro e pequenas empresas.

Painel (/colunas/painel/)

painel@grupofolha.com.br (<mailto:painel@grupofolha.com.br>)



Cartórios pressionam Bolsonaro a obrigar pequenas empresas a ter certificação digital

Inovação, incluída em texto na Câmara, recebeu parecer favorável de Flávio Bolsonaro

24.set.2020 à 0h01

 EDIÇÃO IMPRESSA (<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/fac-simile/2020/09/24/>)

O lobby dos cartórios trabalha para que Jair Bolsonaro deixe passar um jabuti no texto da MP 983, exigindo que pequenas e microempresas sejam obrigadas a ter certificação digital para emitir notas fiscais eletrônicas. A novidade foi incluída na Câmara e recebeu parecer favorável de Flávio (<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/09/investigado-flavio-tenta-aproximar-bolsonaro-de-juiz-evangelico-por-vaga-no-stf.shtml>) Bolsonaro (<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/09/investigado-flavio-tenta-aproximar-bolsonaro-de-juiz-evangelico-por-vaga-no-stf.shtml>) (Republicanos-RJ) no Senado. O presidente chegou a indicar que vetaria o texto, contrariando o filho e atendendo a apelo da área técnica do Ministério da Economia (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/09/guedes-vai-avaliar-indicacoes-politicas-para-estatais-com-o-planalto.shtml>), mas pediu mais 24h para pensar.

Representantes do Sebrae buscaram Flávio para convencê-lo a descartar a inovação. Foram informados de que o senador não faria a mexida para não atrasar a tramitação. Havia tempo: a MP só caducaria em 14 de outubro.

Bolsonaro tem até sexta (25) para decidir se vetará parte do texto que teve a relatoria do filho ou se cederá aos cartórios digitais.

Painel

Editado por Fábio Zanini (interino), espaço traz notícias e bastidores da política. Com Mariana Carneiro e Guilherme Seto.

sua assinatura pode valer ainda mais

Você já conhece as vantagens de ser assinante da Folha? Além de ter acesso a reportagens e colunas, você conta com newsletters exclusivas ([conheça aqui](https://login.folha.com.br/newsletter) (<https://login.folha.com.br/newsletter>)). Também pode baixar nosso aplicativo gratuito na [Apple Store](https://apps.apple.com/br/app/folha-de-s-paulo/id943058711?utm_source=materia&utm_medium=textofinal&utm_campaign=appletextocurto) (https://apps.apple.com/br/app/folha-de-s-paulo/id943058711?utm_source=materia&utm_medium=textofinal&utm_campaign=appletextocurto) ou na [Google Play](https://play.google.com/store/apps/details?id=br.com.folha.app&hl=pt_BR&utm_source=materia&utm_medium=textofinal&utm_campaign=androidtextocurto) (https://play.google.com/store/apps/details?id=br.com.folha.app&hl=pt_BR&utm_source=materia&utm_medium=textofinal&utm_campaign=androidtextocurto) para receber alertas das principais notícias do dia. A sua assinatura nos ajuda a fazer um jornalismo independente e de qualidade. Obrigado!

ENDEREÇO DA PÁGINA

<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/painel/2020/09/cartorios-pressionam-bolsonaro-a-obrigar-pequenas-empresas-a-ter-certificacao-digital.shtml>

REFORMA TRIBUTÁRIA ([HTTPS://WWW1.FOLHA.UOL.COM.BR/MERCADO/REFORMA-TRIBUTARIA](https://www1.folha.uol.com.br/mercado/REFORMA-TRIBUTARIA))

Com aval de Bolsonaro, Guedes lança ofensiva pública por criação de nova CPMF

Articuladores políticos começam agora trabalho para vencer resistências no Congresso

23.set.2020 às 13h03

 EDIÇÃO IMPRESSA (<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/fac-simile/2020/09/24/>)

Daniel Carvalho (<https://www1.folha.uol.com.br/autores/daniel-carvalho.shtml>)

Fábio Pupo (<https://www1.folha.uol.com.br/autores/fabio-pupo.shtml>)

BRASÍLIA Com aval do presidente Jair Bolsonaro (<https://www1.folha.uol.com.br/especial/2018/governo-bolsonaro/>) (sem partido), o governo anunciou nesta quarta-feira (23) uma ofensiva para emplacar a criação de um imposto a ser cobrado amplamente nas operações de pagamento no país (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/09/governo-busca-apoio-de-centrao-para-enviar-proposta-de-criacao-de-novo-imposto.shtml>). A iniciativa coube ao ministro Paulo Guedes (Economia), ao lado de líderes do governo no Congresso.

Guedes falou na criação de "tributos alternativos" —eufemismo que o governo usa para a criação de uma nova (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/08/imposto-digital-de-guedes-vai-tributar-saques-e-pode-incidir-sobre-mais-operacoes-que-cpmf.shtml>)CPMF (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/08/imposto-digital-de-guedes-vai-tributar-saques-e-pode-incidir-sobre-mais-operacoes-que-cpmf.shtml>)— como solução para garantir a desoneração da folha de pagamento.

Ele também ligou o imposto ao financiamento do novo programa de renda mínima que será criado na PEC (proposta de emenda à Constituição) do Pacto Federativo, embora tal instrumento não garantiria o programa, visto que depende de corte de despesas por causa do teto de gastos.

"Queremos desonerar, queremos ajudar a buscar emprego, facilitar a criação de empregos, então vamos fazer um programa de substituição tributária", disse Guedes.

"Temos que desonerar folha, por isso a gente precisa de tributos alternativos, para desonerar folha e ajudar a criar empregos e renda a mesma coisa. Vimos a importância do auxílio emergencial, como isso ajudou a manter o Brasil respirando e atravessando essa onda da crise. Temos que também fazer uma aterrissagem suave do programa de auxílio emergencial", afirmou o ministro sem responder a perguntas.

PUBLICIDADE

Ads by Teads

Desde o fim de semana, os líderes partidários vinham articulando com o Congresso uma proposta de reforma tributária que contenha uma desoneração ampla das folhas de salários. Guedes planeja compensar a perda de receitas com a criação do novo imposto.

"Queremos criar renda? Sim. Então, vamos ter que fazer", afirmou ele no Palácio do Planalto, após reunião com o presidente.

A iniciativa também é peça da negociação com parlamentares em torno do veto de Bolsonaro à desoneração de 17 setores. O governo já dá como certa a derrota, deverá liberar as bancadas para derrubar a medida e, em troca, espera apoio na negociação de uma CPMF para compensar uma desoneração ampla da folha de pagamentos. A análise está prevista para o dia 30.

Sua assinatura vale muito.

ENTENDA

Segundo Guedes, a proposta será debatida com os líderes e com os presidentes de Câmara e Senado. "Os textos estão sendo submetidos, vão passar para apreciação dos líderes e vamos encaminhar também para a comissão mista", afirmou.

O ministro disse ainda que a proposta do Pacto Federativo também será encaminhada após alinhamento com líderes partidários e Bolsonaro.

A proposta está nas mãos do senador Márcio Bittar (MDB-AC), relator do texto, que pretende eliminar pisos de saúde e educação no país. Guedes apoia a medida e usa como argumento a devolução do Orçamento público às mãos dos políticos.

"O Pacto Federativo é a devolução do Orçamento público à classe política, a classe política que decide", afirmou.

A equipe de Guedes já tinha formulado uma versão inicial do Pacto Federativo. Em novembro de 2019, o texto foi apresentado ao Congresso no Plano Mais Brasil.

"Eram três versões, elas estão sendo consolidadas agora. E o relator está fazendo um excelente trabalho, está submetendo à aprovação do presidente, vendo onde há acordo, onde não há acordo, e isso vai ser encaminhado", afirmou Guedes.

Relator da PEC do Pacto Federativo, Bittar foi um passo além nos objetivos do texto de desobrigar, desvincular e desindexar diferentes despesas.

Seu relatório sobre a PEC está praticamente pronto. Durante o fim de semana, em um dos trechos mais importantes, Bittar elimina o piso de recursos para saúde e educação no país (a proposta do governo apenas somava os dois pisos, permitindo ao governante mover recursos entre uma e outra área).

Hoje, a Constituição obriga a União a destinar às duas áreas o montante aplicado no ano anterior mais a inflação. Estados e municípios também têm pisos, ligados à receita arrecadada.

Guedes defende a medida dizendo que o aumento pela inflação não protege a população. "A ação política é muito mais importante do que um dinheiro carimbado que corrige 1,6% [o mínimo para a saúde]. Da mesma forma a educação brasileira", afirmou.

"A classe política brasileira está recuperando a decisão sobre os orçamentos públicos. O pacto federativo é devolver os orçamentos públicos à responsabilidade da classe política. Isso que estamos fazendo", disse.

Guedes aproveitou para reafirmar sua tese de que a atividade do Brasil está voltando em V. "O Congresso é reformista, o presidente está dando apoio às reformas, já mandamos a administrativa e vamos mandar a tributária. E o Pacto Federativo está entrando", disse. "Estamos costurando esses acordos, construindo a solução", afirmou.

Ricardo Barros (PP-PR), líder do governo na Câmara (<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/08/novo-lider-de-bolsonaro-e-investigado-por-suostas-irregularidades-na-saude-e-no-parana.shtml>), pretende testar as propostas do Pacto e da reforma tributária até a próxima semana e avaliar a viabilidade das propostas do governo em conversas com líderes e com Rodrigo Maia (DEM-RJ) e Davi Alcolumbre (DEM-AP), presidentes da Câmara e do Senado, respectivamente.

Barros disse que o governo não abrirá mão da responsabilidade fiscal. "Reafirmamos nosso compromisso com o teto de gastos e o rigor fiscal. Nenhuma proposta que será encaminhada vai tratar desta questão. Estamos buscando dentro do Orçamento recursos para poder avançar nos programas e, se houver a necessidade, faremos uma substituição de tributação", disse o líder.

"Não tem aumento de carga tributária, tem compromisso com o teto de gastos e com o rigor fiscal", afirmou Barros.

A criação de um novo imposto nos moldes da antiga CPMF, porém, encontra resistências declaradas, como a do presidente da Câmara e do presidente da comissão da reforma tributária, senador Roberto Rocha (PSDB-MA).

Sua assinatura vale muito.

ENTENDA

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/08/novo-imposto-de-guedes-pode-arrecadar-mais-que-antiga-cpmf.shtml> e que, apesar de estar sendo priorizado pelo governo, não deve sequer chegar aos parlamentares.

"É muito delicado este assunto. Pode, de algum modo, contaminar a reforma. Não há ambiente político para discutir este assunto", disse Rocha.

Para o senador, é mais viável seguir com a proposta que está em curso no Parlamento. Ele disse que o relatório do deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB) será apresentado ao colegiado na próxima semana, haverá concessão de vista coletiva e o texto será votado na comissão em 7 de outubro.

Em linhas gerais, a proposta que está no Congresso prevê a fusão de cinco impostos (PIS, Cofins, IPI, ICMS e ISS) em um só, chamado de IBS (Imposto sobre Bens e Serviços).

Barros disse que a ideia do governo é que as propostas para serem inseridas nas PECs da reforma tributária e do Pacto Federativo sejam apresentadas na semana que vem.

Responsável no Planalto pela relação com o Congresso, o ministro Luiz Eduardo Ramos (Secretaria de Governo) minimizou a oposição de Roberto Rocha. "Cada um tem uma opinião", disse à **Folha**.

"Temos articulação política", disse Guedes, duas vezes seguidas, após a resposta de Ramos.

A assessora especial do Ministério da Economia Vanessa Canado afirmou no mês passado que o novo imposto sobre pagamentos sendo desenhado pelo governo não taxaria apenas operações digitais, mas todas as transações da economia.

"Para ser um tributo de base ampla, obviamente ele não captura só as transações digitais. Tem que capturar todas as transações da economia", afirmou Canado durante evento virtual.

Apesar de rechaçar a comparação com a CPMF, o Ministério da Economia ainda não apresentou formalmente os detalhes da nova cobrança para mostrar quais exatamente seriam as diferenças em relação à antiga CPMF.

Até hoje, o momento em que a ideia do novo imposto foi comentada com mais detalhes publicamente foi em setembro de 2019, durante apresentação da Receita Federal em seminário sobre o tema.

Ali, foi revelado que o governo planejava taxar até saques e depósitos em dinheiro com uma alíquota inicial de 0,4%. Já para pagamentos no débito e no crédito, a alíquota seria de 0,2% (para cada lado da operação, pagador e recebedor).

Na ocasião, a própria Receita Federal fez uma análise do comportamento do novo tributo tendo como base a antiga CPMF, o que comprovou a semelhança. Após a repercussão da apresentação, o então secretário especial da Receita (Marcos Cintra) foi demitido.

Agora, os cálculos da Economia apontam para uma alíquota de 0,2%, dos dois lados da operação, e uma arrecadação potencial de R\$ 120 bilhões (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/08/novo-imposto-de-guedes-pode-arrecadar-mais-que-antiga-cpmf.shtml>).

sua assinatura vale muito

Mais de 180 reportagens e análises publicadas a cada dia. Um time com mais de 120 colunistas. Um jornalismo profissional que fiscaliza o poder público, veicula notícias proveitosas e inspiradoras, faz contraponto à intolerância das redes sociais e traça uma linha clara entre verdade e mentira. Quanto custa ajudar a produzir esse conteúdo?

Dados da Receita indicam arrecadação em agosto quase estável comparada a 2019

Resultado mostra recuperação do recolhimento de impostos após seguidas quedas no ano por causa da pandemia da Covid-19

23.set.2020 às 18h09

EDIÇÃO IMPRESSA (<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/fac-simile/2020/09/24/>)

Thiago Resende (<https://www1.folha.uol.com.br/autores/thiago-resende.shtml>)

BRASÍLIA Após fortes tombos (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/08/arrecadacao-federal-cai-17-em-julho-e-aponta-impacto-menor-da-pandemia.shtml>), a arrecadação federal registrou recuperação em agosto, indicam relatórios da Receita Federal. Deve ser anunciado nesta semana um resultado próximo da estabilidade na comparação com o mesmo mês do ano passado.

Dados preliminares da Receita levantados pela **Folha** apontam que a arrecadação de impostos, contribuições e demais receitas federais apresentou uma alta tímida. A comparação com agosto de 2019 já leva em consideração a inflação no período.

O balanço parcial indica que entraram nos cofres públicos cerca de R\$ 122 bilhões em agosto por recolhimentos de responsabilidade da Receita Federal, incluindo contribuições previdenciárias.

No mesmo mês do ano passado, foram aproximadamente R\$ 120,4 bilhões, em número corrigido pela inflação. O avanço, em 2020, foi, portanto, próximo de 1%.

No entanto, o resultado final a ser divulgado nesta semana poderá sofrer uma leve alteração por causa dos recolhimentos não administrados pela Receita Federal. Mas o efeito desses valores é baixo.

Termômetro para o desempenho da atividade econômica, a arrecadação federal deve deixar para trás as seguidas quedas nos meses anteriores, que chegaram a 30% (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/07/dados-da-receita-indicam-queda-de-quase-30-na-arrecadacao-de-junho.shtml>).

A recuperação é influenciada pelo pagamento de impostos que haviam sido adiados no começo da pandemia, especialmente a contribuição paga pelos empregadores à Previdência Social e impostos de empresas do Simples Nacional. Mas a medida deve ter efeito mais amplo no fim do ano, quando haverá a fatura dos tributos atrasados, por exemplo, imposto de renda de empresas e outras cobranças que passaram para outubro, novembro e dezembro.

No acumulado do ano, a arrecadação deve seguir registrando uma queda próxima de 15% em relação aos oito primeiros meses de 2019.

Até julho, os recolhimentos federais apresentaram expansão em apenas um mês: janeiro (4,69%). Em fevereiro e março, houve queda de 2,71% e 3,32% (respectivamente).

Em abril, com os efeitos da pandemia, começaram as quedas de dois dígitos (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/06/crise-do-coronavirus-derruba-arrecadacao-federal-de-maio-em-33.shtml>). Naquele mês, houve retração de 28,95% contra um ano antes e, em maio, de 32,92%.

Junho voltou a registrar um forte recuo, de 29,59%. Mas, em julho, os efeitos começaram a arrefecer e a retração foi de 17,68%.

Sobre as sucessivas retrações na arrecadação, o governo afirma que houve impacto da alteração do prazo de recolhimento dos impostos (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/06/governo-lanca-parcelamento-de-divida-tributaria-com-desconto-de-ate-70.shtml>).

Cobranças para MEI (microempreendedor individual) e para o regime geral do Simples Nacional (como o IRPJ, o IPI, a CSLL, a Cofins, a Contribuição Previdenciária) que venceriam em abril, maio e junho foram postergadas para outubro, novembro e dezembro.

Além disso, o governo cortou o IOF (Imposto sobre Operações Financeiras) sobre operações de crédito no período da pandemia.

Como parte do discurso de que a economia começa a reagir, o governo chegou a divulgar que volume de vendas com emissão de nota fiscal eletrônica avançou 13,4% em agosto em relação ao mesmo mês do ano anterior.

Mas a análise dos dados parciais da Receita Federal mostram que a recuperação dos recolhimentos foi puxada pela contribuição previdenciária.

Por causa da crise da Covid-19, o Ministério da Economia permitiu que as empresas adiassem o pagamento desse tributo em abril e maio. A cobrança foi feita em agosto e uma nova fatura chegará em outubro.

Além do tombo na arrecadação no acumulado do ano, o governo registra uma forte expansão dos gastos públicos em função de medidas adotadas durante a pandemia, como a criação do auxílio emergencial e do benefício para compensar a redução na renda de trabalhadores que tiveram salários temporariamente cortados ou contratos suspensos.

Relatório divulgado nesta terça-feira (22) pelo Ministério da Economia estima que o déficit nas contas da União deverá encerrar o ano em R\$ 861 bilhões, o pior resultado da série histórica (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/09/governo-estima-rombo-de-r-861-bilhoes-nas-contas-publicas-em-2020.shtml?origin=folha>).

sua assinatura pode valer ainda mais

Você já conhece as vantagens de ser assinante da Folha? Além de ter acesso a reportagens e colunas, você conta com newsletters exclusivas ([conheça aqui](https://login.folha.com.br/newsletter)). Também pode baixar nosso aplicativo gratuito na [Apple Store](https://apps.apple.com/br/app/folha-de-s-paulo/id943058711?utm_source=materia&utm_medium=textofinal&utm_campaign=appletextocurto) ou na [Google Play](https://play.google.com/store/apps/details?id=br.com.folha.app&hl=pt_BR&utm_source=materia&utm_medium=textofinal&utm_campaign=androidtextocurto) para receber alertas das principais notícias do dia. A sua assinatura nos ajuda a fazer um jornalismo independente e de qualidade. Obrigado!

ENDEREÇO DA PÁGINA

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/09/dados-da-receita-indicam-arrecadacao-em-agosto-quase-estavel-comparada-a-2019.shtml>

recomendadas para você

REFORMA ADMINISTRATIVA ([HTTPS://WWW1.FOLHA.UOL.COM.BR/MERCADO/REFORMA-ADMINISTRATIVA](https://www1.folha.uol.com.br/mercado/reforma-administrativa))

Em meio à reforma administrativa, AGU põe 92% dos procuradores no topo da carreira

Salários chegam a R\$ 27,3 mil; medida coincide com debate sobre proibição de progressões automáticas

23.set.2020 às 19h07

Atualizado: 23.set.2020 às 19h55

 EDIÇÃO IMPRESSA (<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/fac-simile/2020/09/24/>)

Bernardo Caram (<https://www1.folha.uol.com.br/autores/bernardo-caram.shtml>)

Matheus Teixeira (<https://www1.folha.uol.com.br/autores/matheus-teixeira.shtml>)

BRASÍLIA Dias após a apresentação da proposta de reforma administrativa (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/09/reforma-administrativa-proibe-progressoes-automaticas-e-abre-caminho-para-fim-da-estabilidade.shtml>) pelo governo, que pretende proibir progressões automáticas, a AGU (Advocacia-Geral da União) promoveu 606 membros da Procuradoria-Geral Federal ao topo da carreira.

Com a medida, efetivada no dia 18 de setembro, 92% dos membros do órgão estão agora no ponto mais alto da categoria, com salário mensal de R\$ 27.303. A remuneração inicial é de R\$ 21.014.

A informação foi publicada pelo site Poder360 e confirmada pela **Folha**.

Além dos salários, os procuradores federais recebem honorários. Dados de 2019 apontam que o incremento à remuneração desses profissionais é de R\$ 7.000 por mês, em média.

De acordo com a AGU, as promoções na carreira de procurador (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/09/governo-poupa-juizes-e-procuradores-de-reforma-por-decisao-politica-dizem-especialistas.shtml>) federal são realizadas semestralmente, todos os anos, em cumprimento ao que determina a legislação.

PUBLICIDADE



Ads by Teads

“As promoções decorrem de dois critérios: antiguidade e merecimento”, afirma o órgão.

Em nota, informou que existem hoje 3.738 cargos de procurador federal ocupados. Desse total, 3.489 estão na categoria especial, o nível mais alto. Apenas 249 se encontram na primeira categoria.

A AGU argumenta que o quadro da carreira prevê um total de 4.362 membros. Isso significa que parte das cadeiras está desocupada atualmente. Com isso, o órgão afirma que a proporção de procuradores no topo da carreira é de 79%.

O presidente da Anafe (Associação Nacional dos Advogados Públicos Federais

<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/monicabergamo/2020/08/reforma-administrativa-pode-enfraquecer-combate-a-corrupcao-diz-associacao-de-advogados-publicos.shtml>),

Marcelino Rodrigues, afirma que as promoções têm relação com o tempo de serviço dos procuradores e não estão ligadas à apresentação da reforma administrativa.

“Apesar dessa coincidência com a discussão da reforma, é um processo normal, não houve nenhum tipo de excepcionalidade. Não houve criação de qualquer tipo de vaga neste momento”, disse.

A proposta do governo ainda vai iniciar a tramitação no Congresso e tem um longo caminho a percorrer antes de ter validade.

Entre os pontos da PEC (Proposta de Emenda à Constituição), está a proibição de progressões automáticas

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/09/reforma-administrativa-proibe-progressoes-automaticas-e-abre-caminho-para-fim-da-estabilidade.shtml> de carreira, como as gratificações por tempo de serviço. A medida também proíbe licenças-prêmio, férias superiores a 30 dias e reajustes salariais retroativos.

Nos planos do governo, também estão a redução das remunerações de entrada no serviço público e a ampliação do número de faixas de salário para evolução ao longo da carreira. Esses pontos devem ser tratados em projetos que serão apresentados em um segundo momento.

O texto ainda abre caminho para reduzir o número de carreiras no serviço público e acabar com a estabilidade na maior parte dos postos. As modalidades de contratação serão ampliadas, com maior flexibilidade para a convocação de funcionários com vínculo mais frágil e de temporários.

A medida formulada pelo Ministério da Economia foi criticada por preservar algumas categorias. Além de não atingir os atuais servidores, são poupadas categorias específicas, classificadas como membros de Poderes –juízes, desembargadores, procuradores e promotores.

Parlamentares, por terem cargo eletivo, não se enquadram na proposta. Por decisão do governo, também não será feita uma reestruturação nas carreiras dos militares das Forças Armadas.

Ao apresentar a proposta, o governo argumentou que o presidente da República não tem autonomia para propor mudanças de regras para membros de outros Poderes. Juristas, no entanto, contestam a justificativa e afirmam que a exclusão dessas carreiras não tem base legal e é ancorada apenas em uma avaliação política.

sua assinatura pode valer ainda mais

Você já conhece as vantagens de ser assinante da Folha? Além de ter acesso a reportagens e colunas, você conta com newsletters exclusivas ([conheça aqui](https://login.folha.com.br/newsletter)). Também pode baixar nosso aplicativo gratuito na [Apple Store](https://apps.apple.com/br/app/folha-de-s-paulo/id943058711?utm_source=materia&utm_medium=textofinal&utm_campaign=appletextocurto) ou na [Google Play](https://play.google.com/store/apps/details?id=br.com.folha.app&hl=pt_BR&utm_source=materia&utm_medium=textofinal&utm_campaign=androidtextocurto) para receber alertas das principais notícias do dia. A sua assinatura nos ajuda a fazer um jornalismo independente e de qualidade. Obrigado!

REFORMA TRIBUTÁRIA ([HTTPS://WWW1.FOLHA.UOL.COM.BR/MERCADO/REFORMA-TRIBUTARIA](https://www1.folha.uol.com.br/mercado/REFORMA-TRIBUTARIA))

Nova CPMF contamina discussão, diz presidente da comissão da reforma tributária

Roberto Rocha (PSDB-MA) diz que imposto nos moldes da CPMF não está em discussão no Legislativo

23.set.2020 às 11h44

 EDIÇÃO IMPRESSA (<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/fac-simile/2020/09/24/>)

Daniel Carvalho (<https://www1.folha.uol.com.br/autores/daniel-carvalho.shtml>)

BRASÍLIA A despeito do esforço do governo para buscar apoio do centrão para um imposto sobre transações digitais (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/09/governo-busca-apoio-de-centrao-para-enviar-proposta-de-criacao-de-novo-imposto.shtml>), o presidente da comissão da reforma tributária no Congresso, senador Roberto Rocha (PSDB-MA), disse nesta quarta-feira (23) que a criação da nova CPMF é um assunto delicado e que pode contaminar toda a discussão.

Ao chegar para uma reunião no Palácio do Planalto, Rocha disse aos jornalistas que um imposto nos moldes da CPMF (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/08/imposto-digital-de-guedes-vai-tributar-saques-e-pode-incidir-sobre-mais-operacoes-que-cpmf.shtml>) é um assunto que não está em discussão no Legislativo e que, apesar de estar sendo priorizado pelo governo, não deve sequer chegar aos parlamentares.

"É muito delicado este assunto. Pode, de algum modo, contaminar a reforma. Não há ambiente político para discutir este assunto", afirmou Rocha.

Para o senador, é mais viável seguir com a proposta que está em curso no Parlamento. Ele disse que o relatório do deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB) será apresentado ao colegiado na próxima semana, haverá concessão de vista coletiva e o texto será votado na comissão em 7 de outubro.

Em linhas gerais, a proposta que está no Congresso prevê a fusão de cinco impostos (PIS, Cofins, IPI, ICMS e ISS) em um só, chamado de IBS (Imposto sobre Bens e Serviços).

A proposta de um imposto sobre transações digitais elaborada pelo time do ministro Paulo Guedes (Economia) recebeu o aval do presidente Jair Bolsonaro (sem partido) (<https://www1.folha.uol.com.br/especial/2018/governo-bolsonaro/>). Agora, o governo busca o apoio do centrão para apresentá-la ao Congresso.

O novo tributo, nos moldes da antiga CPMF, pretende levantar R\$ 120 bilhões por ano (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/08/novo-imposto-de-guedes-pode-arrecadar-mais-que-antiga-cpmf.shtml>). Os recursos vão custear o programa de desoneração da folha de pagamentos.

Pessoas que participaram das discussões na semana passada afirmam que Bolsonaro delegou ao deputado Ricardo Barros (PP-PR), líder do governo na Câmara (<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/08/novo-lider-de-bolsonaro-e-investigado-por-supostas-irregularidades-na-saude-e-no-parana.shtml>), a obtenção dos votos antes de a proposta ser formalmente enviada.

Nesta terça-feira (22), Barros marcou almoço em sua casa, em Brasília. Lá marcaram presença Guedes e deputados do centrão —grupo formado por partidos como PP, PSD e Republicanos— que estão aderindo à base do governo.

Um dos temas discutidos foi a criação do novo imposto.

A ideia de Guedes é estabelecer alíquota de 0,2% sobre o valor de qualquer transação digital. O montante arrecadado será usado para cobrir a desoneração da folha para quem ganha até um salário mínimo (R\$ 1.045).

Acima desse patamar, haverá descontos. A contribuição previdenciária paga pelas empresas para esses funcionários, que hoje é de 20%, passaria a 10%. A diferença seria coberta pela receita gerada pelo novo tributo.

Também está na proposta a ampliação da isenção do Imposto de Renda da Pessoa Física (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/imposto-de-renda/>) de R\$ 1.900 para R\$ 3.000.

No almoço, Guedes disse que enviará nos próximos dias o texto da proposta para os líderes da base do governo. Dessa forma, eles podem dar início a um processo de convencimento com os demais deputados.

A ideia, ainda segundo assessores presidenciais, é que o governo, depois disso, apresente oficialmente a proposta como uma contribuição à reforma tributária, que tramita na Câmara por meio de uma PEC (proposta de emenda Constitucional). Outra versão diferente da reforma corre no Senado.

Outra opção é que o novo imposto seja encaminhado separadamente ao Congresso. Assim, teria uma tramitação independente e paralela.

A criação da nova CPMF conta com a antipatia do presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), que comanda a pauta da Casa até fevereiro de 2021.

"Na realidade, não é criar um imposto o que o governo quer, o governo quer é desonerar a folha. A maneira que encontra para desonerar a folha é criando esta movimentação financeira. Ou faz assim ou aumenta no IVA, aumentando a carga tributária. Mas este é um assunto delicado, que não me parece oportuno discutir agora, neste momento", disse Roberto Rocha.

Bolsonaro discute o assunto com ministros e líderes do governo no Congresso. Sua agenda oficial previa discussão envolvendo os ministros Walter Braga Netto (Casa Civil), Paulo Guedes, Luiz Eduardo Ramos (Secretaria de Governo), Jorge Oliveira (Secretaria-Geral da Presidência), senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), líder do governo no Senado, senador Eduardo Gomes (MDB- O), líder do governo no Congresso; senador Márcio Bittar (MDB-AC), relator do Orçamento 2021, deputado Ricardo Barros e o deputado Arthur Lira (PP-AL), líder de seu partido e que, informalmente, atua como interlocutor entre Planalto e Câmara.

sua assinatura pode valer ainda mais

Você já conhece as vantagens de ser assinante da Folha? Além de ter acesso a reportagens e colunas, você conta com newsletters exclusivas ([conheça aqui](https://login.folha.com.br/newsletter)). Também pode baixar nosso aplicativo gratuito na [Apple Store](https://apps.apple.com/br/app/folha-de-s-paulo/id943058711?utm_source=materia&utm_medium=textofinal&utm_campaign=appletextocurto) ou na [Google Play](https://play.google.com/store/apps/details?id=br.com.folha.app&hl=pt_BR&utm_source=materia&utm_medium=textofinal&utm_campaign=androidtextocurto) para receber alertas das principais notícias do dia. A sua assinatura nos ajuda a fazer um jornalismo independente e de qualidade. Obrigado!

ENDEREÇO DA PÁGINA

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/09/presidente-de-comissao-da-reforma-tributaria-diz-que-nova-cpmf-e-tema-delicado-e-contamina-discussao.shtml>

recomendadas para você

MERCADO DE TRABALHO ([HTTPS://WWW1.FOLHA.UOL.COM.BR/FOLHA-TOPICOS/MERCADO-DE-TRABALHO](https://www1.folha.uol.com.br/folha-topicos/mercado-de-trabalho))

Oferta de trabalho cai até 36% enquanto procura por vaga cresce

Levantamento em site e classificados de emprego aponta retração na busca por profissionais; informalidade aumenta

23.set.2020 às 23h15

 EDIÇÃO IMPRESSA (<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/fac-simile/2020/09/24/>)

Fernanda Brigatti (<https://www1.folha.uol.com.br/autores/fernanda-brigatti.shtml>)

Diego Garcia (<https://www1.folha.uol.com.br/autores/diego-garcia.shtml>)

SÃO PAULO e RIO DE JANEIRO A volta de mais de 1 milhão de desempregados à procura de um trabalho

(<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/09/desemprego-aumentou-276-em-quatro-meses-de-pandemia-diz-ibge.shtml>) após o período de distanciamento social coincide com um período de redução nas vagas ofertadas, o que deve contribuir para manter em alta os níveis de desocupação no país (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/09/mais-11-milhao-saem-em-busca-de-vaga-e-taxa-de-desemprego-dispara.shtml>), apesar dos novos postos que foram criados em agosto.

A oferta de novas vagas em sites e agregadores de classificados de empregos caiu entre 12% e 36% neste ano na comparação com os primeiros oito meses do ano passado.

Levantamento feito pela **Folha** em empresas como LinkedIn, Infojobs, Banco Nacional de Empregos e Indeed, além do CATE (Centro de Apoio ao Trabalho e Empreendedorismo), ligado à Prefeitura de São Paulo, mostra um encolhimento nas novas seleções para postos trabalho.

sua assinatura pode valer ainda mais

Você já conhece as vantagens de ser assinante da Folha? Além de ter acesso a reportagens e colunas, você conta com newsletters exclusivas ([conheça aqui](https://login.folha.com.br/newsletter) (<https://login.folha.com.br/newsletter>)). Também pode baixar nosso aplicativo gratuito na [Apple Store](https://apps.apple.com/br/app/folha-de-s-paulo/id943058711?utm_source=materia&utm_medium=textofinal&utm_campaign=appletextocurto) (https://apps.apple.com/br/app/folha-de-s-paulo/id943058711?utm_source=materia&utm_medium=textofinal&utm_campaign=appletextocurto) ou na [Google Play](https://play.google.com/store/apps/details?id=br.com.folha.app&hl=pt_BR&utm_source=materia&utm_medium=textofinal&utm_campaign=androidtextocurto) (https://play.google.com/store/apps/details?id=br.com.folha.app&hl=pt_BR&utm_source=materia&utm_medium=textofinal&utm_campaign=androidtextocurto) para receber alertas das principais notícias do dia. A sua assinatura nos ajuda a fazer um jornalismo independente e de qualidade. Obrigado!

ENDEREÇO DA PÁGINA

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/09/retomada-de-procura-por-trabalho-coincide-com-queda-de-vagas-ofertadas.shtml>

recomendadas para você

STF mantém tributo sobre folha de pagamento para financiar Sebrae, Apex e ABDI

Tesouro calcula que decisão garante cerca de R\$ 4 bi para as três instituições

23.set.2020 às 17h51

 EDIÇÃO IMPRESSA (<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/fac-simile/2020/09/24/>)

Matheus Teixeira (<https://www1.folha.uol.com.br/autores/matheus-teixeira.shtml>)

BRASÍLIA O STF (Supremo Tribunal Federal) declarou válida a cobrança de 0,6% sobre a folha de salário das empresas (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2017/07/1901639-cresce-a-arrecadacao-do-sistema-s-que-nao-passa-por-controle-do-fisco.shtml>) destinada ao Sebrae, à Apex (Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos) e à ABDI (Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial).

O julgamento foi concluído nesta terça-feira (23) e representava um risco para o futuro das entidades. Por 6 a 4, no entanto, a corte manteve o modelo de financiamento dos órgãos e rejeitou ação da empresa Fiação São Bento, que questionava a incidência do tributo.

A relatora, ministra Rosa Weber, votou contra as entidades e foi acompanhada por Edson Fachin, Ricardo Lewandowski e Marco Aurélio.

Prevaleram, no entanto, os votos dos ministros Alexandre de Moraes, Gilmar Mendes, Cármen Lúcia, Luís Roberto Barroso, Dias Toffoli e Luiz Fux.

O cálculo do Tesouro Nacional é que a derrubada da contribuição, que não se concretizou, representaria uma perda orçamentária de R\$ 3,5 bilhões para o Sebrae, R\$ 520 milhões para a Apex e R\$ 85 milhões para o ABDI.

Na ação, a empresa afirmava que uma emenda constitucional de 2001 disciplinou a cobrança de contribuições sociais e da Cide (Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico) e que o pagamento do tributo não era mais necessário.

A maioria dos ministros, porém, entendeu que a norma aprovada em 2001 permite considerar a folha de salários (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/09/desoneracao-da-folha-para-trabalhador-nao-qualificado-tem-mais-impacto-em-formalizacao.shtml>) como base de cálculo da contribuição, o que assegura o financiamento das entidades.

“A literalidade da complexa legislação tributária deve ceder à interpretação mais adequada. Aqui o que se pretende é interpretação mais harmônica com a finalidade da norma constitucional: assegurar condições propícias para empresas de pequeno porte gerarem empregos”, disse Alexandre de Moraes.

Rosa Weber, porém, votou no sentido oposto e defendeu o fim da cobrança a partir de 2001, ano da emenda. A ministra também defendeu a devolução do que foi pago nos últimos cinco anos às empresas.

Número de desempregados cresce 27,6% desde maio

Em agosto, eram 12,9 milhões sem trabalho. Com redução do auxílio e flexibilização do distanciamento, aumenta procura por vaga

PEDRO CAFFETI

A retomada da busca por trabalho fez com que o desemprego voltasse a subir em agosto, segundo dados da Psad Covid, divulgados ontem pelo IBGE. Desde maio, início da pesquisa, o número de desempregados cresceu 27,6%, atingindo 12,9 milhões no mês passado. São mais 2,8 milhões de pessoas no grupo de desocupados.

A taxa de desemprego subiu em agosto para 13,6%, maior patamar desde maio. Em julho, estava em 13,1%. A Região Sul foi a única a apresentar queda da população desocupada de julho para agosto.

A alta do desemprego deve continuar, segundo economistas, diante da flexibilização do isolamento social imposto pela Covid-19 e da redução do valor do auxílio emergencial.

Levantamento feito pelo economista Bruno Inaizumi, da LCA Consultores, mostra que a medida que o indicador

de distanciamento cai, o desemprego sobe. O problema é que as pessoas estão procurando trabalho, mas não estão encontrando. Enquanto a força de trabalho cresceu 1,4% no mês, o número de ocupados avançou apenas 0,8%.

O IBGE considera desempregado apenas quem efetivamente procurou uma vaga e não achou. Muitas pessoas que hoje buscam emprego foram demitidas na pandemia e somente agora estão retornando, seja por maior confiança na economia, controle da curva epidemiológica ou redução das medidas emergenciais.

PIORESTÁ POR VIR

Apesar dos últimos indicadores mostrarem melhora da atividade na indústria e no comércio, economistas afirmam que o pior momento para o mercado de trabalho ainda está por vir. Na avaliação dos pesquisadores Maria Andreia Parente Lam eiras e Marco Cavalcanti, do Ipea, o desemprego deverá conti-

CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO DESOCUPADA

Evolução dos dados na pandemia

Taxa de desemprego (em %)



Fonte: Psad Covid/IBGE

Total de pessoas em busca de trabalho (em milhões)



Editoria de Arte

ar crescendo nos próximos meses, diante da redução do auxílio emergencial e da continuidade na melhora dos indicadores econômicos.

Em agosto, 43,9% dos domicílios brasileiros receberam algum benefício relacionado à pandemia, seja o auxílio emergencial ou a complementação dada pela União a

quem teve suspensão de contrato ou jornada reduzida.

Em setembro, no entanto, o valor do auxílio emergencial caiu a R\$ 300. Com a única fonte de renda de muitas famílias diminuindo, a tendência é que mais pessoas saiam de casa na busca por trabalho. Na última semana de agosto, a taxa de desocupação já foi de

14,3%, atingindo o ápice no recorte a cada sete dias.

— A força de trabalho vai aumentar com a volta dessas pessoas que não estão mais conseguindo pagar as contas — avalia Lisandra Barbero, economista da XP Investimentos.

Além disso, o fim da vigência dos programas emergenciais do governo federal rela-

cionados à manutenção do emprego pode impactar o mercado de trabalho, principalmente o formal. Levantamento feito pela PCV mostrou que uma em cada quatro empresas do setor de serviços avalia demitir ou até encerrar as atividades quando essas medidas terminarem.

PICO SERÁ EM 2021

Para Inaizumi, da LCA Consultores, esses fatores devem fazer com que o pico de desemprego ocorra em 2021:

— As coisas tendem a piorar após o fim dos benefícios.

A despeito dos indicadores de piora nos próximos meses, dados do IBGE apontam melhora para aqueles que estão ocupados. Pelo segundo mês consecutivo, a carga horária efetivamente trabalhada subiu, atingindo 34,1 horas.

Além disso, a diferença entre o rendimento habitual, tradicionalmente recebido pelo trabalhador, e o efetivo, ou seja, aquilo que foi pago, foi de 7,6%, um enor desde maio.

— A medida que as pessoas foram voltando ao mercado de trabalho, foram retomando a renda que recebiam antes da pandemia — comenta Maria Lúcia Vieira, coordenadora da pesquisa do IBGE.

MERVAL PEREIRA



www.oglobo.com.br/coluna/merval-pereira
editoria_economia@oglobo.com.br



O teto é o limite

O cobertor curto orçamentário está causando apreensão entre os políticos, alérgicos a novos impostos; ao governo, que já tem tudo para lançar um novo programa social, menos dinheiro; e nos órgãos fiscalizadores, como o Tribunal de Contas da União (TCU), que ontem alertou que o quadro fiscal do país é “gravíssimo”, na definição do ministro Bruno Dantas.

O ministro Paulo Guedes está em busca de “tributos alternativos” para desonerar a folha de pagamentos das empresas e também encontrar “uma aterrissagem suave” do auxílio emergencial. É a maneira politicamente correta que Guedes encontrou para tentar a aprovação do imposto sobre transações digitais.

Quanto à desoneração da folha, a troca é bem-vinda e poderá ser a chave para um acordo no Congresso, pois barateará o custo das contratações, ajudando a reduzir a taxa de desempregados. “Queremos desonerar, queremos ajudar a buscar emprego, facilitar a criação de empregos, então vamos fazer um programa de substituição tributária”, disse Guedes.

Mas, quanto ao substituto do auxílio emergencial, que o governo quer transformar num programa de renda mínima de R\$ 300, maior que o Bolsa-Família no valor e no alcance social, a conta não fecha. O teto de gastos não admite que novas receitas possam aumentar as limitações orçamentárias.

Só cortando custos; gastos a mais só com a definição de onde sairá o dinheiro novo para compensá-los. O ministro Bruno Dantas ontem foi claro: "O teto é fixo". Ao analisar ontem uma prestação de contas da execução orçamentária e financeira do primeiro trimestre, os ministros ficaram impressionados com a previsão de que o déficit fiscal deste ano deve ser da ordem de R\$ 861 bilhões, maior do que a previsão oficial em julho.

Segundo o ministro Bruno Dantas, existe a sensação "em vários momentos" de que o

Brasil está "à deriva". Foi apoiado por todos quando afirmou que o governo precisa fazer um plano de saída da crise para "o curto e médio prazo".

Com todas essas dificuldades, no decorrer das negociações sobre o pacto federativo, que é onde está embutido o

Renda Cidadã, é possível que o debate sobre a possibilidade de mudança dos critérios do teto de gastos seja destravado. Há quem imagine que é possível fixar um novo teto, englobando o resultado de um novo imposto.

A proposta do relator do pacto federativo, senador Marcio Bittar, é acabar com as despesas obrigatórias para Saúde e Educação, permitindo que o Orçamento seja mais flexível. É uma questão polêmica, que certamente causará debates polarizados, pois será preciso que, nessa conformação, o apoio político da Saúde e da Educação seja forte o su-

Há quem imagine que é possível fixar um novo teto, englobando o resultado de um novo imposto

ficiente para que não percam verbas orçamentárias. Como a visão é que este governo não tem apreço pelas duas áreas, vai ser difícil chegar a um acordo.

Para cortar gastos que sejam relevantes, só há uma saída: ou mexer na parte superior da pirâmide, que é onde estão os altos salários dos servidores públicos, ou cortar na base, atingindo a maioria, formada pelos que se procura atender com o novo programa social. A segunda opção já foi descartada pelo presidente Bolsonaro, que alega não querer tirar dos pobres para dar para os paupérrimos.

O que ele quer mesmo é manter um programa social que dará o dobro do que hoje dá o Bolsa Família, e a mais gente, incluindo os cerca de dez milhões de “invisíveis” descobertos agora na pandemia. É um projeto político que esbarrana dificuldade por que passa o país, mas que interessa também ao Centrão, que assumiu o apoio ao Renda Cidadã. Como estamos em época eleitoral, o novo programa social não deve ser de efeito imediato, pois até dezembro está em vigor o auxílio emergencial de R\$ 300.

Alimentos pressionam e prévia da inflação tem maior alta em setembro desde 2012

Carne sobe e óleo de soja, arroz e leite acumulam altas de quase 30% no ano, diz IBGE

23.set.2020 às 9h15

Atualizado: 23.set.2020 às 11h37

 EDIÇÃO IMPRESSA (<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/fac-simile/2020/09/24/>)

Thais Carrança (<https://www1.folha.uol.com.br/autores/thais-carranca.shtml>)

Diego Garcia (<https://www1.folha.uol.com.br/autores/diego-garcia.shtml>)

SÃO PAULO e RIO DE JANEIRO Pressionada pelo preço dos alimentos (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/09/brasileiro-e-dos-que-mais-sentem-a-inflacao-da-covid-aponta-estudo.shtml>), a prévia da inflação oficial brasileira registrou em setembro sua maior alta desde 2012. Segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), o IPCA-15 (Índice de Preços ao Consumidor Amplo 15) acelerou para 0,45% no mês, após alta de 0,23% em agosto.

O resultado ficou acima da expectativa dos economistas, que era de uma alta de 0,39% para o indicador em setembro, segundo a média das projeções colhidas pela Bloomberg.

No ano, a inflação acumulada é de 1,35%. No acumulado de 12 meses até setembro, o índice também acelerou para alta de 2,65%, vindo de 2,28% em agosto.

sua assinatura pode valer ainda mais

Você já conhece as vantagens de ser assinante da Folha? Além de ter acesso a reportagens e colunas, você conta com newsletters exclusivas ([conheça aqui](https://login.folha.com.br/newsletter)). Também pode baixar nosso aplicativo gratuito na [Apple Store](https://apps.apple.com/br/app/folha-de-s-paulo/id943058711?utm_source=materia&utm_medium=textofinal&utm_campaign=appletextocurto) ou na [Google Play](https://play.google.com/store/apps/details?id=br.com.folha.app&hl=pt_BR&utm_source=materia&utm_medium=textofinal&utm_campaign=androidtextocurto) para receber alertas das principais notícias do dia. A sua assinatura nos ajuda a fazer um jornalismo independente e de qualidade. Obrigado!

ENDEREÇO DA PÁGINA

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/09/alimentos-pressionam-e-previa-da-inflacao-tem-maior-alta-em-setembro-desde-2012.shtml>

recomendadas para você

Alta do juro de longo prazo é alerta sobre risco fiscal, diz Tesouro

Para secretário, piora dos preços dos títulos reflete fundamentos, mas é transitória

Por **Fabio Graner, Lucinda Pinto e Victor Rezende** — De Brasília e São Paulo

24/09/2020 05h01 · Atualizado há 6 horas





Para Funchal, clareza sobre o rumo fiscal vai reduzir inclinação da curva de juros — Foto: Denio Simoes/Valor

A explosão do endividamento público, efeito colateral da política de combate aos efeitos da crise da pandemia, colocou o Tesouro Nacional numa prova do fogo: financiar mais de R\$ 800 bilhões junto ao mercado, num momento em que há muitas dúvidas sobre o futuro das contas públicas do país e em que a taxa de juros nunca foi tão baixa.

Esse quadro tem provocado um forte aumento dos juros de longo prazo e também uma elevação no prêmio de risco cobrado pelos investidores que compram os títulos públicos emitidos pelo Tesouro, tanto os prefixados (LTN e NTN-F) quanto as LFTs, papéis indexados à taxa Selic. Para o secretário do Tesouro Nacional, Bruno Funchal, e o subsecretário responsável pela dívida, José Franco de Moraes, que conversaram ontem com o **Valor**, o aumento no prêmio dos títulos deve ser encarado como “um ajuste nos preços relativos”, algo “transitório”. E afirmam que não há qualquer sinal de disfuncionalidade que justifique uma intervenção no mercado. Mas ambos reconhecem que, quando se olha para os juros futuros negociados na B3, o que se vê é um claro sinal de preocupação com o futuro que precisa ser amenizado. “Esse prêmio e essa inclinação da curva são alertas de que a gente precisa endereçar a questão da volta ao processo de ajuste de conta”, diz Funchal.

“Quando a gente vê o aumento do endividamento, e estamos no meio desse debate, precisamos dar um passo à frente na consolidação fiscal, sair da pandemia e retornar a agenda de consolidação fiscal, nessa transição você tem esses movimentos que pressionam”, acrescenta.



Ads by Teads

Funchal, aliás, foi bastante enfático na defesa do teto de gastos e contra flexibilizações nesse instrumento. “Eu tenho uma visão binária em relação ao teto, porque ele se baseia muito em credibilidade. Uma flexibilização leva a outra flexibilização. Nós trabalhamos sem flexibilização, tem que seguir estritamente o teto”, afirma, destacando que outro caminho provavelmente elevaria mais os juros e colocaria um freio no crescimento da economia, que ele vê de forma otimista.

Leia a seguir os principais pontos da entrevista ao **Valor**.

Não é comparável a 2002

Muita gente compara o que está acontecendo com 2002, mas é uma situação distinta. Naquela época, a LFT não era marcada a mercado e, de um dia para o outro, houve um normativo para acelerar a marcação. Isso causou todo o estresse, porque muita gente perdeu dinheiro. Logo depois veio a eleição, o risco Lula, e isso gerou um risco maior de insolvência. Agora não há risco de insolvência. Ninguém está falando disso. O que está acontecendo é que a necessidade de financiamento aumentou.

A LFT sempre foi um papel importante de financiamento para o Tesouro. Mas, desde o fim do ano passado, a demanda pela LFT vem diminuindo. Estamos numa situação nova, com a taxa Selic baixa. Nos últimos dois ou três meses, quando o

Tesouro aumentou o volume dos leilões, o prêmio da LTN foi abrindo, o que faz sentido. É um movimento de reprecificação de ativos. O prêmio da LTN 2024, que era de 4 pontos-base, chegou a 24 pontos-base. Isso não tem nada a ver com risco de insolvência, é um ajuste natural dos preços.

“

A reforma administrativa não é suficiente, a gente precisa avançar com o pacto federativo para ter um nível de credibilidade”

Depois de março, abril, houve uma preferência muito forte dos investidores pelas operações compromissadas, que são operações bem menos voláteis. Para o título do Tesouro se tornar mais atrativo, tem que pagar mais que a compromissada, que paga 100%, no caso da operação no overnight e de três a seis meses. A de 45 dias paga 100,5% do CDI. A LFT ficou parada durante esses dois ou três meses e, há duas semanas, esse movimento de ajuste começou. Com o prêmio das LFTs aumentando, o detentor do título sofre, mas o papel se torna mais atrativo para quem está com compromissadas ou em LTNs. O movimento de ajuste é transitório e isso vai se estabilizar em algum novo nível. A parte de cota negativa ocorre durante o período de ajuste, até o mercado achar esse novo patamar.

Piora dos fundamentos

O prêmio da LTN reflete os fundamentos. Você tem um aumento de despesa, tem uma necessidade de emissão, aumento de endividamento e toda essa expectativa em relação ao futuro. Quando a gente vê o aumento do endividamento - precisamos dar um passo à frente na consolidação fiscal, sair da pandemia e retornar a agenda de consolidação fiscal -, acontecem esses movimentos que pressionam os juros. Esse prêmio e essa inclinação da curva são o alerta de que a gente precisa endereçar a questão da volta ao processo de ajuste de conta. Com todo esse ruído que nós tivemos nas últimas duas semanas, a curva de juros aumentou quase 100 pontos base. A inclinação da curva de juros tem uma razão basicamente fiscal. Se o cenário ficou mais incerto nas últimas duas semanas, isso se reflete na curva de juros.

Leilões de títulos

Quando o Tesouro faz um leilão, a curva de juros fica pressionada e se torna mais inclinada também. Temos que pagar um déficit mais elevado e estamos fazendo uso do caixa e novas emissões. O tamanho da dívida aumentou e os leilões também têm de ser condizentes com o tamanho da dívida. É um problema que não é enfrentado apenas no Brasil. O leilão de Treasuries também tem gerado ruídos e o Tesouro americano emite o título que é reserva mundial.

Estamos testando novos limites [em relação à oferta de títulos]. A transferência de R\$ 325 bilhões do Banco Central ajuda, mas isso não significa que todos os problemas estão resolvidos. Com as condições mais favoráveis, o Tesouro Nacional pode aumentar as ofertas. O leilão do dia 10 de setembro foi o maior porque as condições estavam boas já na semana anterior, quando foram vendidas 15 milhões de LTN para 2024. Mas, depois da emissão, o cenário fiscal e o mercado internacional pioraram bastante. O cenário mudou bastante após o leilão.

Eventuais intervenções

Se a gente vier com uma situação como a de março, em que seja necessária atuação, lembre que agora tem um novo player no mercado que é o Banco Central - a PEC da Guerra o autorizou a atuar no mercado secundário. Estamos falando de situações hipotéticas. Se chegarmos em situações semelhantes àquela, que seja necessária atuação, tem alguns passos a serem tomados. Primeiro, o Tesouro reduz lotes dos leilões. Segundo, pode eventualmente cancelar leilões, até chegar numa atuação. Por mais que o caixa do Tesouro esteja em situação acima do limite prudencial, é limitado. O BC tem outro caixa que é ilimitado. Nessa situação, o que valeria mais a pena? O Tesouro atuar ou deixar para o BC, que teve essa autorização do Congresso. Mas são situações hipotéticas.

É importante mencionar que existe forte coordenação entre Tesouro e BC e que se chegar a situação como aquela vamos sentar e debater. Na parte longa da curva os preços estão fechando.

[A inclinação da curva] é a questão do fundamento, se a ponta da curva está subindo é fundamento, em função do fiscal, é o alerta que a gente está falando. Se tem alguma disfuncionalidade, o BC está fazendo o monitoramento dele, se tiver que

atuar é por alguma disfuncionalidade, não porque está subindo. Aí vai conversar com a gente. O Banco Central que tem esse controle. Ainda não teve nenhum movimento de vir conversar conosco para isso. Então está controlado. Se tiver, o bom é que agora o BC tem instrumento para tomar as devidas precauções, caso haja alguma disfuncionalidade. Ele não fará sem falar com a gente. Sempre haverá uma coordenação.

Teto de gastos

Tenho uma visão binária em relação ao teto, porque ele se baseia muito em credibilidade. Uma flexibilização, leva a outra flexibilização. Nós trabalhamos sem flexibilização, tem que seguir estritamente o teto. A flexibilização não é caminho, perde credibilidade e tem impacto econômico ruim e vai crescer menos. A gente precisa mostrar que está de volta ao trilho por causa do aumento do endividamento. Nosso papel é alimentar a certeza e reduzir a incerteza. É muito importante que a gente primeiramente mostre que ano que vem de fato a gente vai voltar a seguir a regra fiscal em que você trava o crescimento de despesas, esse é o primeiro ponto que reduz a instabilidade. Segundo ponto é mostrar a sustentabilidade de médio prazo. Aí, quando fala da sustentabilidade, precisa avançar com a reforma do pacto federativo, que tem reforço importante para o teto de gastos e a gente está no meio da discussão. Como a gente não tem gordura para queimar em termos fiscais, não tem espaço para errar. Assim, qualquer movimento no debate, que é razoável debater soluções, o mercado fica mais nervoso, traz uma insegurança: poxa, o que vai acontecer? A gente fiscalmente precisa mostrar que está de volta ao trilho. E por conta dessa situação do debate necessário traz alguma insegurança e aí de fato cada semana pode ter um ruído, aumenta o prêmio, e aumenta a curva. É nosso papel trazer essa tranquilidade e falar que o caminho é esse e mostrar nossa direção.

As despesas da pandemia ficarem a 2020 é um ponto fundamental. Executando isso, automaticamente, o orçamento de 2021 seguindo a regra do teto, a gente volta para o mesmo nível de despesa que tinha pré-pandemia. A gente precisa mostrar que precisa fazer isso, que é fundamental fazer essa trajetória para trazer mais credibilidade e ancorar as expectativas.

Reformas

Precisa avançar nas reformas. Teve momento bom que foi o envio da reforma

administrativa, que afeta as expectativas. Mas a gente precisa ter um controle de despesa hoje. A reforma administrativa não é suficiente, a gente precisa avançar com o pacto federativo para ter um nível de credibilidade bem ancorado e desempenhar a curva. O debate do pacto é sobre o fortalecimento do teto. À medida que a gente vai discutindo e ficando mais claro qual o nosso rumo fiscal e avançando nas reformas, a incerteza vai diminuindo e a curva vai desempenhando. Nosso papel é reduzir ruído e trazer luz ao debate tecnicamente. Quanto mais informações a gente conseguir contribuir para o debate as decisões serão tomadas de forma mais adequada.

A gente observou que tem um programa emergencial em andamento, esse debate está em paralelo com o pacto federativo. O pacto é fundamental para fortalecer o teto, para ter uma regra fiscal relevante, para manter o juro baixo, que é base para retomada econômica. A gente precisa avançar nas reformas, principalmente no pacto federativo. Em paralelo, tem discussão de novas políticas públicas, sociais. Para isso, para nova política social, é preciso ter clareza que é preciso discutir redução de gastos para além do que está no pacto federativo como foi apresentado no ano passado e está sendo discutido pelo relator. Uma coisa é pacto federativo para fortalecer a regra, trazer credibilidade, outra coisa é novas políticas públicas que a gente tem que discutir formas de financiamento.

Qualidade do gasto

[O fortalecimento do teto] é momento importante para se avançar na discussão de qualidade do gasto. Vamos fazer uma reflexão, a gente teve ondas fiscais no Brasil e nunca foi pelo lado da qualidade do gasto. A gente sempre: aumentou gasto, emite dinheiro, aí vem inflação. Depois aumentou gasto, aumentou a carga tributária e o Brasil tem hoje a segunda maior carga tributária da América Latina. Depois aumentou dívida, não tem mais para onde aumentar dívida.

A gente não quer fazer inflação porque é pior para todo mundo, é pior para os mais pobres, é antissocial. A gente não quer aumentar a carga tributária porque afeta diretamente a retomada da economia e o emprego. A gente não quer aumentar nossa dívida, porque a gente não consegue e porque aumenta o risco, o juro e diminui a capacidade de fazer investimento.

É um momento fundamental para avançar e discutir qualidade, tanto pelo lado da despesa quanto pelo lado da receita. Se gente não for pela linha da qualidade do gasto, repetindo os erros do passado, país vai continuar não crescendo como no passado e ter problema fiscal como no passado. É isso que a gente quer? Ou a gente vai encarar um debate duro, muito duro, mas não debater isso é pior.

Retorno ao teto e retomada

Vamos usar o exemplo do auxílio emergencial. Essa política não foi para gerar PIB. Pode ter gerado, mas não é para isso. A gente sabe que política assim é voo de galinha, é pior estruturalmente. A política é para corrigir falha de mercado decorrente de as pessoas terem que ficar em casa e por isso tinha que ter suporte do Estado para elas. Tem efeito no crescimento? Tem, porque está dando dinheiro e afeta consumo. Mas tem custo claro que é de aumento de endividamento do país e que está chegando em nível bastante crítico.

Quando se olha os relatórios, houve aumento da massa de renda, mas ainda tem taxa de poupança. Imagino que, mesmo com o fim do auxílio emergencial em dezembro, essa massa de poupança vai dar algum fôlego ainda para o ano de 2021, alguns meses. Mas em algum momento a gente tem que voltar para normalidade.

O lado bom é que, quando vê frequência das notas fiscais, atividade econômica, ICMS, eu já vejo uma normalidade. No último mês, média das notas fiscais no varejo está 10% acima do mesmo período do ano passado. O ICMS de agosto também está acima. Eu vejo um lado bastante positivo. Agora, vai ter um novo normal. Tem incerteza, por isso tem desvio padrão grande nas previsões de crescimento deste ano e do ano que vem. A gente tem que ver aos poucos a reação. Tem muita incerteza de fato, mas estou otimista com a retomada.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

De música a podcast, tem no Spotify

SPOTIFY

LINK PATROCINADO

Uma plataforma virtual de vendas inédita.

As debêntures incentivadas e a relevância na infraestrutura

Da forma como estão propostas expande-se ainda mais o estímulo tributário para empresas já consolidadas

Por **Guilherme Lacerda e Maurício Muniz**

24/09/2020 05h00 · Atualizado há 6 horas

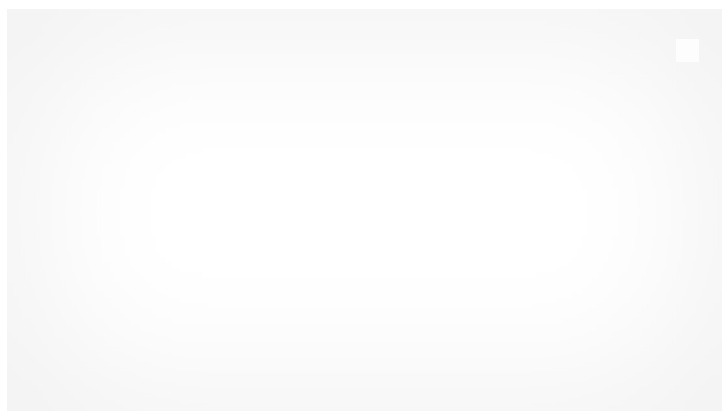


Está em debate na Câmara Federal o Projeto de Lei 2.646/20 que visa ampliar incentivos tributários para as debêntures destinadas à projetos de infraestrutura. Há indicações de que o tema deverá ter prioridade para ser analisado pelo plenário.

A proposta corresponde a uma segregação de partes do PLS 7.063/2017 que estabelece uma nova Lei Geral das Concessões. Essa proposição mais ampla foi aprovada por comissão especial em novembro de 2019, mas por resistências do Executivo ela ainda não foi levada ao plenário para debate e aprovação final.

Seria sensato ter um estímulo tributário adicional apenas para projetos de implantação com riscos mais elevados

PUBLICIDADE



Ads by Teads

O PL 2.646/2020 foca no aprimoramento dos incentivos concedidos pela Lei 12.431/11, do início do governo Dilma. Aquela medida foi um vetor fundamental para o fortalecimento do mercado de capitais, com a destinação de recursos privados para projetos de infraestrutura nacional. Os dados do último boletim da SPE/ME que cobre o período de 2012 até julho último mostram que, ao todo, já foram feitas 473 emissões de debêntures incentivadas, totalizando R\$ 93,1 bilhões de dívidas que alavancaram investimentos da ordem de R\$ 327,9 bilhões.

As debêntures incentivadas “pegaram vento” e alçaram o mercado de crédito privado a um patamar superior. As negociações secundárias têm se mantido ativas; em julho o índice foi de 4,1% (volume negociado/estoque de mercado), com um giro

igual ao dobro do mercado geral das debêntures. Em julho último havia 122 mil cotistas nos fundos de infraestrutura, onde as debêntures incentivadas correspondem a mais de 90% de seus portfólios.

A importância das emissões de dívidas privadas para a infraestrutura brasileira pode ser medida quando se compara com o total dos desembolsos do BNDES para o setor. Em 2019 as debêntures incentivadas atingiram R\$ 33,8 bilhões contra um desembolso raquítico do Banco de apenas R\$ 24,4 bilhões (em 2014 foi de R\$ 69 bilhões). As empresas do setor de energia, nos seus diferentes segmentos, são os principais emissores, com cerca de 71,5% do valor total; transportes e logística ficam com 23,5% e saneamento com apenas 4%. As aquisições diretas feitas pelas pessoas físicas, que usufruem do benefício tributário, correspondem a 30% do total.

A iniciativa de revisão e ampliação da legislação traz medidas relevantes, mas há necessidade de ajustes, sob pena de se perder uma oportunidade de efetivo aprimoramento da ferramenta. O projeto propõe a criação de um novo papel, denominado “debênture de infraestrutura”, mas mantém a modalidade já existente. Nessa alternativa nova, há um novo incentivo tributário, desta vez para o emissor, com dedução do valor dos juros na estimativa do lucro para fins de cálculo do Imposto de Renda e da CSLL, acrescido de um abatimento de 30% dos juros pagos no total do lucro real, base de cálculo dos tributos. Para os projetos classificados como “green”, ou seja, de alto impacto ambiental, o benefício chega a 50%.

O argumento é permitir que seja ofertado o papel com taxas de juros mais atrativas, especialmente para investidores institucionais (fundos de pensão e outros), os quais não se beneficiam da lei vigente por já possuírem uma tributação própria favorecida.

Outra novidade é a de se permitir a emissão de papéis com cláusula cambial ou distribuição direta no mercado externo. Nesses casos, o tratamento fiscal é idêntico ao dado a empréstimos externos. Outro ponto relevante está na alteração do prazo para aplicação do recurso no investimento indicado; ele passa de 24 meses para 60 meses!

Além disso, há medidas que simplificam a estruturação das debêntures, dispensando a exigência de uma portaria ministerial autorizativa. Há, por fim, uma

ampliação dos setores classificados como de infraestrutura. Estão inseridas, dentre outras, atividades econômicas como iluminação pública, gestão de resíduos sólidos, habitação e as “infraestruturas sociais” nas áreas de saúde, educação e segurança pública.

A ideia de se dar um estímulo direto para o emissor sob o argumento de se ter rentabilidades mais atrativas nas emissões é interessante, mas não se pode esquecer que as debêntures incentivadas sempre estiveram com prêmios superiores aos das NTN-Bs de mesmo duration, conforme é mostrado no próprio boletim informativo.

O PL precisa de algumas correções. Deveria voltar seu foco para a distinção entre os projetos de implantação inicial (os greenfields) e aqueles já performados. Há, atualmente um predomínio desses últimos nas emissões das debêntures e seria sensato ter um estímulo tributário adicional apenas para aqueles projetos de implantação que têm riscos mais elevados. Ademais, é preciso esclarecer a duplicação de incentivos tributários concretizados pela dedução do valor correspondente aos juros pagos “para efeito de apuração do lucro líquido” sobreposta à exclusão de 30% (ou 50%) dos juros pagos no exercício na “determinação do lucro real e da base de cálculo da CSLL”. Da forma como está proposto expande-se ainda mais o estímulo tributário para empresas já consolidadas, em um contexto de revisão da estrutura tributária, de forma a torná-la mais justa.

Nestes termos, a proposta enfatiza a restrição de aquisição dos papéis por partes relacionadas à empresa emissora. Inclusive, explicita uma multa elevada no caso dessa infração. Porém, fica fora desse controle as partes relacionadas quando sediadas no exterior, o que não faz sentido pois abre uma brecha para a transferência imprópria de recursos a sócios ou investidores de outros países. A inovação trazida para se atrair investidores externos é positiva. Atualmente, essa participação é mínima.

A expansão do prazo para aplicação do recurso captado precisa ser revista. O prazo de cinco anos é demasiado. Uma alternativa ao prazo atual de 24 meses, tido como exíguo, é o de admitir a comprovação de despesas feitas até 6 meses antes da data

de fechamento da emissão, e dar um prazo de até 30 meses a partir daí. Essa alternativa adequa-se aos critérios utilizados nos financiamentos dos bancos públicos.

Enfim, a proposta merece prioridade no debate legislativo e no mercado financeiro, mas sua análise deveria estar articulada com a discussão da reforma tributária. A redução da incidência tributária sobre o custo de dívidas tomadas para realizar investimentos reais deveria ser compensada com a revisão da tributação sobre a distribuição de lucros e dividendos e as grandes fortunas.

Guilherme Narciso de Lacerda economista, professor do Departamento de Economia da UFES (aposentado). Foi diretor do BNDES (2012-2015). É autor do livro “Devagar é que não se vai longe - PPPs e Desenvolvimento Econômico”, recém-publicado pela Editora LetraCapital.

Maurício Muniz Barretto de Carvalho, administrador público, assessor chefe da Casa Civil do governo de Estado da Bahia. Foi ministro de Estado chefe da Secretaria de Portos da Presidência da República (2016) e Secretário do Programa de Aceleração do Crescimento, PAC (2011-2016).

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Compre com bônus de até R\$ 15 mil!

MERCEDES-BENZ VANS

LINK PATROCINADO

Descoberta do zumbido deixa médicos sem palavras (Veja isso)

TINNITUS PRO

LINK PATROCINADO

Anvisa libera pílula indiana contra a calvície! Cabelo cresce nas entradas

SHIKAKAI

LINK PATROCINADO

Empresários de Salvador vendem online usando este app grátis

OLIST

Atrapalhando as reformas

Ao apostar no ruim, a CPMF, e ignorar o bom, a PEC 45, o governo pode perder a janela de oportunidades da reforma tributária

Por Pedro Cavalcanti e Renato Fragelli

24/09/2020 05h00 · Atualizado há 6 horas

A atual composição do Congresso oferece uma oportunidade única para se adotar uma ampla reforma tributária. Mas a falta de habilidade do governo e os tradicionais promotores do atraso trabalham pelo imobilismo.

Num país imenso e heterogêneo, a formação de consensos é naturalmente demorada. Em cada questão a ser enfrentada, dois são os grupos que lutam contra mudanças. De um lado encontram-se pessoas bem intencionadas, mas que não têm um diagnóstico correto do problema; do outro lado, estão grupos mal intencionados que compreendem perfeitamente o problema, mas não querem modificar o status quo que os beneficia.

Ao apostar no ruim, a CPMF, e ignorar o bom, a PEC 45, o governo pode perder a janela de oportunidades

O cerne da questão está na maneira de lidar com o conflito distributivo. Esse fenômeno está presente em qualquer país, mas por aqui as pseudo soluções indolores conquistam mais adeptos. A redução da inflação a um dígito anual, por exemplo, exigiu décadas. Somente após vários planos fracassados, o nexó óbvio entre déficit público e seu inexorável financiamento monetário finalmente tornou-se o diagnóstico predominante.

Outro exemplo foi a reforma trabalhista, que permaneceu um tabu por décadas, até ser finalmente aprovada em 2017. Os amplos direitos, teoricamente assegurados pela CLT a todos os trabalhadores, na realidade aplicavam-se apenas a cerca de um terço da população economicamente ativa formada por empregados do setor privado. Os demais dois terços, distribuídos entre servidores públicos, autônomos e trabalhadores informais, eram regidos por outras leis: no caso dos servidores, por leis ainda mais generosas; nos demais casos, pela impiedosa Lei da Oferta e da Procura.

Na reforma da previdência, foi semelhante. A aposentadoria por tempo de contribuição, que teoricamente seria garantida a todos os trabalhadores, mas na prática só se aplicava àqueles mais qualificados que atuavam no mercado formal ao longo de toda a vida ativa, só foi suprimida em 2019.

É nesse contexto de democracia multipartidária, onde a formação de consensos é extremamente demorada, que se insere a reforma tributária. Após a promulgação da Constituição de 1988, os novos direitos sociais exigiram receitas ampliadas para serem financiados. Ao nível federal, criaram-se novas bases de arrecadação de impostos e contribuições, bem como novos impostos sobre bases já existentes.

No nível estadual, os governadores se lançaram numa disputa fratricida por empresas, concedendo-lhes benefícios fiscais, no intuito de gerar novos empregos e mais receitas tributárias. Na raiz do problema está o ICMS, um imposto cobrado no local de origem da produção. Esse processo, conhecido pela alcunha de Guerra Fiscal, era inicialmente um jogo de soma zero, onde o ganho de um Estado correspondia à perda de outro. Com o tempo, tornou-se um jogo de soma negativa, onde o conjunto dos Estados perde em benefício das empresas.

A Guerra Fiscal gerou, adicionalmente, uma péssima alocação de recursos na economia nacional, muito contribuindo para a estagnação da produtividade. Inúmeras empresas se instalaram em locais distantes de seus consumidores e fornecedores, criando custos que poderiam ser evitados. Somente a mudança do local de cobrança do imposto, passando-se a cobrá-lo no local do consumo final, mediante um imposto sobre valor adicionado (IVA), dará fim à Guerra Fiscal.

Outra grande fonte de ineficiência foi a enorme complexidade decorrente de 27 legislações estaduais, que geram gastos exorbitantes com contadores e advogados, consumindo recursos que, sob outras regras tributárias, seriam destinados a outras ocupações empenhadas em inovar e produzir mais. Um país cuja parcela da população que atinge a universidade é baixa não pode se dar ao luxo de ocupar sua escassa mão de obra qualificada em atividades improdutivas.

Três propostas tratam atualmente do IVA. A PEC 45 que tramita na Câmara, a PEC 110 que corre no Senado e a proposta do governo. A melhor delas é a PEC 45, que vem sendo alvejada por quem não entende a complexidade do problema, ou perderia com a alteração do status quo. As críticas apontam problemas, sem a eles propor solução alternativa. Parecem desconhecer que o papel do IVA é apenas de gerar receita, sem gerar distorções alocativas.

O IVA, por atuar apenas indiretamente sobre a péssima distribuição de renda do país, não é o instrumento adequado para se melhorá-la. Esta deve ser promovida mediante reformulação da tributação sobre renda - restringindo-se os regimes especiais de tributação de empresas baseados em lucro presumido - e sobre o patrimônio. E, claro, por maior focalização dos gastos públicos nos mais pobres.

Uma das críticas mais frequentes à PEC 45 é o fato de que o setor de serviços passará a ser mais tributado. Os críticos são os mesmos que se queixam da desindustrialização, denunciando a primarização da economia brasileira. Num país em que os serviços representam 74% do PIB e a indústria somente 20%, ao se tributar pouco os serviços, naturalmente se tributa muito a indústria. Por que será que a indústria vem perdendo peso no PIB? Por que cobrar menos impostos sobre serviços que, sendo prestados domesticamente, não sofrem a mesma concorrência de produtos estrangeiros que atinge a indústria?

Fora isso, a menor tributação sobre serviços beneficia as classes mais altas, cujo consumo de serviços pesa mais na despesa familiar. Um prato de comida vendido a baixo preço num restaurante modesto contém a mesma intensidade de alimento in natura que teria se vendido a alto preço num restaurante sofisticado, a grande diferença de custo entre os dois sendo os serviços acoplados. Pobres pouco consomem serviços de saúde, pois frequentam o SUS. Pobres tampouco pagam por serviços educacionais, pois seus filhos estudam em escolas públicas. Mas pobres gastam uma fração considerável de sua renda com energia e telefonia, itens pesadamente tributados pelo ICMS atual.

Enquanto a cacofonia envolvendo o IVA sobre os serviços se amplia, o governo Bolsonaro, em vez de aderir à PEC 45, insiste em ressuscitar a malfadada CPMF. Esse imposto é muito distorcivo, incentiva a verticalização artificial de cadeias produtivas e a desintermediação financeira. Aumenta, portanto, a ineficiência econômica e sua única vantagem é a simplicidade de arrecadação. Ao apostar no ruim - a CPMF - e ignorar o bom - a PEC 45 - o governo pode perder a janela de oportunidades criada pela composição atual do Congresso. Não há tempo a perder.

Pedro Cavalcanti Ferreira é professor da EPGE-FGV e diretor do Centro FGV Crescimento e Desenvolvimento

Renato Fragelli Cardoso, professor da EPGE-FGV

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Anvisa libera pílula indiana contra a calvície! Cabelo cresce nas entradas
SHIKAKAI

LINK PATROCINADO

Ronco nunca mais. Somente hoje 120 pessoas fizeram a escolha certa em Salvador.
NOSECLIP1

LINK PATROCINADO

Software gratuito revoluciona varejo de Salvador
OLIST

LINK PATROCINADO

Com pressão sobre alimentos, IPCA-15 vai a 0,45%

Índice mostra aumentos mais disseminados, mas preços de serviços e núcleos seguem comportados

Por Bruno Villas Bôas, Leila Souza Lima e Arícia Martins — Do Rio e de São Paulo

24/09/2020 05h00 · Atualizado há 6 horas



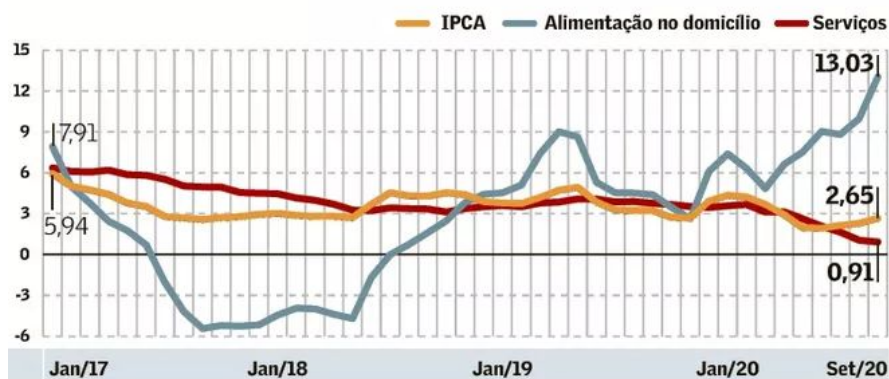
André Braz, do Ibre/FGV: retomada da atividade abriu brechas para os reajustes das indústrias em agosto e setembro — Foto: Leo Pinheiro/Valor

O repasse de custos do atacado para o varejo, expresso especialmente nos preços mais salgados nas novas tabelas recebidas pelos supermercados, refletiu-se ontem na prévia da inflação de setembro, que mostrou maior fôlego na alta dos alimentos. O movimento gerou revisões nas projeções para o IPCA de 2020, agora acima de 2%.

Dados divulgados ontem pelo IBGE mostraram alta de 0,45% do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo-15 (IPCA-15) em setembro, acelerando em relação a agosto (0,23%). Foi a maior alta para o mês desde 2012, um número acima da mediana das projeções colhidas pelo Valor Data, de alta de 0,38%.

Trajetórias distintas

IPCA-15, alimentação no domicílio e serviços - em 12 meses



Em setembro, o IPCA-15 subiu **0,45%**, com alimentação no domicílio em alta de **1,96%**. Os serviços subiram **0,07%** e a média de cinco núcleos acompanhados pelo BC avançou **0,12%**

Fonte: IBGE e MCM Consultores Associados

Apesar do aumento acima do esperado do índice geral, a trajetória de preços em 2020 não preocupa, dizem analistas. A média dos núcleos - que buscam eliminar ou reduzir a influência de itens mais voláteis - até desacelerou para 0,12% em setembro, de 0,14% em agosto. A inflação de serviços também segue comportada, rodando abaixo de 1% em 12 meses. Uma notícia negativa é a maior disseminação dos aumentos. O índice de difusão, que mostra o percentual de itens em alta, passou de 52,6% em agosto para 59,9% em setembro.

PUBLICIDADE



Para André Braz, economista do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre/FGV), a flexibilização do isolamento social provocou a retomada da atividade econômica e abriu brechas para os reajustes das indústrias em agosto e setembro. São repasses que estavam represados pela pandemia. “A desvalorização do real e a alta de preços das commodities em dólares geraram aumento de custos. E a indústria não consegue perder margem infinitamente por causa da baixa demanda”, disse Braz, citando os exemplos da perda de margem da indústria de alimentos, química, papel e celulose, eletrônicos e mineração.

Parte desse movimento está refletida no IPCA-15 de setembro pela alta de 1,96% de alimentação no domicílio, em aceleração na comparação à taxa do mês de agosto (+0,61%). Os destaques da prévia de setembro foram produtos como carnes (+3,4%), óleo de soja (+20,3%) e arroz (9,9%).

Para Helcio Takeda, economista da Pezco Economics, a pressão cambial que impactou a inflação é um dos fatores associados ao aumento dos insumos industriais de forma generalizada, razão apontada pelos fabricantes para rever as tabelas de preços ao setor varejista. “O repasse não foi observado entre abril e julho, por causa da recessão que se abateu sobre o país. Não havia espaço para fazer nada”, observou. “Mas, quando o cenário começa a se normalizar, a necessidade de repor estoques cria uma nova dinâmica de formação de preços, e o câmbio também acaba tendo um peso grande nisso.”

Outros grupos pesaram na prévia do mês. O grupo de transportes avançou 0,83%, pressionado pela gasolina, que ficou 3,19% mais cara no mês refletindo os reajustes feitos pela Petrobras nas refinarias. Artigos de residências subiram 0,79%, com destaque para TV e som (2,04%), item sensível à demanda e ao câmbio.

Para Júlia Passabom, economista do Itaú Unibanco, os alimentos devem seguir pressionados. “Houve uma puxada nos preços dos produtos agrícolas, com soja, milho e toda a parte de proteínas puxados para cima. Isso sinaliza uma inflação de alimentos pressionada não só na leitura de hoje, mas nas próximas também.”

Roberto Secemski, economista-chefe para Brasil do Barclays, a inflação de setembro adiciona riscos de alta na projeção do IPCA do ano, hoje em 2%. “Esperamos que os preços da alimentação no domicílio continuem pressionados nas próximas semanas, enquanto a queda nos preços do vestuário registrada nos últimos quatro meses parece estar diminuindo.”

A maioria dos analistas vê a pressão dos alimentos apenas com temporária e insuficiente, inclusive, para alterar o cenário de permanência dos juros em patamar baixo por um longo período, embora o resultado tenha provocado revisões nas projeções para o IPCA de 2020 em menos cinco instituições e consultorias.

Conforme dados divulgados ontem pelo IBGE, a inflação em 12 meses atingiu 2,65%, abaixo do centro da meta perseguida pelo Banco Central (BC) neste ano, de 4%, com margem de 1,5 ponto percentual, para mais ou para menos.

Com a surpresa do índice de setembro e a desvalorização cambial das últimas semanas, a equipe econômica do UBS passou a projetar alta de 0,5% para o IPCA “fechado” de setembro, ante +0,3% anteriormente previsto. O cenário para a inflação de 2020 também subiu 0,2 ponto percentual, para a 2,1%.

Segundo relatório assinado pelos economistas Tony Volpon e Fabio Ramos, o maior desvio em relação à projeção veio de preços de bens comercializáveis. Além dos alimentos, o banco chamou atenção para o aumento de 0,79% dos artigos de residência. O UBS esperava alta de 0,25% deste grupo.

Também devido ao IPCA-15 de setembro mais alto do que o previsto, o Bradesco BBI aumentou a projeção para o avanço do IPCA em 2020, de 1,8% para 2,2%. Para a instituição, a aceleração dos alimentos deve ser temporária, tendo em vista a elevada volatilidade desses preços.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

De música a podcast, tem no Spotify

SPOTIFY

Congresso quer derrubar veto, diz Alcolumbre

Presidente do Senado afirmou que há um sentimento majoritário para manter desoneração

Por Renan Truffi e Vandson Lima — De Brasília

24/09/2020 05h00 · Atualizado há 6 horas



Alcolumbre: senador disse que “tem um sentimento muito grande para derrubar”, mas aguarda posição do governo — Foto: Edilson Rodrigues/Agência Senado

Presidente do Congresso Nacional, Davi Alcolumbre (DEM-AP), afirmou ontem que há um sentimento majoritário no Poder Legislativo pela derrubada do veto da desoneração da folha de pagamento, que beneficia atualmente 17 setores da economia.

A declaração, a mais explícita dada por Alcolumbre sobre o tema, ocorre uma semana antes de o Congresso realizar nova sessão conjunta das duas Casas, que será no dia 30 e tem o veto na pauta. Ele não confirmou se este item será apreciado no dia.

“O veto [da desoneração da folha de pagamento] está na lista. Ele já está trancando [a pauta]. Eu acho que tem um sentimento muito grande para derrubar”, disse, antes de sinalizar que ainda aguarda um posicionamento do governo. “ Não tem como votar sessão do Congresso, se não tiver o mínimo de entendimento do que vai votar. O sentimento que eu escuto no Senado, de todos os senadores, é pela derrubada”, reiterou o presidente.

As declarações de Alcolumbre reforçam o que os próprios governistas admitem nos bastidores: o governo não terá força para garantir a manutenção da decisão de Bolsonaro.

Alcolumbre também foi questionado sobre a instalação da Comissão Mista de Orçamento (CMO), cujos trabalhos estão paralisados desde o início da pandemia. O presidente afirmou que o colegiado iria retomar suas atividades nesta semana, mas isso acabou adiado devido a ausência do presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), que foi infectado pelo coronavírus. “Vou instalar na segunda-feira da semana que vem. Os partidos todos já indicaram”, explicou ele.

A semana será de muita negociação. O Palácio do Planalto decidiu marcar para segunda-feira uma reunião com líderes do Congresso para discutir a votação da proposta de emenda à Constituição (PEC) do pacto federativo. Segundo Alcolumbre, o encontro será comandado pelo próprio presidente Jair Bolsonaro, que estendeu o convite aos presidentes da Câmara e do Senado.

“Eu acho que eles vão conversar sobre a estratégia de votação nesse período”, disse Alcolumbre. Questionado se o Executivo estava no caminho certo para garantir a

aprovação, o presidente do Senado foi evasivo. “Esse negócio de estratégia certa cada um tem a sua”, respondeu. Alcolumbre afirmou, entretanto, que não sabe se poderá comparecer à reunião porque segunda-feira é o Yom Kipur (Dia do Perdão), uma das datas mais importantes do calendário judaico.

O governo ainda tenta encontrar uma saída para o Renda Brasil, programa social para substituir o Bolsa Família. Integrantes do Palácio do Planalto e da equipe econômica levantaram uma série de opções para o financiamento do benefício, mas não conseguiram chegar a um consenso. O que falta é justamente uma fonte de recursos para o custeio do novo benefício.

Segundo uma fonte envolvida nas negociações, o relatório de Bittar para a PEC está praticamente pronto. Todos os dispositivos que tratam dos gatilhos do teto de gastos - acionamento de medidas de corte de despesas e readequação orçamentária da União - já foram redigidos pelo senador. Um interlocutor confirmou, inclusive, que o relatório final deve trazer, sim, a desvinculação das despesas públicas, incluindo os gastos nas áreas de saúde e educação.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Compre com bônus de até R\$ 15 mil!

MERCEDES-BENZ VANS

LINK PATROCINADO

Descoberta do zumbido deixa médicos sem palavras (Veja isso)

TINNITUS PRO

LINK PATROCINADO

Anvisa libera pílula indiana contra a calvície! Cabelo cresce nas entradas

SHIKAKAI

LINK PATROCINADO

Empresários de Salvador vendem online usando este app grátis

OLIST

LINK PATROCINADO

Médico Brasileiro: Sonolência durante o dia é sinal de alerta

DR. RAFAEL FREITAS

Derrota no STF leva empresas a buscar redução da contribuição ao Sistema S

Ministros mantiveram, por maioria, cobrança para custeio do Sebrae, Apex e ABDI

Por **Joice Bacele** — De Brasília

24/09/2020 05h00 · Atualizado há 6 horas



Ministro Alexandre de Moraes: alteração, por meio da Emenda Constitucional nº 33, teve motivação específica — Foto: Jorge William / Agência O Globo

A decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), proferida ontem, para manter a cobrança sobre a folha de salário das empresas para o custeio do Sebrae, da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex) e da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI) não significa o fim da linha na busca pela redução de carga tributária. Existe um outro caminho sendo trilhado pelos contribuintes na Justiça e, este, inclui todo o Sistema S.

Tratam-se de ações apresentadas pelas empresas para limitar a 20 salários mínimos a base de cálculo das contribuições - o que pode reduzir, e muito, o pagamento. O peso dessas contribuições é de, em média, 5,8% e a Receita Federal tem o entendimento de que a alíquota deve incidir sobre toda a folha de salários.

Com a derrota do caso Sebrae no STF, dizem advogados, deve aumentar o volume de ações com pedidos desse tipo no Judiciário. Especialmente por já haver decisões favoráveis às empresas.

PUBLICIDADE



Ads by Teads

A 1ª Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu desta forma em julgamento no mês de fevereiro (REsp 1570980) e desde lá as instâncias inferiores vêm proferindo liminares e sentenças no mesmo sentido. Há registros nos tribunais de São Paulo e Minas Gerais pelo menos.

Essa discussão se dá em torno de duas leis da década de 80, uma de 1981 e a outra de 1986. A mais antiga, de nº 6.950, prevê no artigo 4º que a base de cálculo das contribuições previdenciárias deve respeitar o limite de 20 salários mínimos e o parágrafo único complementa que este mesmo teto tem de ser observado para as contribuições destinadas a terceiros - Incra e Sistema S.

O Decreto nº 2.318, de 1986, no entanto, revogou o limite imposto para o cálculo “da contribuição da empresa para a Previdência Social”. Por entender que as contribuições parafiscais estariam atreladas ao financiamento da Previdência, a União começou a alegar que o parágrafo único também havia sido abolido, exigindo que tanto a contribuição patronal como a destinada a terceiros incidissem sobre toda a folha.

Já os contribuintes defendem que o decreto tratou expressamente da contribuição previdenciária e, por esse motivo, o limite de 20 salários mínimos não poderia ser liberado para as contribuições parafiscais, que não foram tratadas na norma.

“O contribuinte não vai jogar a toalha”, diz a tributarista Valdirene Lopes Franhani, sócia do escritório Lopes Franhani Advogados. “O Sistema S pesa sobre a folha de salários, sobretudo para os grandes empregadores”, acrescenta.

A decisão de ontem, que validou as cobranças ao Sebrae, Apex e ABDI, teve placar apertado. A questão foi definida somente no último voto, proferido pelo presidente da Corte, o ministro Luiz Fux. O desfecho se deu por seis a quatro.

Mais de R\$ 30 bilhões estavam em jogo, segundo conta na Lei de Diretrizes Orçamentárias. O impacto é enorme para os dois lados. As três entidades sobrevivem praticamente com o valor arrecadado com essas contribuições. Se declaradas inconstitucionais, portanto, as atividades ficariam inviabilizadas. Para as empresas, por outro lado, desoneraria a folha, o que daria alívio em tempos de crise.

Havia dúvida em relação a essas contribuições porque a Emenda Constitucional (EC) nº 33, de 2001, alterou a redação do artigo 149, parágrafo 2º da Constituição Federal. Passou a constar que as contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico "poderão" ter alíquotas com base no faturamento, receita bruta ou valor

da operação e, no caso de importação, no valor aduaneiro - não incluindo, portanto, a folha de salários.

A discussão era saber se o rol que passou a constar no artigo 149 é exemplificativo, por causa do verbo "poderão", ou é taxativo e apenas o que consta nesse texto pode servir como base para o cálculo das contribuições.

As empresas largaram na frente. A relatora, ministra Rosa Weber, entendeu que o rol é taxativo. "Apontou as bases de cálculo possíveis e as alíquotas possíveis, restringindo a liberdade de ação do legislador e expulsando do sistema normativo as leis que dispunham de forma contrária", afirmou.

Para a ministra, a questão tratada no artigo 149 "configura sensível evolução do sistema constitucional tributário brasileiro" de substituir "a tributação da folha de salários", o que contribui para o combate ao desemprego. O entendimento da relatora foi acompanhado por Edson Fachin, Ricardo Lewandowski e Marco Aurélio, que ficaram vencidos.

Prevaleceu o voto do ministro Alexandre de Moraes, que, na sessão de ontem, abriu a divergência. Ele levou em conta o fato de a EC nº 33 ter sido editada para atender a desregulamentação do setor de combustíveis. "Teve motivação específica, para que o Estado brasileiro pudesse tributar a venda de petróleo após a extinção do modelo de controle de preços, que existiu até dezembro de 2001. A alteração por meio da Emenda Constitucional nº 33 veio exatamente para suprir essa lacuna. Não houve estabelecimento genérico para toda e qualquer contribuição social", enfatizou.

Dias Toffoli complementou que a Constituição Federal deve ser interpretada "como um todo" para evitar contradições entre as normas. "Uma interpretação muito restritiva do texto constitucional, no tocante às contribuições sociais e interventivas, com base no artigo 149, levaria à derrogação de uma multiplicidade de incidências sobre a folha de salários", afirmou.

Além de Toffoli, os ministros Luís Roberto Barroso, Cármen Lúcia, Gilmar Mendes e Luiz Fux também acompanharam o entendimento divergente.

A ABDI disse, por meio de nota, que “o resultado implica o reconhecimento do caráter estratégico dos papéis desempenhados pelas instituições”. Para o Sebrae, “a decisão “ratifica não apenas a constitucionalidade da referida contribuição sobre a folha, mas sobretudo a importância da continuidade dos serviços prestados para 99% dos negócios brasileiros, que representam 30% do PIB e 54% dos empregos formais no país”. E no entendimento da Apex, o STF reconheceu a importância do órgão para o crescimento do país.

Para o advogado Carlos Amorim, sócio do Martinelli Advogados, que representou a Fiação São Bento, de Santa Catarina, parte na discussão, o Supremo não resolveu bem a questão. “O STF teve uma leitura equivocada do texto constitucional. Seguiu o que seria mais conveniente neste momento. Foi discutido e resolvido pelo que aconteceria se reduzisse a tributação das empresas”, disse. “A desoneração tornaria as empresas mais competitivas. Não discutimos em nenhum momento a qualidade ou o bom serviço prestado por essas entidades.”

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

De música a podcast, tem no Spotify
SPOTIFY

LINK PATROCINADO

Uma plataforma virtual de vendas inédita.
MERCEDES-BENZ DO BRASIL

LINK PATROCINADO

Compre com bônus de até R\$ 15 mil!
MERCEDES-BENZ VANS

LINK PATROCINADO

Descoberta do zumbido deixa médicos sem palavras (Veja isso)
TINNITUS PRO

LINK PATROCINADO

Anvisa libera pílula indiana contra a calvície! Cabelo cresce nas entradas
SHIKAKAI

LINK PATROCINADO

Sem anúncios, sempre.

Guedes e Barros mudam ênfase ao falar sobre a proposta tributária

Em entrevista, Paulo Guedes e Ricardo Barros evitaram citar o imposto sobre transações

Por **Fabio Graner** — De Brasília

24/09/2020 05h00 · Atualizado há 6 horas

Na entrevista coletiva que deram ontem no Palácio do Planalto, o ministro da Economia, Paulo Guedes, e o líder do governo na Câmara, deputado Ricardo Barros (PP-PR), evitaram citar o tributo sobre transações.

Guedes destacou a necessidade de gerar emprego por meio da desoneração da folha de pagamentos e usou a expressão “substituição tributária” para arcar com o custo da nova política, que estava estimada em R\$ 120 bilhões por ano. Barros, que tem mostrado forte alinhamento com o ministro da Economia, usou a mesma expressão.

A mudança é tática. Não significa nem de longe que a equipe econômica desistiu do tributo que se convencionou chamar de “nova CPMF”. Ele é visto pelo ministro e seu time como único capaz de bancar o fim da contribuição patronal ao INSS sem sobrecarregar ninguém.

O próprio Barros, com a cautela habitual dos políticos, recentemente sinalizou um apoio à ideia, propondo no último fim de semana uma CPMF com duração de seis anos.

No Congresso, porém, há visões divergentes, especialmente dos setores ligados ao presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), em que o entendimento é de que uma desoneração da folha pode ser bancada de outras formas. Entre elas, a correção de distorções no Imposto de Renda ou mesmo uma calibragem diferente no próprio imposto sobre o valor agregado (IVA), ou uma combinação de ajustes.

A mudança de ênfase de Guedes atende um pedido do próprio presidente Jair Bolsonaro, que já havia alertado seu auxiliar de que o caminho é destacar a desoneração da folha e o potencial de geração de empregos da medida, evitando dar munição para os adversários com a tese da nova CPMF.

Se a nova abordagem vai durar ou ter resultados, é outra história. Quando e se as propostas forem formalizadas, a discussão tende a ser apaixonada. De um lado, aqueles que apontam para uma massificação do emprego formal com essa mudança. De outro, os que enxergam na CPMF o mal encarnado, com cumulatividade e distribuindo para toda a sociedade parte do custo da aposentadoria do trabalhador formal.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Você pode ter o Free com limite mínimo de R\$ 300
SANTANDER

LINK PATROCINADO

Salvar seu filho não precisa andar com dinheiro no bolso
BANCO INTER

LINK PATROCINADO

Incerteza fiscal deve segurar investimentos, diz Ibre/FGV

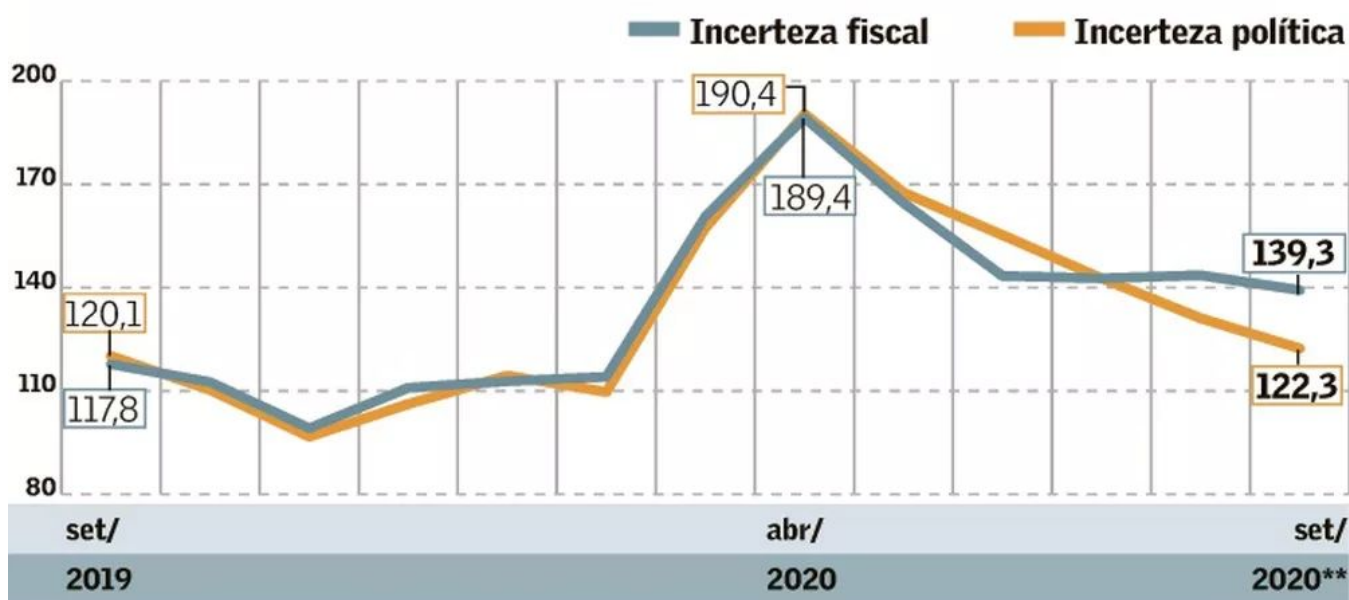
Quadro fiscal é “assustador” e mantém a incerteza econômica em nível incômodo, afirmam Armando Castelar e Silvia Matos

Por **Arícia Martins** — De São Paulo

24/09/2020 05h00 · Atualizado há 6 horas

Ainda elevada

Componentes selecionados do Indicador de Incerteza da Economia*



Fonte e elaboração: Ibre/FGV. *Em pontos. **Prévia

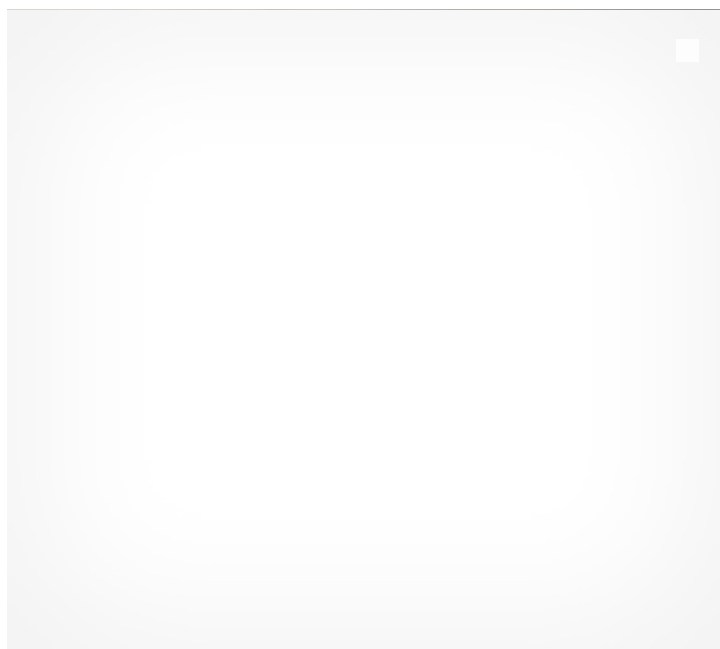
Os indicadores de atividade sinalizam recuperação da economia semelhante à de outros países para o Brasil no curto prazo, e a extensão do auxílio emergencial até o fim do ano será um impulso favorável ao quarto trimestre, avalia o Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (Ibre/FGV). O aumento da

incerteza em relação à política fiscal, no entanto, deve impedir retomada mais consistente dos investimentos.

Antecipada ao **Valor**, a edição de setembro do Boletim Macro manteve praticamente inalteradas as projeções para o desempenho do Produto Interno Bruto (PIB), que deve cair 5,3% em 2020, com reação mais expressiva no terceiro trimestre e comportamento positivo também nos três meses finais do ano, embora em velocidade menor.

Por outro lado, o quadro fiscal é “assustador” e mantém a incerteza econômica em nível incômodo, afirmam os pesquisadores Armando Castelar e Silvia Matos na abertura do boletim. Medido pelo Ibre/FGV, o Indicador de Incerteza da Economia (IIE-Br) referente à política fiscal marcou 139,3 pontos na prévia de setembro, após ter ficado em 143,6 pontos em agosto. Em igual intervalo, o componente que mensura a incerteza política caiu 8,8 pontos, para 122,3 pontos.

PUBLICIDADE



Ads by Teads

Em relação ao patamar máximo atingido em abril, o indicador fiscal caiu 50,1 pontos, redução bem menos intensa do que a verificada no componente de incerteza política no período, de 68,1 pontos, observam Castelar e Matos. “Em parte isso reflete o quadro fiscal muito ruim previsto para este ano”, apontam eles.

Nas estimativas do Ibre/FGV, já incluindo o pagamento das quatro parcelas extras de R\$ 300 do auxílio, o déficit primário deve atingir 12,6% do PIB em 2020. Já a dívida do setor público deve terminar o ano em 94,9% do PIB.

Para 2021, porém, as projeções fiscais estão totalmente em aberto. “As incertezas e os riscos econômicos que nos aguardam parecem só aumentar com o frequente desencontro de discursos entre governo e equipe econômica”, afirmam os pesquisadores Juliana Damasceno e Matheus Rosa Ribeiro na seção fiscal.

No fim de agosto, a divulgação do Projeto de Lei Orçamentária (PLOA) do próximo ano frustrou expectativas de maiores esclarecimentos sobre como o governo harmonizaria sustentabilidade fiscal, demandas por mais investimentos públicos e a manutenção de um programa de transferência de renda aos fragilizados pela pandemia, apontam Damasceno e Ribeiro.

Depois disso, acrescentam os pesquisadores, as declarações do presidente Jair Bolsonaro descartando a criação do Renda Brasil colocaram em dúvida a capacidade futura de sustentação da demanda e da atividade sem esse socorro financeiro. “A recente manifestação política do governo de não criar o Renda Brasil deixa à deriva demandas altamente prováveis por mais gastos, dada a continuidade da pandemia no Brasil e de seus efeitos após 31 de dezembro deste ano”, dizem Damasceno e Ribeiro.

Coordenadora técnica do boletim Macro, Silvia Matos destaca o impacto negativo do imbróglio fiscal sobre os investimentos, cuja recuperação dentro do PIB já seria dificultada somente pela pandemia. “O Brasil tem ainda esse componente adicional de incerteza econômica, que atrapalha a volta dos investimentos.”

O Ibre/FGV espera que a formação bruta de capital fixo (FBCF, medida das Contas Nacionais do que se investe em máquinas, construção civil e inovação) suba 8,9% entre o segundo e o terceiro trimestres, feitos os ajustes sazonais, mas a economista pondera que a alta se deve muito mais à base de comparação fraca de abril a junho, quando a FBCF encolheu 15,4%. Na média do ano, os investimentos produtivos devem recuar 7,4% ante 2019.

Com a pressão do lado fiscal, as condições financeiras domésticas pioraram, mesmo com a Selic em patamares historicamente baixos, porque os juros mais longos subiram, nota Silvia. Nesse cenário, o investimento é o maior prejudicado, diz ela, que também destaca o câmbio mais desvalorizado como outro limitante à FBCF, já que as importações de máquinas e equipamentos ficam mais caras.

“Do lado do investimento, vamos repetir a história que a gente já conhece: a economia vai, e o investimento, tirando a construção civil, não acompanha”, afirma a pesquisadora, para quem essa tendência deve se manter no ano que vem. “Com o investimento e o emprego não voltando, a sensação é que ainda teremos uma economia longe de qualquer normalização.”

No cenário do Ibre/FGV, o PIB vai crescer 3,5% em 2021, mas Silvia ressalta que um ponto percentual dessa alta deve-se somente à perspectiva de recuperação do consumo do governo. Neste ano, o setor foi duramente atingido pelo adiamento das aulas na rede pública de educação e pela redução na prestação de serviços públicos de saúde.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Uma plataforma virtual de vendas inédita.

MERCEDES-BENZ DO BRASIL

LINK PATROCINADO

Salvador seu filho não precisa andar com dinheiro no bolso

BANCO INTER

LINK PATROCINADO

Compre com bônus de até R\$ 15 mil!

MERCEDES-BENZ VANS

LINK PATROCINADO

Quando o zumbido não para faça isso agora

TINNITUS PRO

LINK PATROCINADO

Anvisa libera pílula indiana contra a calvície! Cabelo cresce nas entradas

SHIKAKAI

Incerteza fiscal deve segurar investimentos, diz Ibre/FGV

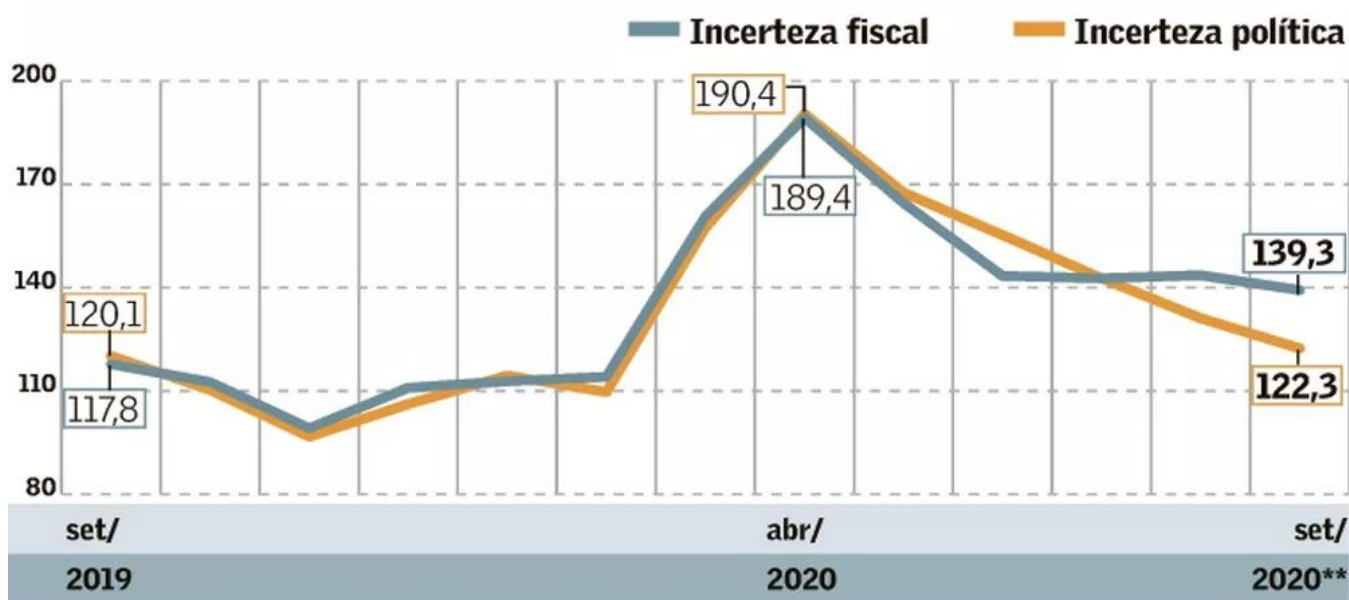
Quadro fiscal é “assustador” e mantém a incerteza econômica em nível incômodo, afirmam Armando Castelar e Silvia Matos

Por **Arícia Martins** — De São Paulo

24/09/2020 05h00 · Atualizado há 6 horas

Ainda elevada

Componentes selecionados do Indicador de Incerteza da Economia*



Fonte e elaboração: Ibre/FGV. *Em pontos. **Prévia

Os indicadores de atividade sinalizam recuperação da economia semelhante à de outros países para o Brasil no curto prazo, e a extensão do auxílio emergencial até o fim do ano será um impulso favorável ao quarto trimestre, avalia o Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (Ibre/FGV). O aumento da

incerteza em relação à política fiscal, no entanto, deve impedir retomada mais consistente dos investimentos.

Antecipada ao **Valor**, a edição de setembro do Boletim Macro manteve praticamente inalteradas as projeções para o desempenho do Produto Interno Bruto (PIB), que deve cair 5,3% em 2020, com reação mais expressiva no terceiro trimestre e comportamento positivo também nos três meses finais do ano, embora em velocidade menor.

Por outro lado, o quadro fiscal é “assustador” e mantém a incerteza econômica em nível incômodo, afirmam os pesquisadores Armando Castelar e Silvia Matos na abertura do boletim. Medido pelo Ibre/FGV, o Indicador de Incerteza da Economia (IIE-Br) referente à política fiscal marcou 139,3 pontos na prévia de setembro, após ter ficado em 143,6 pontos em agosto. Em igual intervalo, o componente que mensura a incerteza política caiu 8,8 pontos, para 122,3 pontos.

PUBLICIDADE



Ads by Teads

Em relação ao patamar máximo atingido em abril, o indicador fiscal caiu 50,1 pontos, redução bem menos intensa do que a verificada no componente de incerteza política no período, de 68,1 pontos, observam Castelar e Matos. “Em parte isso reflete o quadro fiscal muito ruim previsto para este ano”, apontam eles.

Nas estimativas do Ibre/FGV, já incluindo o pagamento das quatro parcelas extras de R\$ 300 do auxílio, o déficit primário deve atingir 12,6% do PIB em 2020. Já a dívida do setor público deve terminar o ano em 94,9% do PIB.

Para 2021, porém, as projeções fiscais estão totalmente em aberto. “As incertezas e os riscos econômicos que nos aguardam parecem só aumentar com o frequente desencontro de discursos entre governo e equipe econômica”, afirmam os pesquisadores Juliana Damasceno e Matheus Rosa Ribeiro na seção fiscal.

No fim de agosto, a divulgação do Projeto de Lei Orçamentária (PLOA) do próximo ano frustrou expectativas de maiores esclarecimentos sobre como o governo harmonizaria sustentabilidade fiscal, demandas por mais investimentos públicos e a manutenção de um programa de transferência de renda aos fragilizados pela pandemia, apontam Damasceno e Ribeiro.

Depois disso, acrescentam os pesquisadores, as declarações do presidente Jair Bolsonaro descartando a criação do Renda Brasil colocaram em dúvida a capacidade futura de sustentação da demanda e da atividade sem esse socorro financeiro. “A recente manifestação política do governo de não criar o Renda Brasil deixa à deriva demandas altamente prováveis por mais gastos, dada a continuidade da pandemia no Brasil e de seus efeitos após 31 de dezembro deste ano”, dizem Damasceno e Ribeiro.

Coordenadora técnica do boletim Macro, Silvia Matos destaca o impacto negativo do imbróglio fiscal sobre os investimentos, cuja recuperação dentro do PIB já seria dificultada somente pela pandemia. “O Brasil tem ainda esse componente adicional de incerteza econômica, que atrapalha a volta dos investimentos.”

O Ibre/FGV espera que a formação bruta de capital fixo (FBCF, medida das Contas Nacionais do que se investe em máquinas, construção civil e inovação) suba 8,9% entre o segundo e o terceiro trimestres, feitos os ajustes sazonais, mas a economista pondera que a alta se deve muito mais à base de comparação fraca de abril a junho, quando a FBCF encolheu 15,4%. Na média do ano, os investimentos produtivos devem recuar 7,4% ante 2019.

Com a pressão do lado fiscal, as condições financeiras domésticas pioraram, mesmo com a Selic em patamares historicamente baixos, porque os juros mais longos subiram, nota Silvia. Nesse cenário, o investimento é o maior prejudicado, diz ela, que também destaca o câmbio mais desvalorizado como outro limitante à FBCF, já que as importações de máquinas e equipamentos ficam mais caras.

“Do lado do investimento, vamos repetir a história que a gente já conhece: a economia vai, e o investimento, tirando a construção civil, não acompanha”, afirma a pesquisadora, para quem essa tendência deve se manter no ano que vem. “Com o investimento e o emprego não voltando, a sensação é que ainda teremos uma economia longe de qualquer normalização.”

No cenário do Ibre/FGV, o PIB vai crescer 3,5% em 2021, mas Silvia ressalta que um ponto percentual dessa alta deve-se somente à perspectiva de recuperação do consumo do governo. Neste ano, o setor foi duramente atingido pelo adiamento das aulas na rede pública de educação e pela redução na prestação de serviços públicos de saúde.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Uma plataforma virtual de vendas inédita.

MERCEDES-BENZ DO BRASIL

LINK PATROCINADO

Salvador seu filho não precisa andar com dinheiro no bolso

BANCO INTER

LINK PATROCINADO

Compre com bônus de até R\$ 15 mil!

MERCEDES-BENZ VANS

LINK PATROCINADO

Quando o zumbido não para faça isso agora

TINNITUS PRO

LINK PATROCINADO

Anvisa libera pílula indiana contra a calvície! Cabelo cresce nas entradas

SHIKAKAI

Não é só recurso que falta ao programa Renda Brasil

O programa Renda Brasil pareceu um remendo feito às pressas e mal feito, que se coaduna com seu caráter eleitoreiro

24/09/2020 05h00 · Atualizado há 6 horas

O presidente Jair Bolsonaro disse que não quis tirar dinheiro dos mais pobres para dar aos paupérrimos e pôs fim às ideias de congelamento nominal de aposentadorias, uma das fontes de recursos do Renda Brasil. Na verdade, a não correção dos reajustes, que provavelmente incluiria o salário mínimo, impediria que agissem os principais meios pelos quais o Brasil reduziu a pobreza. Bem focado, o Bolsa Família integrou um conjunto de políticas para reduzir a desigualdade de renda. O meio escolhido para robustecê-lo diminuiria renda dos demais pobres, entre os quais a aposentadoria é uma das fontes principais de sustento e consumo, ao lado do salário mínimo valorizado. O resultado líquido do experimento do Renda Brasil (nos termos em que foi vetado) não seria tão relevante.

Técnicos do Ipea, com outros objetivos, analisaram as fontes de renda, benefícios, transferências e despesas da população para discernir quais favorecem ou diminuem a concentração de renda, e os efeitos da tributação direta sobre a desigualdade. Uma das conclusões: “o RPPS (regime próprio do servidor público) concentra 73% de suas transferências no décimo mais rico, responsável por se apropriar de 47% da renda monetária total, e, dessa forma, contribui sobremaneira para o agravamento da concentração de renda”. (Impactos Redistributivos das Transferências Públicas Monetárias e da Tributação Direta, de Fernando Gaiger Silveira, Luana Passos, Eduardo Gil da Silva e Theo Ribas Palomo).

A aposentadoria pelo regime geral da previdência, por outro lado, é progressivo nos estratos intermediários de renda e, com o Bolsa Família, das transferências de renda e rendimentos não monetários (valor do aluguel não pago, agricultura familiar), compõe a principal fonte de renda dos mais pobres. Na base da pirâmide, onde estão 10% mais pobres, essas fontes perfazem 52,5% da renda, mas ainda são de 27% a 38% dos recursos de que dispõem os 30% mais pobres.

PUBLICIDADE



Ads by Teads

A renda do trabalho, formal ou informal, é a principal fonte de sustento, mas o Bolsa Família supera ganho com aposentadorias apenas nos 10% mais pobres (15,47% ante 5,35%), cuja renda familiar per capita vai até R\$ 212 (em 2018, com bases na POF). O BPC tem um papel mais tímido, algo como 2% da renda até o estrato dos 60% mais pobres.

A força da focalização do Bolsa Família é também seu limite. “Ainda que capaz de alcançar os estratos mais pobres da distribuição, seu efeito redistributivo é reduzido”, dizem os autores. Uma das boas sugestões do estudo está no potencial de redistribuição contido na renda não monetária que, entre os 40% mais pobres, supera um quinto da renda total e nos 10% mais pobres, mais ainda: 32,3%. Sua principal fonte é o aluguel estimado dos que não pagam moradia. “Fica evidenciado o papel redistributivo de políticas públicas de infraestrutura urbana em regiões e

bairros pobres, bem como ações com vistas a melhorias habitacionais direcionadas a essa parcela da população”, sugerem.

A segunda rubrica de origem desta renda é a produção própria (autoconsumo e retirada do negócio), que abre caminho para outras políticas redistributivas como “apoio à pequena agricultura de subsistência e aos pequenos negócios familiares”.

A correção da baixa progressividade da tributação teria impactos muito significativos. A renda dos 40% mais pobres se iguala a seu consumo, enquanto na dos 10% mais ricos a proporção é de pouco mais de 50%. Entre os mais pobres predominam gastos com bens e produtos, e entre os ricos, os serviços, levando a carga tributária indireta a pesar mais sobre os primeiros que sobre os segundos, pela menor tributação dos serviços.

O IR da pessoa física se sai melhor em progressividade, até certo ponto - o 1% mais ricos paga menos imposto do que os 9% restantes do mesmo decil. Há espaço para melhoras, por meio da “maior tributação dos rendimentos do capital das pessoas físicas, redução de isenções e deduções, criação de alíquotas marginais superiores no IRPF e da ampliação da base de incidência com a redução da pejetização”.

Programas de transferência de renda têm efeitos menos expressivos e seriam parte importante de medidas tributárias e outros programas mais amplos. O estudo nada diz sobre isso, mas o programa Renda Brasil pareceu um remendo feito às pressas e mal feito, que se coaduna com seu caráter eleitoreiro. Um bom e efetivo programa teria de se apoiar também na reforma administrativa e a tributária, às quais o governo não confere urgência.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Compre com bônus de até R\$ 15 mil!
MERCEDES-BENZ VANS

LINK PATROCINADO

Descoberta do zumbido deixa médicos sem palavras (Veja isso)
TINNITUS PRO



Por Ribamar Oliveira

Já trabalhou nos principais jornais e revistas do país. Foi ... [ver mais](#)

Polêmica sobre o gatilho da PEC 188

Se proposta já tivesse sido aprovada e estivesse em vigor, governo não poderia acionar as medidas de ajuste dos gastos

24/09/2020 05h00 · Atualizado há 6 horas

A despesa obrigatória da União no próximo ano, que consta na proposta orçamentária enviada pelo governo ao Congresso, é inferior a 95% da despesa primária total. Portanto, se a Proposta de Emenda Constitucional 188/2019, conhecida como PEC do Pacto Federativo, já tivesse sido aprovada e estivesse em vigor, o governo não poderia acionar as medidas de ajuste dos gastos.

Ao dar nova redação ao artigo 109 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), a PEC 188 estabelece que, na elaboração da proposta orçamentária de cada ano, se for constatado que a despesa obrigatória primária supera 95% da despesa primária total, os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e os demais órgãos submetidos ao teto de gastos deverão acionar medidas de ajuste de suas contas.

Despesa obrigatória está abaixo de 95% da despesa total



Entre as medidas, estão a não concessão de vantagem, aumento ou reajuste aos membros do poder ou do órgão e a seus servidores, alteração de estrutura de carreira, admissão ou contratação de pessoal, realização de concurso público, criação ou majoração de auxílios, vantagens, bônus, abonos e verbas de representação, e criação de despesa obrigatória.

Na proposta orçamentária para 2021, a despesa total primária da União (não inclui pagamento de juros e amortizações da dívida) foi fixada em R\$ 1,517 trilhão, enquanto que as despesas obrigatórias ficaram em R\$ 1,421 trilhão. Ou seja, a despesa primária obrigatória corresponde a 93,7% da despesa primária total, o que está abaixo do limite de 95% estabelecido pela PEC 188.

Fonte credenciada da área econômica ouvida pelo **Valor** argumentou que isso aconteceu porque a proposta orçamentária para 2021 já adotou algumas das medidas de ajuste previstas na PEC 188 e na emenda constitucional 95, como a não concessão de reajuste salarial e outras vantagens aos servidores, medida autorizada pela lei complementar 173/2020.

Há, no entanto, uma questão conceitual que, aparentemente, não foi considerada pelo governo: a diferença entre despesa primária total e despesa primária total submetida ao teto de gastos. As ordens de grandeza são inteiramente distintas.

Para 2021, por exemplo, a despesa primária total é de R\$ 1,517 trilhão, enquanto que a despesa primária total submetida ao teto de gastos é de R\$ 1,486 trilhão. A diferença entre as duas é de R\$ 30,9 bilhões.

Para 2021, a despesa obrigatória primária corresponde, portanto, a 95,6% da despesa primária total submetida ao teto de gasto (R\$ 1,421 trilhão comparado com R\$ 1,486 trilhão). Assim, se esse fosse o critério adotado pela PEC 188 para acionar o gatilho das medidas de ajuste, as despesas de pessoal dos três Poderes e dos órgãos submetidos ao teto de gastos fixadas para 2021 teriam que ser reduzidas em algo próximo a R\$ 1 bilhão.

A diferença entre a despesa primária total e a despesa primária submetida ao teto de gastos ocorre porque são excluídos do limite os créditos extraordinários ao Orçamento aberto pelo presidente da República, durante a execução orçamentária, a parcela de complementação do Fundeb feita pela União, a despesa com aumento de capital de empresas estatais não dependentes do Tesouro Nacional e as despesas não recorrentes da Justiça Eleitoral com a realização de eleições.

Há, ainda, duas questões que precisam ser consideradas. A primeira está relacionada ao fato de que a estimativa para a despesa primária total da proposta orçamentária é sempre inferior à despesa primária total ao final do exercício. Isso decorre de razões relacionadas com a edição de créditos extraordinários ao Orçamento pelo presidente da República e com a decisão de capitalizar empresas estatais.

No fim do ano passado, o governo autorizou um aumento de capital de R\$ 7,6 bilhões da Emgepron, de R\$ 1,5 bilhão da Infraero e de R\$ 1 bilhão da Telebras. Tudo isso não estava previsto na proposta orçamentária e aumentou consideravelmente a despesa primária total da União. Se isso acontecer no futuro, para efeito de apuração do limite de 95% da PEC 188, a despesa primária obrigatória será comparada com qual despesa primária total?

Outra questão está relacionada com o que se convencionou chamar de “empoçamento” de dotações. O “empoçamento” é a diferença entre os pagamentos efetuados e o limite financeiro autorizado para cada ministério. Ou seja, o órgão da administração federal não conseguiu gastar todo o dinheiro liberado pelo Tesouro. Por razões relacionadas à vinculação de receitas com despesas orçamentárias, os recursos que não foram gastos não podem ser utilizados por outros órgãos do governo.

Para que se tenha ideia da magnitude desse fenômeno, em 2019 R\$ 17,4 bilhões ficaram “empoçados”, ou seja, não foram gastos, de acordo com dados do Tesouro Nacional. Do total, R\$ 4,5 bilhões eram do Ministério da Educação, R\$ 3 bilhões, de emendas parlamentares, R\$ 1,4 bilhão, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, R\$ 1,2 bilhão, do Ministério da Defesa, R\$ 1,1 bilhão, do Ministério da Saúde, R\$ 1,1 bilhão, do Ministério da Economia e R\$ 5 bilhões, de outros órgãos.

Em quanto o “empoçamento” reduz o tamanho da despesa primária obrigatória prevista na proposta orçamentária de cada ano? Esse dado não está disponível. Quando for feita a comparação da despesa primária obrigatória para cálculo do limite de 95% da PEC 188, o “empoçamento” será excluído da despesa primária total?

Atraso é o melhor indicador

A menos de três meses do encerramento da sessão legislativa, a Comissão Mista de Orçamento (CMO) do Congresso Nacional nem sequer foi instalada. Por isso, ainda não tomaram posse o presidente indicado da CMO, deputado Elmar Nascimento (DEM-BA), e os relatores indicados do projeto de lei de diretrizes orçamentárias (PLDO) para 2021, senador Irajá Abreu (PSD-TO), e da proposta orçamentária do próximo ano, senador Marcio Bittar (MDB-AC). O atraso é o melhor indicador da indefinição sobre o cenário fiscal de 2021.

Ribamar Oliveira é repórter especial e escreve às quintas-feiras

E-mail: ribamar.oliveira@valor.com.br

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

De música a podcast, tem no Spotify

SPOTIFY

LINK PATROCINADO

Salvador seu filho não precisa andar com dinheiro no bolso

BANCO INTER

LINK PATROCINADO

Promoção de 607 procuradores pela AGU surpreende Economia

Dos 607 promovidos, 606 foram elevados ao topo da carreira, com salário de R\$ 27,3 mil

Por Mariana Ribeiro — De Brasília

24/09/2020 05h00 · Atualizado há 6 horas

A Advocacia-Geral da União (AGU) promoveu, de uma vez só, 607 de seus procuradores federais. Na sexta-feira, 606 procuradores foram elevados ao topo da carreira, a chamada categoria especial, com salário de R\$ 27,3 mil. Outro deles passou da segunda para a primeira categoria.

Das promoções, 304 foram pelo critério de merecimento e 303 por antiguidade no cargo. Atualmente, existem 3,7 mil procuradores na Procuradoria-Geral Federal (PGF) e, agora, mais de 90% deles estão no topo da carreira. As informações foram reveladas pelo “Poder360”.

As promoções e progressões de servidores não precisam passar pela avaliação do Ministério da Economia. Mas, segundo apurou o **Valor**, a decisão da AGU, enquanto o governo discute medidas de controle fiscal, surpreendeu a equipe econômica.



A AGU, por sua vez, afirma que as progressões são realizadas semestralmente, conforme determina a legislação.

O movimento se dá em um momento em que ganharam forças as discussões sobre a redução do funcionalismo, com o envio da reforma administrativa ao Congresso. Apesar de a proposta não atingir atuais servidores e membros de outros Poderes, congressistas podem fazer alterações ao texto para aumentar a sua abrangência.

Aprovado neste ano, o projeto de lei complementar 173, de socorro a Estados e municípios, previu o congelamento de salários até 2021. Mas o texto deixou de fora promoções e progressões.

Presidente da Associação Nacional dos Advogados Públicos Federais (Anafe), Marcelino Rodrigues afirma que não há excepcionalidade na promoção e nem relação com a apresentação da reforma administrativa. De acordo com ele, até 2010 foram realizados os grandes concursos da AGU e as progressões agora estão ligadas à data da nomeação. "Entrou muita gente lá atrás e é a época prevista para promoção."

Em nota, a AGU informou que as vagas nas categorias observam critérios objetivos e são ofertadas em concurso amplo àqueles que preencham os requisitos previstos em lei e regulamento. "Os recursos para efetivação das promoções são previstos na lei orçamentária anual." Diz também que o quadro total da PGF prevê 4.362 membros. Por esse critério, 79% do quantitativo está na categoria especial.

Regressividade pode seguir mesmo com mudanças, dizem analistas

Para Marcio Holland e Tathiane Piscitelli, risco de disputas judiciais em torno de créditos tributários também é elevado

Por Hugo Passarelli e Anaïs Fernandes — De São Paulo

24/09/2020 05h00 · Atualizado há 6 horas





Holland: PEC 45 é convite para sairmos loucos do manicômio — Foto: Claudio Belli/Valor

As principais propostas de reforma tributária em discussão no Congresso trazem pontos que podem não diminuir, ao menos como esperado, a regressividade dos impostos brasileiros. Hoje, o sistema tributa mais o consumo, o que onera os mais pobres. O risco de disputas judiciais em torno de créditos tributários também é elevado e deve ser considerado no contexto da pandemia e aumento das desigualdades, defenderam ontem especialistas em Live do **Valor**.

Há chance de controvérsias tanto na sugestão do governo, que cria a Contribuição Social sobre Operações com Bens e Serviços (CBS) a partir da substituição do PIS e da Cofins, como na Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 45, que troca cinco tributos atuais (PIS, Cofins, IPI, ICMS e ISS) por um único Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), observou Tathiane Piscitelli, advogada e professora da FGV Direito/SP.





Tathiane Piscitelli: propostas podem trazer controvérsias — Foto: Claudio Belli/Valor

Na CBS, ela explica que a limitação da concessão de créditos tributários à aquisição de bens e serviços é um ponto de atenção. “Isso vai ter impacto no setor de serviços ao excluir operações como as de locação”, disse ela.

Já o IBS prevê créditos tributários somente na hipótese de pagamento de imposto na operação anterior, não bastando a incidência, ao contrário da CBS. Segundo ela, isso é problemático porque a previsão consta do texto proposto nesta semana como base para lei complementar sobre o IBS, mas não está na PEC 45.

A advogada também esclareceu que, por essa regra, o adquirente de produtos pode acabar “financiando” a inadimplência da outra parte. “O texto prevê que o adquirente pode optar pelo pagamento desse IBS para se creditar e depois ele se resolve no âmbito privado com aquele fornecedor de mercadoria. É evidente que isso vai reverberar no preço e aumentar a regressividade.”

O economista Márcio Holland, professor da Escola de Economia de São Paulo da FGV, também ponderou que, embora bem-vindas, as discussões de reforma tributária ainda estão restritas à tributação de consumo e o ideal seria fazer uma reformulação ampla.

“O Brasil precisa endereçar esses temas, sem dúvida, mas eles não estão tão bem colocados neste momento”, disse ele, que também foi secretário de Política Econômica do antigo Ministério da Fazenda. Uma reforma tributária ampla, segundo ele, deve levar em conta outros pilares do sistema, como renda, patrimônio, herança e folhas de salário.

Segundo o economista, a transição prevista na PEC 45, de dez anos, tem o ônus de tornar o sistema tributário mais complexo, mesmo que temporariamente. “Teremos nos próximos dez anos de transição toda a legislação tributária de todos os cinco tributos mantida, com as obrigações acessórias, a litigiosidade, o conflito entre administração fiscal e contribuintes. Não sei como isso aumenta a eficiência da economia.”

Defensores da PEC 45 estimam que a proposta poderia aumentar o produto potencial brasileiro em 20% em cerca de 15 anos. A estimativa, porém, parte de uma premissa restritiva, de que já no ano seguinte a sua aprovação haveria impactos, afirma Holland.

“A PEC 45 é um convite para sairmos todos loucos do manicômio, entrarmos em um túnel escuro, sem luz no fim, e continuarmos loucos do manicômio nesse túnel escuro por dez anos, sem saber aonde vai dar. Tudo indica que vamos ficar mais loucos.”

Isso seria especialmente ruim porque o Brasil tem dificuldade de crescer. “Qualquer recuperação no ano que vem será cíclica, com alta ociosidade, baixo investimento, baixo nível de crédito, com problemas de desigualdade, no mercado de trabalho”, disse Holland.

O economista ponderou ainda que, com a proposta em debate, a rigidez orçamentária pode aumentar. “Todo problema tributário joga para rigidez orçamentária”, disse. Ele questiona, por exemplo, a criação de um fundo de desenvolvimento regional, para compensar o fim dos incentivos.

Outra vertente da PEC 45 pretende devolver à população mais pobre parte do imposto pago na aquisição de bens, o que precisa de detalhamento e traz riscos, disse Tathiane. Segundo ela, o primeiro questionamento passa pela definição de quem seria o público-alvo da medida. “Também tenho dúvida sobre a restituição desse imposto. Vai ser na hora da compra ou depois?”, afirmou.

A advogada também lembrou que a devolução desses valores está atrelada ao local de compra - se o estabelecimento for informal, não há recolhimento de imposto, por exemplo. Segundo Tathiane, a possibilidade ainda aponta para maior engessamento

do Orçamento. “O governo pode acabar contingenciando essas despesas [devolução de imposto] e as pessoas nem sequer receberem o que têm direito.”

Sobre a ideia da equipe econômica de criar um imposto para transações financeiras, Holland prefere pensar em uma distribuição melhor da carga tributária entre renda e patrimônio, como uma alíquota adicional de 30% no Imposto de Renda. “Não vejo por que não ter. Mas estamos discutindo de novo uma CPMF.”

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Embarque pela porta da frente na Van 19+1!

MERCEDES-BENZ NOVA SPRINTER

LINK PATROCINADO

Salvador seu filho não precisa andar com dinheiro no bolso

BANCO INTER

LINK PATROCINADO

Compre com bônus de até R\$ 15 mil!

MERCEDES-BENZ VANS

LINK PATROCINADO

Quando o zumbido não para faça isso agora

TINNITUS PRO

LINK PATROCINADO

Anvisa libera pílula indiana contra a calvície! Cabelo cresce nas entradas

SHIKAKAI

LINK PATROCINADO

Sem anúncios, sempre.

DEEZER

por **taboola**

Conteúdo Publicitário

VALOR INVESTE

Preços do arroz só cairão no ano que vem, diz Itaú BBA